**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Diego Silva de Bem

# Neoliberalismo, Familismo e Constelação Familiar: aportes para a compreensão dos retrocessos do serviço social no Brasil

Rio de Janeiro
2025

Diego Silva de Bem

# Neoliberalismo, Familismo e Constelação Familiar: aportes para a compreensão dos retrocessos do serviço social no Brasil

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.ª Dra. Silene de Moraes Freire

Rio de Janeiro

2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

B455 Bem, Diego Silva de.
Neoliberalismo, Familismo e Constelação Familiar: aportes para a compreensão dos retrocessos do serviço social no Brasil / Diego Silva de Bem. – 2025.
102 f.

Orientadora: Silene de Moraes Freire.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Conservantismo - Brasil - Teses. 2. Serviço social - Brasil - Teses. 3. Neoliberalismo - Brasil - Teses. 4. Política social - Teses. I. Freire, Silene de Moraes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 329.11:36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Diego Silva de Bem

**Neoliberalismo, Familismo e Constelação Familiar: aportes para a compreensão dos retrocessos do serviço social no Brasil**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovado em 28 de abril de 2025.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Silene de Moraes Freire (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Profª. Dra. Maria Inês Souza Bravo

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof. Dr. Charles Toniolo de Sousa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2025

**DEDICATÓRIA**

Para Tiê, minha alegria de viver e inspiração cotidiana.
E Anna Luiza, pela generosidade e cumplicidade.

## AGRADECIMENTOS

A vida é feita de inúmeros encontros, acredito que alguns nos abrem caminhos para desejar, contribuem para desengavetar projetos antigos e levam a crer que realizar nossos sonhos é uma tarefa de todos os dias.

Quero agradecer imensamente à profª. Drª. Silene de Moraes Freire, símbolo de determinação, cumpriu com maestria a tarefa de orientar este trabalho. Com seu profundo conhecimento da realidade social, mas de maneira muito generosa observou cada linha desta dissertação, sempre me surpreendeu com orientações críticas e deu riquíssimos direcionamentos à minha formação continuada.

A profª. Drª. Maria Inês Souza Bravo, referência nos debates da saúde pública, dos movimentos sociais e de um serviço social de viés crítico e ao prof. Dr. Charles Toniolo de Souza, que foi meu professor de graduação, um pesquisador inspirador no debate acerca dos fundamentos da profissão e um grande militante de direitos humanos que tem no serviço social uma grande bandeira. Agradeço pelas contribuições no momento da qualificação e aguardo as da defesa.

Ao Programa de Estudos de América Latina e Caribe que me proporcionou trocas incríveis, venho descobrindo com vocês a importância de uma agenda permanente de estudos e militância em torno do serviço social e dos direitos humanos no Brasil.

Ao PPGSS/UERJ de maneira geral, que me acolheu como estudante de mestrado e me proporcionou a oportunidade de variadas trocas de conhecimento durante esses anos, esse percurso me permitiu muitas mediações de saberes. A educação pública, gratuita e de qualidade, com todas as suas determinações, precisa ser aplaudida sempre porque permanece sendo o espaço em disputa que permite aos trabalhadores construir uma mínima dignidade.

A Anna Luiza, minha companheira, esteve ao meu lado em todos os momentos da construção deste trabalho e participou de maneira ativa, dividindo as felicidades e as angústias desse processo. Essa troca foi fundamental para chegar até o final dessa dissertação, e você foi um grande apoio para a realização dessa conquista.

A Tiê, minha filha, que é uma preciosa fonte de inspiração e de vontade de alcançar novos lugares na vida (pessoal e profissional). Ter tempo e paz ao seu lado é o meu maior norte em longo prazo.

A Maria José (mãe) e Claudia Sirima (sogra) que são grandes apoiadoras da minha trajetória profissional e minha rede de apoio pessoal em incontáveis momentos, a gente forma uma linda família e espero retribuir sempre todo o carinho e cuidado comigo ao longo dos anos.

Ser estudante, trabalhador, periférico e tentar avançar nos estudos permanece sendo uma agenda árdua de todos os dias. Agradeço aos amigos com muito carinho pelas infinitas contribuições. Pretendi não alongar mais esse processo citando nome a nome, mas penso que ninguém chega sozinho uma defesa de dissertação e percorri um caminho imenso para chegar até esse momento com a contribuição e o afeto de muita gente que acredita na minha história.

# RESUMO

BEM, Diego Silva de. *Neoliberalismo, Familismo e Constelação Familiar:* aportes para a compreensão dos retrocessos do serviço social no Brasil**.** 2025. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

A presente dissertação destina-se a apresentar os resultados da pesquisa sobre retrocessos conservadores no exercício profissional do assistente social na contemporaneidade. O trabalho aborda como o capitalismo foi desenvolvido nos mais de 50 anos na América Latina e no Brasil e os impactos causados nas políticas sociais - gerando desproteção das famílias brasileiras e retrocessos no exercício profissional do assistente social. Vimos que enquanto avança um projeto crítico, permanece em disputa um projeto conservador, que conta com a participação de fascistas e ultraliberais no interior da profissão. Neste trabalho examinaremos o desenvolvimento do psicologismo dentro da área, visto que essa tendência tem relação com a visão tradicional da profissão e tenta retornar na cena contemporânea fetichizada como serviço social clínico. O exercício profissional proposto por essa matriz psicossocial examinada escancara conservadorismos e causa um debate frontal com a concepção de projeto ético-político crítico espraiada no serviço social brasileiro. Para compreender esse movimento debateremos a raiz do serviço social psicossocial, o surgimento e o desenvolvimento do serviço social clínico com o intuito de demonstrar como a articulação desse "novo" exercício profissional utiliza de práticas integrativas e terapia de constelação familiar para afirmar retrocessos conservadores que tentam pôr em xeque o exercício profissional baseado no projeto ético-político crítico.

Palavras-chave: conservadorismos; serviço social; serviço social clínico; projeto ético-político.

## RESUMEN

BEM, Diego Silva de. *Neoliberalismo, Familismo y Constelación Familiar:* contribuiciones para compreender los retrocesos de los servicios sociales en Brasil. 2025. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025.

Esta disertación tiene como objetivo presentar los resultados de una investigación sobre los retrocesos conservadores em la práctica profesional de los trabajadores social esen la época contemporánea. La obra aborda cómo se desarrolló el capitalismo durante más de 50 año sen América Latina y Brasil y los impactos provocados en las políticas sociales, generando desprotección de las famílias brasileñas y retrocesos en la práctica profesional de los trabajadores sociales. Hemos visto que mien trasavan za un proyecto crítico, permanece en disputa um proyecto conservador, que incluye la participación de fascistas y ultraliberales dentro de la profesión. En este artículo examinaremos el desarrollo del psicologismo dentro de laprofesión, ya que esta tendencia se relaciona con la visión tradicional de la profesión y los intentos de regresar al escenario contemporáneo, fetichizado como trabajo social clínico. La práctica profesional propuesta por esta matriz psicosocial examinada expone el conservadurismo y provoca un debate frontal com la concepción de un proyecto ético-político crítico difundido em el servicio social brasileño. Para comprender este movimiento, discutiremos las raíces del trabajo social psicosocial, el surgimiento y desarrollo del trabajo social clínico, con el objetivo de demostrar cómo la articulación de esta "nueva" práctica profesional utiliza prácticas integrativas y la terapia de constelaciones familiares para afirmar los retrocesos conservadores que intentan desafiar la práctica profesional basada em el proyecto ético-político.



Palabras clave: conservadurismos; servicio social; trabajo social clínico; proyecto ético-político.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Síntese dos ciclos neoliberais na América Latina..... 43

Quadro 2 Evolução das Práticas Integrativas Complementares no Brasil..... 85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| ABEPSS | Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social |
| CBAS | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais |
| CEDIM | Conselho Estadual dos Direitos da Mulher |
| CF | Constituição Federal |
| CFESS | Conselho Federal de Serviço Social |
| CRESS | Conselho Regional de Serviço Social |
| ENBRASSC | Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico |
| EUA | Estados Unidos da América |
| MJ | Ministério da Justiça |
| MS | Ministério da Saúde |
| PEP | Projeto Ético-político |
| PICS | Práticas Integrativas e Complementares |
| PNPIC | Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares |
| PPGSS | Programa de Pós-graduação em Serviço Social |
| SOBSSC | Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| | **INTRODUÇÃO**..... | 11 |
| 1 | **MAIS DE MEIO SÉCULO DE NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A COMPREENSÃO DO CONSERVADORISMO ATUAL**..... | 26 |
| 1.1 | **Raízes históricas do neoliberalismo**..... | 27 |
| 1.2 | **Notas acerca do neoliberalismo na América Latina**..... | 35 |
| 1.3 | **A ofensiva neoliberal no Brasil e os seus impactos nas políticas sociais**..... | 38 |
| 2 | **O RESGATE DA INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O MODELO PSICOSSOCIAL**..... | 51 |
| 2.1 | **O serviço social tradicional: as raízes do modelo psicossocial**..... | 52 |
| 2.2 | **A construção do modelo psicossocial para o serviço social**..... | 57 |
| 3 | **NOVAS ROUPAS, VELHOS FIOS: TENDÊNCIAS CONSERVADORAS CONTEMPORÂNEAS NO SERVIÇO SOCIAL**..... | 66 |
| 3.1 | **Os projetos em disputa e as tensões conservadoras no serviço social**..... | 66 |
| 3.2 | **As metamorfoses do Serviço Social Clínico no Brasil**..... | 72 |
| | **CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... | 93 |
| | **REFERÊNCIAS**..... | 96 |

# INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca refletir como a atualização do exercício profissional do serviço social conservador brasileiro é um risco para o projeto ético-político crítico, situando que as mudanças conjunturais em curso (políticas, econômicas, sociais e culturais), que reatualizam discursos extremistas (liberais, conservadores e fascistas), foram a mola mestra para uma minoria de profissionais que desejam realizar o serviço social clínico. Essa nova empreitada usa práticas declaradamente conservadoras — como é o caso da terapia de constelação familiar (TCF), e retoma uma disputa por projetos societários e profissionais.

Num momento inicial, estranhamos o crescimento exacerbado das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no Sistema Único de Saúde (SUS), tendo sido liberadas de 2006 a 2018 — 29 novas práticas via Ministério da Saúde, por decretos, para o atendimento à população brasileira sem avaliação técnico-científica de sua validade. Destacamos a Constelação Familiar (C.F), apoiada no contexto brasileiro por dois principais instrumentos legais: a resolução 125/10 do Conselho Nacional de Justiça — que regulamenta os métodos alternativos/adequados e consensuais para a resolução de conflitos e a Portaria 702/2018 do Ministério da Saúde — que estabelece a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC).

O uso dessas práticas chega ao exercício profissional do assistente social e revela vários aspectos conservadores e reacionários não suficientemente aclarados.Isso passa a acontecer de maneira tímida, portanto capturar esse fenômenoé um ato complexo de ser realizado,haja vista a parca quantidade de publicações, artigos, dissertações ou teses diretas contando essas experiências — mas rastros e manifestações favoráveis nas redes sociais e em eventos mobilizados pela Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC).

Este trabalho busca refletir a origem da TCF, polemizando os retrocessos históricos que a prática pode causar ao ser usada amplamente. A **hipótese** da pesquisa mostra que a TCF apresenta uma invisibilidade revestida de acolhimento/ajuda aos usuários, podendo influenciar ou negar o projeto ético-político crítico do serviço social brasileiro.

Nosso primeiro contato com a noção de constelação familiar aconteceu em 2017, durante uma experiência profissional numa instituição de assistência social do Terceiro Setor, no atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de rua. Após a realização de um longo trabalho na contribuição pela proteção dos direitos de uma criança e visando garantir suporte sociofamiliar[1] a uma família com inúmeras dificuldades, dado o histórico de extrema

[1]Compreende-se por suporte sociofamiliar atualmente o acompanhamento social, psicológico e jurídico de uma família com vistas a contribuir para acesso a políticas sociais;

pobreza e situação de rua de 07 gerações da mesma família. Dentro deste processo de trabalho, escutamos de uma colega de profissão numa reunião de estratégias para atendimento daquela família que o caminho era permanecer acolhida à criança porque, em atendimentos de constelação familiar, percebia que a genitora tratava “o filho como um boneco”.

Com inúmeras discordâncias e questionamentos acerca da distância ética e técnica profissional vivenciada naquele estudo debatemos com uma profissional do direito e da psicologia os nossos breves questionamentos, mas escutamos da equipe que fazia parte que a constelação familiar estava começando a ser estudada por profissionais do campo jurídico para atendimento de situações ligadas a família.

Em 2017, não havia tanto conteúdo nas redes sociais acerca de práticas terapêuticas e TCF, como pode ser encontrado com muita facilidade neste momento. Na ocasião, fizemos nosso relatório com inúmeros questionamentos acerca da situação vivida e, pouco tempo depois, fui para outro campo profissional, não acompanhando de maneira direta essas discussões.

Entretanto, as minhas inquietações não foram sepultadas, mas somadas às reflexões que me levaram a procurar o curso de mestrado do PPGSS/UERJ — cujo projeto de ingresso no curso sempre esteve ligado à preocupação do trabalho do assistente social. Não por acaso, nas disciplinas do mestrado, em vários momentos, visei realizar mediações capazes de identificar as tendências presentes no exercício profissional do assistente social e as conexões com avanços e retrocessos das políticas sociais brasileiras nos últimos anos. Em algumas disciplinas cursadas, apontamos como os conservadorismos permeiam o exercício profissional, sendo necessário refletir sobre brechas de atuação capazes de romper com essa tendência de retorno ao tradicionalismo, como foi o caso das 23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro[2].

Percebemos, através do debate, que oconservadorismoque vem sendo gestado no serviço social pode reatualizar as “histórias horríveis”[3] da profissão. Esses elementos conservadores sem dúvida alguma foram aprofundados após o golpe parlamentar de 2016 e agravadospelo governo de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022), momento em que o chamado

---

[2]É um texto escrito por Edson Marques de Oliveira, professor associado do curso de serviço social da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), campus Toledo. Neste texto, o professor defende ideias liberais e a necessidade de uma reformulação da profissão, retomando posicionamentos conservadores e tradicionais da profissão.

[3] Foi lendo uma tradução comentada de TONIOLO (2019), na revista Praia Vermelha, sobre o texto "Histórias horríveis do Serviço Social: cumplicidade e resistência” que é um texto original de Iain Ferguson, VasiliosIoakimidis e Michael Lavalette. O professor Toniolo pauta neste texto acontecimentos históricos pautados no conservadorismo, no racismo e no patriarcado que tiveram a participação do Serviço Social e instiga a pesquisa de histórias não reveladas.

conservadorismo contemporâneo se agudizou ligado às religiões neopentecostais, usando negacionismo científico e o abstracionismo de algumas intervenções — todas essas questões justificam a escolha do nosso tema de pesquisa.

Sem dúvida alguma, o conservadorismo não surge no governo Bolsonaro, mas foi aprofundado radicalmente nos anos de sua gestão no governo federal e persiste numa disputa desigual via aparelhos privados de hegemonia, no sentido de Gramsci (2007). Em texto recente, o professor Braz (2022) afirma que é após 2019 que as condições sociais, econômicas e políticas criam bases para fortalecer uma ideologia conservadora com traços reacionários no Brasil.

> A este conservadorismo reacionário se vinculam os interesses das diversas frações do capital entre nós, que, ladeando suas demandas específicas, unificam-se numa pauta econômica antipopular e antinacional, que muitos e muitas vêm denominando de "ultraliberalismo", e que politicamente nutre-se de tendências antidemocráticas, que acabam criando uma convergência entre um neoliberalismo radicalizado e um neoconservadorismo reacionário. (BRAZ, 2022, p. 13)

Segundo Freire (2018) o conservadorismo está entranhado na história da política brasileira e não existe possibilidade pela nossa lente de enxergá-lo de maneira isolada, visto que escancaram os interesses antagônicos presentes na luta de classes. Para Braz (2022, p. 18), "por meio da chamada 'lei geral da acumulação capitalista', sabemos que o desenvolvimento da riqueza num pólo (o do capital) significa, proporcionalmente e na mesma intensidade, o desenvolvimento da pobreza, da miséria e da privação material no outro pólo (o do trabalho)".

Neste sentido, analisamos que:

> Numa sociedade como a brasileira, onde a escravidão perdurou quase quatro séculos e a cultura política autoritária nunca foi sepultada, as manifestações conservadoras e autoritárias são constantes, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. Não causa espanto que a ideologia neoliberal tenha encontrado um solo fértil para sua propagação. Além deste aspecto, a mídia no Brasil, em grande parte dos meios de comunicação, como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — "falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a "questão social", incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia" (BARROCO, idem) e tantos outros exemplos perversos de sociabilidade. (FREIRE, 2018, p. 178–179)

Desta forma, as 'revoluções pelo alto' marcaram a nossa história e lateralizam as classes subalternas pela via da coerção ou do consenso a qualquer tomada de decisão em processos políticos de mudança. É com a intensificação do debate acerca do processo de democratização com o intuito de frear as reformas em curso prescritas na Constituição Federal 1988 que surge conservadorismo à brasileira que, aliado às reformas neoliberais nos anos de 1990, ditará uma draconiana agenda de austeridade que limita as possibilidades políticas e fortalece o capital financeiro, sendo a filosofia moral deste período Freire (2018).

O conservadorismo clássico é criado por Edmund Burke[4] e vai assumindo diferentes características e contornos no curso da história. Para Freire (2018, p. 13) "o conservadorismo burkeano se particulariza ao substituir a realidade objetiva por abstrações moralizantes. A matriz desse pensamento e ação se afasta, abstrai e mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista".

Cabe ressaltar que o conservadorismo como matriz filosófica no Brasil, no final dos anos 1980, buscou inspiração nos conservadores norte-americanos da Escola de Chicago que colam conservadorismo ao neoliberalismo. Nas palavras de Freire (2018) não bastaria garantir privatização, flexibilização, globalização, livre iniciativa, era preciso que o Estado também assumisse responsabilidades morais, onde na educação são transferidas as responsabilidades típicas de escolas para as famílias e organizações sociais. Segundo a autora,

> A manifestação do neoconservadorismo brasileiro, ultraliberal, neopentecostal e militarista, não são compatíveis com o pensamento conservador clássico, mas sem dúvida são próximas do neoconservadorismo norte-americano e sua relação instrumental com a defesa de propostas econômicas hegemônicas. (FREIRE, 2018, p. 192–193)

Sendo assim, iremos nos ater tanto ao período pós-golpe quanto aoinício do governo Bolsonaro (2016-2022) como recorte temporal deste trabalho, considerando que é neste período que é criada uma verdadeira onda reacionário-conservadora que expressa de maneira mais atualizada o conservadorismo contemporâneo. Diante do cenário em torno do presidente e dos bolsonaristas, cria-se uma cultura política extremamente conservadora com traços protofascistas que, para Braz (2022), gerou uma "crise econômica, política e social". Que alguns traços desse momento são expressos na negação da ciência, no aprofundamento do individualismo, no uso frequente das redes e da criação das *fake news*, na "uberização" das relações de trabalho, no crescimento dos infoproletários e de infoprodutos[5]. E os avanços destas pautas indicam:

> Pensar o Serviço Social e o seu projeto ético-político nesta conjuntura nos exige um esforço analítico que nos desprenda da realidade mais imediata e nos leve a buscar as bases históricas que nos permitam descortinar este presente tão regressivo e danoso, num esforço para construir uma análise que busque entender o Brasil na dialética universal-particular, interno-externo, inclusive para não cairmos em determinismos fatalistas ou em voluntarismos messiânicos em face das nossas possibilidades político-profissionais. (BRAZ, 2022, p. 13)

[4] Segundo Freire (2018, p. 9), o surgimento do conservadorismo, historicamente, pode ser concebido a partir das produções de Edmund Burke. Burke é o intelectual que inicia uma tradição, de expressão conservadora, que se tornou dominante na cultura da Europa ocidental no século XIX;

[5]Tal como a maioria dos cursos de constelação familiar.

Assim, o uso das constelações familiares por profissionais do Serviço Social pode retomar um exercício ultraconservador relegado ao passado da profissão, comumente conceituado pela bibliografia especializada de *reatualização do conservadorismo,* que remete ao Serviço Social de influência estadunidense — com teor psicologista. Como Netto (1996) afirma, a reatualização do conservadorismo parte de um pressuposto teórico que limita a atuação da assistente social à "ajuda" psicossocial, e a centralidade do trabalho voltada aos sujeitos com vistas a reatualizar o conservadorismo pela via psicologizante.

A reatualização do conservadorismo do Serviço Social no Brasil foi e permanece sendo amplamente tensionada dada à afirmação da perspectiva da intenção de ruptura, que marcada via Movimento de Reconceituação permanece reafirmando cotidianamente os avanços permitidos pelas discussões críticas em torno da tradição marxista que culminaram na fundamentação de projeto ético-político crítico para o Serviço Social brasileiro — e nas palavras de Netto (2005) a crítica ao tradicionalismo mantém a reconceituação viva.

Os profissionais de serviço social, ao comporem equipes multidisciplinares nos mais variados espaços sociocupacionais, têm a oportunidade visualizar que em determinadas temáticas "a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa" Marx (1852). Desta maneira buscaremos elementos para averiguar se a utilização da TCF contribui para a reprodução do conservadorismo na sua maneira mais reacionária, como pseudociência.

Segundo os estudiosos críticos:

> A constelação familiar tem crescido consideravelmente no Brasil. Uma breve pesquisa é suficiente para perceber sua presença em vídeos, podcast e outras mídias. É comum encontrá-la relacionada a assuntos variados, desde questões financeiras, meditação, cristianismo, relacionamento e outras pseudociências, como a terapia quântica, até ao tratamento de doenças psiquiátricas crônicas, como a depressão. A sua incorporação e legitimação pelas instituições é clara. (FRANÇA e GUAGLIARIELLO, 2021, p. 156)

A TCF está sustentada na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que nasceu em 2006. Nos anos seguintes, a PNPIC avança em território nacional no reconhecimento de novas práticas — tendo importantes alterações em 2016 e 2018, sendo espraiadas nos mais variados espaços sociocupacionais brasileiros. É na Portaria 702/2018[6] do Ministério da Saúde que encontramos a última atualização referente às práticas integrativas e comunitárias e legitimação do uso das TCF.

[6]Estas práticas foram institucionalizadas pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (PNPIC) e, atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece, de forma integral e gratuita, 29 procedimentos de Práticas Integrativas e Complementares (PICS) à população, dentre elas a Constelação Familiar, sendo tratada neste trabalho.

Outro importante instrumento que dá permeabilidade jurídica ao uso das Constelações Familiares é a resolução nº. 125 de 29/11/2010 do Conselho Nacional de Justiça diante do interesse de estimular práticas que proporcionem o tratamento adequado a dos conflitos de interesses antes das tentativas de conciliação gerando celeridade aos processos, entretanto a sua liberação ocorre sem crivo científico e desconsiderando o dano causado na qualidade dos serviços prestados à população brasileira — principalmente a camada mais pobre.

Na Espanha, de acordo com AngeloFasce, doutor e divulgador científico, que publica no blog La Venganza de Hipatia, compreende-se que:

> As Constelações familiares de Hellinger tornaram-se uma tendência mundial, uma vez que elas são conduzidas por profissionais não habilitados para trabalhar em ambientes de saúde, não membros de colegiados e, consequentemente, sem o respaldo de qualquer código de ética ou supervisão de qualquer instituição de saúde. Isso leva a nenhuma proteção dos consumidores desta suposta terapia, porque nós não devemos esquecer que, afinal de contas, o terapeuta está oferecendo um produto na forma de um ato médico. Lembre-se que o próprio guru, Hellinger, não tinha nenhuma formação médica, no entanto, tem um centro onde trata centenas de pessoas e pontifica impunemente. (FASCE, 2015, p.1)

Tal como Borba (2019), refletimos que a Constelação Familiar precisa ser estudada de maneira crítica porque aparece no campo judiciário (e avança em outros espaços sociocupacionais), como em demandas emergentes relacionadas a novas práticas institucionais[7] relegadas ao Serviço Social. É necessário aprofundar este debate, tendo em vista que:

> Sobre as práticas de justiça restaurativa, mediação e constelações familiares, vimos que essas requisições traduzem as contradições apresentadas no espaço institucional que o "atropelamento" cotidiano que impede a apropriação dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento dessas intervenções é recorrente. A discussão sobre essas demandas não é nova para o Serviço Social e requer atenção no seu uso e intencionalidades, assim como uma reflexão crítica, tendo como base os fundamentos em Serviço Social. (BORBA E FERNANDES, 2020, p. 164–165)

Entendemos que esse debate abre possibilidades de enxergarmos outras questões que expressam como os conservadorismos permeiam as intervenções profissionais e a importância de ampliar o horizonte de nossas reflexões. É importante destacar, entretanto,queos profissionais do Serviço Social não aderem diretamente à constelação familiar entendendo a existência de uma formação crítica no seio da profissão — todavia não significa que este risco esteja colocado ou venha sendo utilizado de uma maneira ainda pouco visível.

Partimos do entendimento de que a TCF se insere no conjunto de novas requisições institucionais e respostas profissionais. Considerando a crescente inserção de assistentes sociais

[7] Num grupo focal realizado por (BORBA, 2019) para sua dissertação de mestrado identificou como demandas emergentes para o judiciário a atuação do Serviço Social em temas como: Depoimento Especial, Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Justiça Restaurativa, Mediação e **Constelação Familiar** (grifo nosso).

nesses espaços sociocupacionais, torna-se necessário analisar as implicações dessa prática para o projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro. Essa preocupação é reforçada pelo amplo processo de difusão da pseudociência formulada por Bert Hellinger, promovida por meio de cursos, workshops, palestras e formações que carecem de supervisão acadêmica e fundamentação técnico-científica.

A complexidade desse debate não se limita à adesão a uma prática integrativa e complementar (PIC) marcada por traços conservadores e autoritários. Também envolve interesses corporativos e econômicos, expressos, por exemplo, na tramitação do Projeto de Lei nº 4.887/2020, de autoria da deputada Erika Kokay (PT), que propõe regulamentar a atividade relacionada à Constelação Familiar Sistêmica. Conforme argumentaremos ao longo desta dissertação, tal iniciativa pode contribuir para processos de desresponsabilização do Estado.

Como principal expoente brasileiro das Constelações Familiares aparece o juiz de direito Sami Storch— que é precursor do uso das Constelações Familiares no âmbito do poder judiciário realizando oficinas há 11 anos em diversas comarcas do Tribunal de Justiça da Bahia e defende a ideia de Direito Sistêmico. Diante disso, a Faculdade Innovare, que é a principal expoente HellingerShule, com cursos e pós-graduações on-line e a distância, vem ampliando seus horizontes através deste tipo de formação, tanto que seu diretor Inácio Junqueira afirma: “o Brasil é o único lugar do mundo com pós-graduação em constelação familiar”.

É necessário refletir,em virtudedos riscos desse tipo de intervenção ser liberada por lei, teremos sua inserção ampliada em cursos superiores, pós-graduações e todo um portfólio para a sua fundamentação, ainda que seja necessário pensar rigores metodológicos para sua permissão como apontam o Conselho Estadual dos Direitos a Mulher do Rio de Janeiro, o Conselho Federal de Psicologia.

Vale lembrar nesta direção que a portaria nº. 702/2018, do Ministério da Saúde, afirma que:

> A constelação familiar é uma abordagem capaz de mostrar com simplicidade, profundidade e praticidade onde está a raiz, a origem, de um distúrbio de relacionamento, psicológico, psiquiátrico, financeiro e físico, levando o indivíduo a um outro nível de consciência em relação ao problema e mostrando uma solução prática e amorosa de pertencimento, respeito e equilíbrio. A constelação familiar é indicada para todas as idades, classes sociais e sem qualquer vínculo ou abordagem religiosa, podendo ser indicada para qualquer pessoa doente, em qualquer nível e qualquer idade, como, por exemplo, bebês doentes são constelados através dos pais. (BRASIL, 2018, s.p)

Nas investigações que temos realizado, podemos perceber que a Constelação Familiar é uma tendência terapêutica que surge na Alemanha nos anos 1980, que passa a ser realizada com maior fôlego nos anos 1990, para divulgar os pensamentos do padre Bert Hellinger (1925–

2019), publicados em seus livros na forma de "leis" e "visões" de interpretação da realidade entendendo-as como um sistema familiar a ser tratado[8].

O livro do padre Hellinger de 1996, "**Constelações Familiares**—*O reconhecimento das ordens do amor*" é a primeira obra de Bert Hellinger que demonstra que a constelação familiar deve ser difundida como prática terapêutica alternativa, aspecto que a fundamenta no Brasil.

Sem se preocupar com aspectos científicos, com a legitimidade e com a veracidade dos fatos, o padre Hellinger, em seus livros, afirma que a sua produção é uma ciência do amor e do espírito que independe da formação dos seus executores. Vale mencionar que a chegada dos seus escritos na década de 90, período que firma no Brasil a desresponsabilização do Estado, a negação da ciência e a responsabilização do indivíduo empreendedor, vão ser a meta[9] da agenda neoliberal.

A TCF aparece como método empírico baseado nas experiências e vivências do próprio padre e vem conquistando inúmeros adeptos no Brasil sendo versada na condição de ciência alternativa — tal como a sua entrada em ações na Política Nacional de Práticas Terapêuticas como uma "terapia" e pelo uso de parte do judiciário brasileiro que a inclui nas suas atividades de *Mediação de Conflitos.* Essas práticas surgiram no Brasil como crítica do direito positivo e, no contexto neoliberal, revelam a existência de uma justiça para os pobres de baixo custo com realização on-line e uma justiça para as grandes causas que não pertencem ao universo da pobreza.

É importante situar que a prática da Constelação Familiar não tem fundamentação teórica ou eficácia comprovada.Alémdisso,foca em concepções que atribuem centralidade na família para avançar o pensamento conservador e irracional, afirmando posições misóginas, LGBTfóbicas e machistas com forte apelo a culpabilização da vítima (inclusive em situações de violência sexual), considerando a necessidade de preservar a hierarquia da família.

É importante situar que:

> No embate entre tendências conservadoras e progressistas, cada vez mais têm sido vocalizadas opiniões nas redes sociais, nas mídias impressas e virtuais, em busca de afirmação de uma ou outra tendência. Nos espaços sociocupacionais do Serviço Social e de outras áreas das ciências humanas, sociais e da saúde, tal embate também está presente. Não raro, a judicialização das relações sociofamiliar tem sido acionada para fazer frente à ausência e/ou ineficiência de políticas públicas ou, ainda, diante da dificuldade de indivíduos, grupos e/ou instituições de lidar com o diferente, com o direito de escolha da/o outra/o sobre sua vida privada, ou com sua impossibilidade de escolha, ditada pela barbárie social que a/o limita ou a/o impede de ser protagonista de suas decisões. (FÁVERO, 2020, p. 15)

[8] O assunto será mais aprofundado no terceiro capítulo desta pesquisa.

[9] Trataremos, no primeiro capítulo da dissertação, como o avanço do neoliberalismo correlacionado à chegada desta prática ao Brasil gera implicações para as políticas sociais e os indivíduos.

Tal prática encontra questionamentos do Conselho Federal de Psicologia — visto que não possui validade científica e que pode gerar inúmeros efeitos em seu uso. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/RJ) pressionou outros conselhos por meio de nota em 2021 entendendo que a prática escancara uma visão patriarcalista, desconsiderando toda a discussão sobre determinantes de classe, raça e de gênero, existentes no trato das famílias no Brasil — sendo um debate posto.

Para AngeloFasce, as Constelações Familiares:

> Não têm nenhum respaldo científico. Elas não curam nada. São desagradáveis. Elas são o resultado de uma doutrinação sectária formada em torno de um guru. Elas perpetuam uma visão familiar e social reacionárias. E seu uso é proibido por profissionais competentes. Portanto, muito cuidado. Se a pessoa que está fazendo terapia para resolver quaisquer problemas oferece este tipo de prática, não hesite em deixar a consulta e colocar nas mãos de um verdadeiro profissional: você está diante um trapaceiro. (FASCE, 2015, p. 03)

Apesar dos marcos da Reconceituação do Serviço Social no Brasil, dos inúmeros avanços da 'intenção de ruptura' com o conservadorismo, sabemos que um grupo de assistentes sociais brasileiros legitima práticas voltadas para constelação familiar[10] e, apoiados por uma vertente mencionada neste trabalho que se intitula Serviço Social Libertário, propagam essas "terapias e buscam o reconhecimento da "Perspectiva Sistêmica de trabalho com famílias" (ZUMA, 2011). Entretanto, em resposta a esta tendência, foi desenvolvido o parecer jurídico 569/2010 do CFESS, que *veda a realização de terapias associadas ao exercício profissional do serviço social*[11] — ou seja, qualquer atividade que se denomina Serviço Social Clínico, afirmando que:

> Art. 1º. A realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social; Art. 2º. Para fins dessa Resolução consideram-se como terapias individuais, grupais e/ou comunitárias: a. Intervenção profissional que visa a tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicossomáticos, suas causas e seus sintomas; b. Atividades profissionais e/ou clínicas com fins medicinais, curativos, psicológicos e/ou psicanalíticos que atuem sobre a psique; Art. 3º. Fica vedado ao assistente social vincular ou associar ao título de assistente social e/ou ao exercício profissional as atividades definidas no artigo 2º desta Resolução. (CFESS, 2010, p. 1)

[10] Na pesquisa encontramos a dissertação de mestrado de Adriana de Paula VITOR (2021) — pela UNIFESP, que defende o uso das Constelações Familiares no trabalho social com famílias de adolescentes em conflito com a lei do município de Itanhaém. A mesma autora fez outra publicação pela Fundação Casa que demonstra estratos da pesquisa e chegou a produzir um curso pela UNIFESP para profissionais de assistência social. Esta produção será debatida no terceiro capítulo da dissertação.

[11] Importante citar que Bert Hellinger não foi citado no documento Práticas Terapêuticas no Âmbito do Serviço Social: Subsídios para o aprofundamento do estudo (CFESS, 2008) que deu base para a fundamentação do parecer jurídico 569/2010 que veda a realização de terapias associadas ao exercício profissional da assistente social — visto não estar em voga naquele momento.

Desta maneira, é importante refletir sobre como o uso da constelação familiar ou dos conceitos que dão sustentação a esta “terapia” por profissionais do Serviço Social não devem ser realizados.Cabe ressaltarque a prática vai na contramão do legado construído pela profissão no trabalho com famílias, conforme afirmam Abrão e Mioto (2017), principalmente por compreendê-la como um dos sujeitos privilegiados da intervenção do Serviço Social.

A pesquisa pode ser oportuna no sentido de atualizar o conceito de Serviço Social Clínico, visto que temos transformações societárias em curso nos últimos anos e a dinâmica dessas mudanças impõe novas leituras da realidade considerando a historicidade, as mediações e as contradições do fenômeno que multiplica o avanço de intervenções pós-modernas.

Deve-se destacar que a TCF não é mencionada e/ou questionada na nota técnica de 10 de junho de 2019, assinada pela comissão de orientação e fiscalização do CFESS, que versa sobre a inserção de assistentes sociais em práticas integrativas e complementares no âmbito da saúde/Sistema Único de Saúde (SUS). A nota técnica inclusive aponta a possibilidade de fortalecimento das Práticas Integrativas e Complementares, brecha que pode permitir/legitimar a atuação de assistentes sociais na terapia de constelação familiar.

Nosso **objeto** de pesquisa parte da compreensão que essa é uma agenda que precisa ser pautada e está diretamente relacionada ao projeto ético-político crítico e a sua concreta efetivação num contexto tão perverso que o aprofundamento e radicalização da agenda neoliberal nos apresentam desafios permanentes que exigem a nossa atenção e reflexão.

As reflexões apresentadas guiaram nossos objetivos e como **objetivo geral** desta dissertação destacamos o interesse de estudar as relações entre TCF e as perspectivas conservadoras do serviço social entendendo que estas negam a concepção de projeto ético-político crítico no contexto do neoliberalismo no Brasil do início do século XXI.

Como **objetivos específicos**, consideramos ser importante: 1) Evidenciar nexos não causais entre o crescimento e o aprofundamento do conservadorismo e do familismo no Brasil e a utilização da constelação familiar como uma prática que disputa espaços de atuação e projetos de profissão; 2) Investigar qual a relação entre serviço social clínico e constelação familiar, e realizar uma análise de como a TCF vem permeando estudos e intervenções do serviço social através do levantamento de bibliografias (teses, dissertações, revistas, artigos, simpósios e dentre outros); 3) Entender quais os horizontes que estão colocados para a noção de projeto ético-político crítico historicamente construído pelo serviço social e refletir o uso da TCF como uma atualização das práticas realizadas pelo serviço social clínico que gera retrocessos para a profissão.

A nossa proposta revelou a necessidade de expor não só a metodologia utilizada, como também o quadro teórico-metodológico que comungamos na investigação.Entende-se que em Marx (2008) é na relação do investigador com o objeto investigado que esse processo é construído, haja vista que há a necessidade de complementaridade para a compreensão do fenômeno e a mediação entre suas múltiplas determinações e relações numerosas.

A totalidade do objeto investigado constitui o pano de fundo que esta pesquisa buscou alcançar para captar o fenômeno de determinada coisa, significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como, ao mesmo tempo, nele se esconde Kosik (1976). Entendendo que:

> A essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua pseudoconcreticidade, não se revelando em sua forma imediata, mas, sim, pelo desvelamento de seu conteúdo. A construção do conhecimento científico representa, pois, um percurso de descortinar o pseudoconcreto em direção ao concreto, o que significa dizer, um processo de superação do pseudoconhecimento em direção ao conhecimento fidedigno acerca do real, apreendido em seu movimento e desvelado em suas contradições. (MARTINS e LAVOURA, 2018, p. 229)

O processo exige que o pesquisador, partindo da aparência do fenômeno, o reflita criticamente, visando capturar os seus movimentos e aproximar-se de sua totalidade — já que é partindo da compreensão da totalidade do fenômeno que se pode vislumbrar contradição e mudança.

> Sem as contradições, as totalidades seriam inertes, mortas — e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade — e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (NETTO, 2011, p. 57).

É na busca pela descoberta dessas totalidades, de suas contradições, para pensar modos de transformação, que este estudo foi balizado pelo método histórico-dialético. Posto isto, nossa investigação buscou um compósito de atividades e de fontes aprofundadas no processo de investigação.

Inicialmente, utilizamos como fontes o levantamento das produções bibliográficas acerca das constelações familiares do padre Bert[12], vídeos que tratam da constelação[13] familiar

[12]Segundo pesquisa, todo o acervo de Bert Hellinger foi traduzido para a língua portuguesa e está amplamente divulgado no Brasil.

[13]Em 24/03/2022, aconteceu uma audiência pública interativa solicitada pelo senador Eduardo Girão (Podemos-C) e promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. A audiência debateu a Constelação familiar e a cura sistêmica e contou com a participação tanto de defensores das Constelações como de cientistas interessados em defender o papel da ciência nacional na permissão de novas tecnologias para as políticas sociais.

nas redes sociais[14] e as reações sobre esse material.Buscou-se mapear cursos de TCF (conteúdos, períodos e valores), bem como utilizar materiais que demonstram o avanço do Serviço Social Libertário e sobre a Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC).

Também consultamos os anais do XVII CBAS correspondentes ao período de investigação, artigos dos anais do 8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da ABRASCO, na Consulta Pública para Agenda do Conjunto CFESS/CRESS 2020, algumas monografias[15] e dissertações[16] que tratam da Política Nacional de Práticas Integrativas e Constelação Familiar e sua relação com o projeto ético-político crítico do serviço social.

Desta forma, com os marcos legais da construção da Política Nacional de Práticas Integrativas consideramos importante refletir acerca de textos que mostram tanto o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS[17], os Parâmetros para atuação dos Assistentes Sociais na saúde, CEDIM/RJ[18], Conselho Federal de Psicologia[19],e de outros órgãos[20],quantoos materiais que trabalhem as reflexões feitas por profissionais neste processo de amadurecimento[21] de novas temáticas[22].

---

[14]Foram utilizados vídeos produzidos por Gabriela Padilha Bailas, conhecida como Bibi Bailas, é uma cientista brasileira graduada em física e PhD em física teórica de partículas. Ela possui materiais críticos sobre Constelação Familiar produzidos para seu canal Física e Afins na plataforma YouTube.

[15] Monografia de COE, Nadja Petrillo pela UNB em 2007, que trata das interfaces da Política de Práticas Integrativas e Complementares e o Projeto Ético Político do Serviço Social.

[16] Importante situar aqui a dissertação de mestrado de Adriana de Paula VITOR (2021) — pela UNIFESP, que defende o uso das Constelações Familiares no trabalho social com famílias de adolescentes em conflito com a lei do município de Itanhaém.

[17]Ofício Circular n.º 89/2019 que afirma o posicionamento do CFESS referente à inserção de assistentes sociais nos procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionada às práticas integrativas e complementares (PICs).

[18] Em 29 de junho de 2020 a Comissão Especial de Segurança da Mulher Estado do Rio de Janeiro Conselho Estadual dos Direitos da Mulher — CEDIM/RJ notifica por meio de nota os Conselhos Regionais e Federal de Psicologia quanto o uso dessa prática por profissionais da psicologia e de outras áreas, ameaçarem direitos duramente conquistados.

[19]Nota Técnica CFP n.º 1/2023 que veda o uso de Constelação Familiar por psicólogos por concluir que “a prática é, no momento, incompatível com o exercício da Psicologia”.

[20]O XIV Fórum Nacional de Juízas e Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizado em Belém do Pará, entre 29 de novembro a 03 de dezembro de 2022 — publicou o **enunciado 67** alertando a Juízas e Juízes que “no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher não sejam utilizadas práticas de Constelação Familiar ou Sistêmica”.

[21] Apesar de poucas produções no campo acadêmico, nas pesquisas realizadas por Borba e Fernandes (2020) encontrei materiais e discursos que deflagram o uso da prática no campo sociojurídico.

[22]Nas pesquisas realizadas, encontrei uma exposição oral de Maria Tereza de OLIVEIRA e Elisângela Feitosa de SOUZA nos anais do 8º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da ABRASCO. As professoras neste trabalho expõem a disciplina que ofertam no curso de bacharelado de Serviço Social no Centro

Analisamos os rebatimentos dessa prática no Serviço Social, buscando compreender os argumentos produzidos pela profissão na Revista em Foco do CRESS/RJ (2004) — que realizou um debate sobre o Serviço Social Clínico.Utilizamos o documento Práticas Terapêuticas no âmbito do Serviço Social: Subsídios para o aprofundamento do estudo do CFESS (2008), uma vez que esse material foi importante para a discussão do parecer jurídico 569/2010.

No percurso da pesquisa, discutimos os riscos de adotar uma pseudociência como política pública. Todavia, compreendemos que o debate sobre TCF não deve ser realizado descolado das discussões acerca do serviço social clínico, uma vez que é a tentativa de retorno ao psicologismo que busca espaço para o uso de práticas integrativas ligando ao exercício profissional do assistente social.

A este respeito, Cunha e Nunes (2020) desenvolvem a tese de que o Serviço Social Clínico está alicerçado no conservadorismo higienista, que busca criar um perfil profissional terapêutico conservador adequado à reprodução do capitalismo e contrário ao projeto ético-político crítico, que marcado pelo novo sincretismo (pós-moderno) tende a usar referenciais fascistas, conservadoras e liberais para defender sua visão de mundo.

Para Netto (1993), o Serviço Social brasileiro em seu processo de renovação construiu três principais vertentes: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, que foram fundantes no Movimento de Reconceituação latino-americano num amplo processo de questionamento do Serviço Social Tradicional brasileiro. E mesmo com a intenção de ruptura saindo vencedora no período analisado por Netto (1993) e estando cada vez mais espraiada, formando quadros críticos no Serviço Social, faz-se necessário adensar as críticas ao conservadorismo presente no trabalho de assistentes sociais.

Podemos perceber que o processo de Renovação do Serviço Social apesar dos seus inúmeros avanços, não pode ser dado de maneira linear e etapista, sendo necessário compreender como o conservadorismo busca consagrar práticas que afirmam retrocessos, nos obrigando a analisar os nexos de sua contextualização histórica.

Buscando facilitar a melhor compreensão do nosso estudo, nossa dissertação foi construída em três capítulos interligados dialeticamente. No primeiro segmento, analisamos a trajetória do neoliberalismo nos seus mais de 50 anos de efetivação na América Latina.Destaca-se, nesse cenário, a sua efetivação mais recente no Brasil, com o objetivo de contextualizar as

---

Universitário FACEX. A disciplina visa: "1. Refletir sobre as políticas no âmbito da formação profissional do/a assistente social; 2. Destacar a importância do método freiriano na construção do projeto ético-político do Serviço Social; e, 3. Investigar como o profissional do Serviço Social poderá atuar no âmbito dessas políticas, especialmente no que se refere ao processo de educação em saúde".

demandas sociais, políticas e econômicas como questão individual ancorada na definição conservadora de família.

Entendemos que a implementação da agenda neoliberal no Brasil, ao construir a desresponsabilização do Estado na efetivação dos direitos, confere centralidade a uma visão conservadora e familista que necessita de ancoragens de práticas como a TCF — para serem fortalecidas. Essa agenda, por sua vez, permite a defesa de retrocessos no campo profissional.

Em sequência**,**partindo das discussões de Florence Hollis e Gordon Hamilton como ocorreu o desenvolvimento do serviço social psicossocial, visto que este debate é central para pensar comoa reatualização de tendências conservadoras presentes historicamente na profissão está presente no serviço social clínico. É a existência do serviço social psicossocial que usa baliza a necessidade de atuação mediante práticas terapêuticas e TCF, pelos seus defensores.

A expansão dessas perspectivas no Serviço Social contemporâneo não significa uma simples reprodução das formas tradicionais do conservadorismo analisadas por Netto, mas pode expressar a reatualização de determinadas tendências conservadoras em novas condições históricas, especialmente quando ocorre a individualização das expressões da questão social e o deslocamento de suas determinações estruturais para dimensões subjetivas e comportamentais.

Buscamos, com essas análises, aprofundar elementos discutidos anteriormente,recortando os nexos do conservadorismo, a agilidade da sua repercussão através das redes sociais, o protagonismo das análises pós-modernas e o crescimento dos vieses religiosos — sobretudo de cunho neopentecostal, como facilitadores de práticas profissionais reacionárias que evidenciam retrocessos que pareciam superados.

Na terceira parte do texto**,** realizamos um resgate histórico do serviço social clínico que apresenta um conservadorismo que, num primeiro momento, mostra-se envergonhado.Na segunda fase passa a ser escancarado e apresenta-se, sem véus, a defesa do uso das constelações familiares por assistentes sociais.Esse fato revela uma disputa travada entre os projetos em presença — cuja capacidade depende de negação da agenda neoliberal e da afirmação de um compromisso historicamente construído pelos assistentes sociais brasileiros na defesa das classes subalternas.

Por fim, discutimos a associação entre o Serviço Social e a TCF, destacando os riscos da utilização da mesma pelo Serviço Social — posto que a profissão que vem construindo, desde o movimento de reconceituaçãolatino-americanoum amplo processo de questionamento do Serviço Social tradicional. No Brasil, esse processo assumiu particularidades próprias, compondo o movimento de renovação profissional analisado por Netto, no qual a intenção de

ruptura constituiu uma das tendências que buscou estabelecer uma direção crítica para a profissão.

# 1 MAIS DE MEIO SÉCULO DE NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A COMPREENSÃO DO CONSERVADORISMO ATUAL

A trajetória do neoliberalismo na América Latina tem particularidades locais – embora seja um projeto hegemônico no campo internacional, não é possível esgotar todas as dinâmicas envolvidas no âmbito desta dissertação. Neste capítulo, abordamos a implementação da agenda neoliberal no Cone Sul para chegarmos à situação brasileira – que acontece de maneira tardia, mas que se alastra rapidamente dada a nossa estrutura de capitalismo periférico edependente de cultura política pouco afeita à democracia e à cidadania.Fato que promove a ligeira destruição das políticas sociais por meio da desresponsabilização do Estado.

Desta forma, os mais de 50 anos de neoliberalismo na América Latina foram demarcados por fases de hegemonia e contra-hegemonia, que segundo Serna (2023) são "ondas" distintas e complementares que indicam pistas para pensar o desenvolvimento do capitalismo na região e as implicações para as políticas sociais latino-americanas e brasileiras.

Nesta perspectiva, os estudos de Harvey (2008); Serna (2023) e Maranhão (2020) apontam para o desenvolvimento paulatino do projeto utópico do neoliberalismo no mundo e na América Latina e evidenciam as estratégias usadas para manter os benefícios das camadas mais altas.Criou-se, dessa forma, uma camada gerencial — parte da camada média — que garantiu a demarcação da hegemonia burguesa via gerenciamento das classes subalternas a longo prazo.

Na busca de adensar este processo, realizamos uma breve versação do desenvolvimento histórico do neoliberalismo na América Latina e no Brasil, que, nas palavras de Harvey (2008), é fruto de uma complexa história e constitui implicações que precisam ser aclaradas.

Desta forma, trataremos o neoliberalismo como o modo operante do capitalismo em sua forma mais atualizada, que visa dar respostas a uma crise estrutural sociometabólica, e não meramente uma corrente do pensamento econômico que visa analisar e tratar a política econômica.

Partindo dessa demarcação histórica, buscamos analisar a fragilização da ciência gerada pelo avanço do individualismo,o qual permite ressurgir expressões conservadoras de cunho fascistizante. Diante disso, variadas contribuições da ciência pós-moderna deixam caminhos abertos para a materialização de práticas como a Constelação Familiar. Ao longo de mais de meio século de neoliberalismo na América Latina, podemos afirmar que sua trajetória atravessa fases distintas que culminaram nas bases conservadoras contemporâneas.

## 1.1 **Raízes históricas do neoliberalismo**

Refletir sobre as inflexões que formaram o passado para compreender o presente e projetar é uma tarefa da sociedade.Em um contexto em que precisamos refletir, enquanto parte de um meio social, sobre as interferências que recebemos dos processos e projetos macrossocietários e quais ferramentas são necessárias para entender e atuar sobre a realidade social e local. Este é nosso ponto de partida, uma vez que precisamos refletir sobre os desafios que a lógica neoliberal vem impondo tanto à sociedade quanto à ciência nos seus 50 e poucos anos de efetivação na América Latina e 30 e poucos anos no Brasil.No entanto, para realizar este balanço, foi necessário retomar as concepções de neoliberalismo e indicar as principais chaves analíticas deste processo.

Conforme afirmou Perry Anderson (1995), o neoliberalismo teve seu amadurecimento teórico e político entre os anos 1944 e 1973.Dado que, mesmo sem as condições históricas para implementar o seu programa, a sua primeira aparição pode ser datada na obra: *O caminho da servidão* de Friedrich Hayek de 1944, e nas críticas feitas por ele ao partido trabalhista inglês em 1945.

Partindo de Perry Anderson, pode-se chegar à conclusão de que os anos de ouro vividos pelo capitalismo entre os anos 1950 e 1960, com a sua rápida expansão, acúmulo em massa e crescimento mais rápido de todos os tempos do capitalismo, a crítica ao Estado de Bem-Estar Social, era inócua e pouco expressiva naquele momento — mas que ganhou força com o fim do acordo de Bretton Woods[23] em 1971.

Para Mandel (1990), os anos de ouro podem ser entendidos como uma *longa onda expansiva* do capital, que tem em comum enormes níveis de produtividade com intensa centralização e concentração de capitais,o que gerou oligopólios nos países centrais do capitalismo.Esse processo permitiu um aumento exponencial das forças produtivas a ponto de transnacionalizar a produção de mercadorias, deixando bases para uma revolução tecnológica e o consequente controle geopolítico da economia mundial.

Entretanto, aliada a este processo de transnacionalização da produção e do consumo, a forte pressão dos trabalhadores, dos partidos e dos sindicatos funcionou como um termômetro, criando políticas keynesianas anticíclicas que visavam ao controle e ao ajuste econômico via ampliação do regime salarial, equilíbrio das contas nacionais e intervenção pública do Estado.

[23]O acordo de Bretton Woods foi um documento assinado por 44 países, que vigorou de 1944–1971, tendo como principal meta organizar o cenário econômico mundial e estabelecer um equilíbrio entre as políticas monetárias dos países; e durou todo o período fordista-keynesiano de produção denominado anos de ouro.

Como resultado das políticas anticíclicas keynesianas, ocorreu a criação do Welfare States/Estado de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central, o que traduz o acirramento da luta de classes, conduzindo os trabalhadores, por meio de movimentos organizados, a pressionarem o Estado em busca de melhores condições de reprodução da força de trabalho.

O Estado, enquanto instituição de classe,arregimenta as necessidades sociais dos movimentos de trabalhadores organizados e cria variados mecanismos de reprodução ampliada da sociedade capitalista, uma vez que passa a gerar políticas sociais custeadas com parte da apropriação privada da mais-valia capturada na relação capital *versus* trabalho.

Neste sentido,

> A política social, como parte da socialização dos custos da produção e valorização do capital nos países centrais, assume tanto o atendimento das demandas da classe trabalhadora, por melhorias na qualidade de vida, no acesso a bens materiais e numa maior participação democrática, ou seja, numa maior participação e apropriação do excedente econômico produzido pelo trabalho em geral. Por outro lado, corresponde também às demandas do capital tanto em relação aos níveis de qualificação da força de trabalho, requerendo um maior investimento na reprodução e formação da mesma, quanto na expansão dos mercados pelo consumo da classe trabalhadora, que pode aí superar os níveis básicos de consumo e cumprir um papel importante na expansão dos mercados e, portanto, na realização da mais-valia apropriada pelos capitalistas. Também o Estado no capitalismo central tem grandes interesses na realização das políticas sociais, que cumprirão, para este, um mecanismo de legitimação da ordem vigente, garantindo uma maior coesão social (SOUZA, 2016, p. 3)

Este Estado, que busca coesão social para a legitimação de sua origem, tem forte apelo no *Welfare State*, que visou implementar políticas sociais calcadas no pensamento dos seus dois principais expoentes intelectuais: John Maynard *Keynes e* William Henry *Beveridge.*

Para John Keynes, o Estado deveria programar uma firme intervenção na economia para garantir a estabilidade e o pleno emprego,garantindo, consequentemente, um alto nível de acumulação econômica. Por sua vez, William *Beveridge*pensou e criou um modelo de seguridade social,pelo seu caráter abrangente, inspirou diversas políticas públicas e sociais ao longo da história[24]. Sob essa perspectiva, o Estado via fundos públicos, deveria garantir aos trabalhadores um seguro universal, com ampla cobertura de direitos e de serviços.

Para esses expoentes, o Estado deveria criar essas garantias visando a adequação dos trabalhadores à lógica de acumulação capitalista que estava fundada, assegurando a coparticipação e a integração da classe trabalhadora a este modelo econômico "regulado".Isso se justifica pois a continuidade do lucro era uma linha constante, fruto de uma economia de mercado produtiva e harmoniosa dominada pelo Estado.

[24]O Sistema Único de Saúde (SUS) possui inspiração beveridgiana garantindo acesso universal a qualquer pessoa que esteja em território nacional.

É sob essa égide que o Estado burguês, pressionado pela classe trabalhadora via reivindicações diversas,aprofunda a sua maquinaria de manipulação ideológica no sentido de construir uma relação que faça do trabalhador um parceiro, um cidadão, um consumidor dos serviços sociais assumidos pelo Estado.

> Esses serviços públicos tinham objetivos bem claros: a) responder às reivindicações dos fortes movimentos operários quem surgiram na época; b) Assumir os custos de reprodução da força de trabalho antes pagos exclusivamente como os salários dos próprios trabalhadores; c) oferecer alternativas de fundos de reserva público disponíveis para serem investidos em empreendimentos privados e capitalistas (principalmente na reprodução e compra de bens de capital tem impulsionaram várias inovações tecnológicas); d) liberar parte dos salários dos trabalhadores para serem gastos com bens duráveis, principalmente automóveis, que nessa época se transformam na mola de expansão da acumulação da capital; e) e, finalmente, mas não menos importante, oferecer barreiras ideológicas a expansão do socialismo do leste, ela mais nessa época não se coloca como grande ameaça à sociedade capitalista. (MARANHÃO, 2004, p. 24)

Segundo Maranhão (2004), nos países centrais do capitalismo, essa garantia gerada pelo *Welfare State* não aparecia somente na intervenção direta do Estado, mas também no aumento real dos salários, em legislações sociais, na construção de políticas públicas e de serviços sociais — chamados de salários indiretos. Entretanto, mesmo garantindo um acesso à riqueza socialmente produzida aos trabalhadores por um tempo, esse desenvolvimento aconteceu de maneira desigual e combinada[25], e ficou restrito a Europa — visto que, em países como o Brasil, os trabalhadores vão experienciar o "estado de mal-estar social" nas palavras de Francisco de Oliveira.

Todavia, ainda que inicialmente pouco expressiva, foi fundada na Suíça, por Friedrich Hayek, a sociedade MontPérelin[26]– instituição que buscava fazer a crítica do Estado de Bem-Estar Social europeu e do *New Deal* norte-americano, com o propósito de combater o keynesianismo e afirmar as bases de um novo capitalismo duro e sem regras para o futuro.

Apesar de estarem na contramão do processo social, permaneceram por cerca de 20 anos desenvolvendo a crítica teórica ao keynesianismo fundada na noção de que a desigualdade é um valor positivo.Sob a perspectiva desse grupo, a igualdade promovida via regulação social pelo Estado de Bem-Estar Social destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade concorrencial do capitalismo,impossibilitando a prosperidade.

---

[25] Para DEMIER (2007, p. 1-2) trabalhando com uma perspectiva que compreendia o capitalismo como uma totalidade contraditória, e não como uma mera soma de nações (partes) isoladas, Trotsky afirmava que as regiões "coloniais" e "semicoloniais" não poderiam desenvolver a sua história em separado, e, portanto, não seria possível superar o atraso passando-se a um "estágio" superior ainda nos marcos do capitalismo.

[26]Reunia aliados do autor e ferrenhos críticos, a sociedade contava com nomes como: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga e dentre outros.

> Essas ideias permaneceram como letra morta até a crise capitalista dos anos 1970. Quando o capitalismo conheceu pela primeira vez um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, a famosa: estagflação. (CHAUÍ, 2019, s/p)

Segundo Behring e Boschetti (2016), a chamada "crise dos anos de ouro" eclodiu no início dos anos 1970, configurando-se como fruto da crise do capitalismo maduro, em suas fases cíclicas —tópicos estudados e demonstradas por Mandel no livro: O capitalismo tardio (1982).A partir desse cenário, surgem as brechas para o advento do neoliberalismo, dada a necessidade de o capitalismo repensar novas formas de exploração que já não combinavam com o fortalecimento do keynesianismo vigente que imperava nos países centrais do capitalismo.

> A recessão de 1974–1975 jogou por terra as crenças de que as crises do capital estariam sempre sob o controle por meio do intervencionismo keynesiano. O sonho marshalliano da combinação entre acumulação, equidade e democracia política parecia estar chegando ao fim. Na verdade, o avanço, já agora, do processo de internacionalização do capital foi um limitador da eficácia das medidas anticíclicas dos Estados Nacionais. (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 116)

Desta forma, cabe mencionar a tese de Mandel (1990, p. 390), a qual reforça que "uma retomada expansiva, profunda e ampla dessa economia dos anos vindouros está totalmente excluída". Para o autor, assim como em 1930, a crise que se inicia em 1973 é uma crise de superprodução que deflagra os limites do sistema capitalista, que:

> Com a estagnação econômica, o capitalismo foi obrigado a desenvolver grandes transformações na sua dinâmica de acumulação. As intervenções estatais na economia de mercado, propostas pelo ideário keynesiano, já não traziam soluções que permitissem a elevação das taxas de lucro capitalistas. Diante do futuro de crise e estagnação, gradualmente emergem soluções que pretendem desregulamentar a economia de mercado, visando impulsionar investimentos financeiros antes condenados pela política keynesiana. (MARANHÃO, 2009, p. 176)

É importante lembrar que, ainda que haja períodos de recuperação, vive-se, desde os anos 1970, uma longa onda de estagnação que faz a bibliografia especializada considerar uma crise estrutural do capital[27]. Segundo Mészáros (2002), a crise após os anos de 1970 apresenta quatro fatores centrais que a tornam estrutural:

> 1) seu caráter universal, em lugar de restrito a uma esfera particular [...] 2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal da palavra), em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...] 3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente [...] 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante [...]. (MÉSZÁROS, 2002, p. 796)

[27]É estrutural visto que "afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado" (MÉSZÁROS, 2000, p. 1).

É na saturação da produção principalmente de automóveis e eletrodomésticos — que eram os principais pontos de apoio do fordismo/keynesianismo—que o capitalismo passou a não conseguir formular respostas coletivas capazes de garantir o pleno emprego, a redução da jornada de trabalho, a garantia do salário real com a rentabilidade do capital.

O grupo formado por Friedrich Hayek e Milton Friedman passa a defender que a crise foi causada pelo grande poder dado aos sindicatos e aos movimentos operários.Esses grupos, por longo período, pressionavam por aumentos salariais e políticas sociais que aumentavam os encargos sociais do Estado, minorando os níveis de lucros das empresas e desencadeando processos inflacionários irremediáveis Chauí (2019).

Essa mudança drástica, datada pela crise de superprodução do final dos anos 1960, aprofundou a dificuldade de garantir consumo e a produção de bens fordistas. Além disso, aprofundou a necessidade de uma resposta apoiada em uma revolução tecnológica e organizacional na produção, comumente chamada de reestruturação produtiva, que impulsionou ainda mais as contradições do capital, direcionando-o à barbárie e à alta destrutividade.

Neste contexto, os neoliberais propuseram o seguinte remédio à crise:

> 1) Estado Forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimento operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) Um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária contendo os gastos sociais e restaurando o desemprego necessário que o próprio mercado com sua racionalidade própria operasse a desregulação, em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação anti-greve, vasto programa de privatização para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) Um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados, e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas aumentando os impostos sobre a renda individual, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; e 4) Um Estado que se afastasse da regulação da economia deixando que o próprio mercado com sua racionalidade própria operasse a desregulação, em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação anti-greve, vasto programa de privatização. (CHAUÍ, 2019, s/p)

Para Behring e Boschetti (2016) existem alguns elementos que expressam o nascimento do neoliberalismo, que são: mudança tecnológica e organizacional com desemprego em massa, mundialização da economia desigualmente combinada entre centro/periferia e o novo perfil das políticas econômicas,assim como a nova relação entre Estado/Sociedade Civil — implicando no desenvolvimento de políticas públicas e sociais.

A mudança tecnológica e organizacional pela corrida dos enormes lucros gerou um desemprego crônico e estrutural. Tanto que, no mesmo compasso que desorganizou a luta política dos trabalhadores, atuou na frente central da teoria neoliberal.Esse movimento visava retirar poder dos sindicatos, direitos dos trabalhadores, propagação de um subjetivismo e individualismo apoiados na cultura pós-moderna e negar qualquer proposta socialista que fosse contrária aos ditames do capital. Isso transformou o cenário para um "período regressivo para os trabalhadores, com uma correlação de forças desfavorável do ponto de vista político e da luta de classes" (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 124).

A mundialização da economia desenvolveu um processo de acumulação que conecta as dimensões local, nacional, regional e transnacionaldo capital com seus oligopólios internacionais, gerando consequências nefastas para as economias menos competitivas. Ao longo dessa dinâmica, três movimentos históricos ocorreram de forma concomitante e complementar, consolidando a mundialização do capital: "a) A hegemonia da ideologia neoliberal e a internacionalização do capital portador de juros; b) A nova gestão da produção capitalista e intensificação da extração de mais-valia; c) O avanço de novas formas de expropriação capitalista" (MARANHÃO, 2009, p. 178)

O neoliberalismo começou no Chile de Augusto Pinochet, mas são as experiências dos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos que espraiam o modelo por boa parte do globo, e depois da queda do muro de Berlim para o Leste Europeu, dando origem a um sistema de finanças liberalizadas e mundializadas, visto que:

> No embate cotidiano que empreendem para se expandir pelas partes do mundo que interessam e também para co-administrar as suas situações mais explosivas, em suma, para disputar e, ao mesmo tempo, gerenciar as crises, acabam por acarretar ainda mais destruição e precarização. A América Latina se "integra" à chamada mundialização destruindo-se socialmente. Na Ásia, a enorme expansão se dá às custas de uma brutal superexploração do trabalho, de que as recentes greves dos trabalhadores da Coréia do Sul, em 1997/8, são firmes denúncias de superexploração que atinge profundamente mulheres e crianças. (ANTUNES, 2000, p. 06)

Para Behring e Boschetti (2016) a agenda neoliberal vai impor um novo perfil às políticas econômicas,as quais passam a reduzir a emissão de moeda monetária, aumentar taxas de juros, diminuir os impostos sobre altos rendimentos, extinguir os controles sobre os fluxos financeiros, produzir níveis de desemprego maciço, amortecer as greves, deferir legislações antissindicais, promover cortes nos gastos sociais e instituir um amplo programa de privatização.

Por fim, a relação do Estado com a Sociedade Civil requererá, como sustentada nas palavras de Netto (2012), um Estado mínimo no campo social e máximo para o Capital.Em

outras palavras, Chauí (2019) aponta para o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento dos espaços privados dos interesses de mercado. A política econômica na reestruturação produtiva passa a carregar o trinômio: desregulamentação, flexibilização e terceirização, de forma que Antunes (2000) argumenta que:

> É preciso que se diga claramente: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo "mundo empresarial", são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem se utilizar do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não o eliminar. Pode precarizar-Io e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo. (ANTUNES, 2000, p. 06)

É neste cenário que essa relação de Estado mínimo fica mais evidente —visto que este atuará de maneira funcional ao mercado, não podendo mais ser "interventor" como no período keynesiano. Destacam Behring e Boshetti(2016, p. 132) que "a estrutura de financiamento e gastos públicos no período de hegemonia neoliberal vem produzindo uma sobrecarga nos impostos regressivos para a classe trabalhadora e a redução de gastos com políticas sociais".

Para Behring e Boschetti (2016, p.133) o Estado mínimo passa a priorizar uma lógica de priorizar programas de transferência de renda, focados em contornar o "desemprego de longa duração, a precarização nas relações de trabalho, a ampliação de ofertas de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, estáveis e não associados a direitos".

A crise do *Welfare State*e a rápida expansão do neoliberalismo nos anos 1970 obrigaram as social-democracias a adotarem uma agenda equiparada com as neoliberais. O neoliberalismo passa a ditar os ideários e os programas em todo o globo (do centro às periferias) "contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional" Antunes (2000, p. 09).

Em Maranhão (2020), o neoliberalismo pode ser analisado em três principais fases, sendo que a primeira foi iniciada entre os anos 60 e 70 do século XX – mas que foi gestada ainda no período expansivo do capital. Esse início gerou o laboratório neoliberal no governo Pinochet e a construção de uma cartilha neoliberal que estava presente no Consenso de Washington que previa austeridade fiscal de estado, política de privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e abertura indiscriminada do mercado.

Essa primeira fase que o capital mobilizou para enfrentar a sua crise estrutural foi responsável pela desregulamentação das finanças mundiais, pela expansão da dívida dos Estados – que colocam como o centro da crise econômica. O processo também trouxeà

ampliação das medidas de cortes de gastos estatais, a desregulamentação da força de trabalho, a redefinição da divisão internacional do trabalho, que reserva o lugar de produtor/exportador de tecnologias a um punhado de países imperialistas ao mesmo compasso que relega aos dependentes (América Latina e Brasil) o lugar de padrão exportador de especialização produtiva.

Como afirmamos no parágrafo introdutório deste capítulo para Serna (2023), o neoliberalismo pode ser pensado por três principais ondas, sendo esta primeira onda chamada de *Irrupção.* Nesse primeiro momento, o neoliberalismo busca a sua solidificação em escala mundial, usando os Estados autoritários para garantir seus programas via reestruturação produtiva e imposição da sua política econômica; pressiona a abertura fiscal e a deterioração da matriz social desenvolvimentista do Estado; e tem seu ponto de encerramento na crise da dívida externa nos anos 80, com a principal função de ajustar o Estado cortando gastos sociais, tal como ressaltamos nos autores acima.

As principais consequências da agenda neoliberal nessa primeira fase são:

> O aumento da velocidade no tempo de rotação do capital, a intensificação da mais-valia e a responsabilidade dos Estados desempenharem o papel de fiadores da acumulação e da especulação do capital fazendo que nos anos de 1990 um aumento exponencial do reflexo da questão social (precarização do trabalho, desigualdade, fome, violências e dentre outros) a ponto de começarem a surgir os primeiros movimentos seja de trabalhadores e de governos - sendo estes total ou parcialmente contrários aos efeitos do neoliberalismo no América Latina (MARANHÃO, 2020, s.p)

## 1.2 **Notas acerca do neoliberalismo na América Latina**

Tendo em vista que a América Latina foi o lócus privilegiado das transformações regressivas que aconteceram no mundo, como observou Sader (2020), nesta seção tocaremos na constituição do capitalismo na realidade latino-americana, suas particularidades, na configuração das políticas sociais e nas interferências neoliberais neste processo.

O neoliberalismo é implementado para ser uma alternativa ao socialismo/comunismo, às crises do capitalismo e às políticas intervencionistas do *welfarestates*em todo o globo. Todavia, o nascimento do neoliberalismo na América Latina, tal como na Europa, foi baseado nas análises de Mota (2012) na combinação de financeirização, crescimento econômico e políticas sociais compensatórias.O peso do passadocolonialista/escravocrata, em um modelo econômico historicamente concentrador de desigualdades na América Latina tornou esse

processo ainda mais devastador do que o planejado, o que nos leva a confirmar a robusta tese de um desenvolvimento desigual e combinado.

Como afirmado anteriormente, a implantação do neoliberalismo no Chile, no início dos anos 1970, foi imposta por uma ditadura militar. Esse fato afirma sem pudor quais eram os interesses na região, que revelou seu caráter autoritário, perverso e regressivo. O Chile foi o laboratório do neoliberalismo na América Latina, uma vez que, no lugar do Estado de bem-estar social e regulador, foi realizado um projeto macroeconômico de viés desestatizante, em que conviviam relativas liberdades econômicas e repressão violenta a direitos civis.

> O Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso começou no Chile, quase um decênio antes de Tatcher, na Inglaterra. (ANDERSON, 1995, p.19)

O neoliberalismo na América Latina é espraiado, rompendo ordens constitucionais e usando regimes ditatoriais para programar a sua lógica e estabelecer seu nascimento, haja vista que parte dos países da região estava vivenciando o maior período ditatorial registrado no bloco.

A América Latina foi atingida pelos efeitos de uma crise capitalista iniciada na Europa e que afetou países dependentes de todo o globo, visto que os custos desse cenário foram divididos de maneira generalizada entre os países.

> O desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo, sua aplicação frequentemente parcial e assimétrica de Estado para Estado e de formação social para formação social atestam o caráter não-elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu. (HARVEY 2008, p. 124)

Segundo Soares (2020), é necessário situar que a América Latina é um compósito de países capitalistas, caracterizados como uma região de capitalismo periférico, estruturalmente subdesenvolvido e retardatário-tardio. Por isso, é preciso considerar a formação sócio-histórica das desigualdades crescentes na América Latina tendo em vista que cada país se constitui à sua maneira – embora o bloco possua em comum o fato de não ter vivenciado o Estado de Bem-estar Social.

> Enquanto a Europa inaugura a austeridade neoliberal, como dão mostras à situação de Portugal, Espanha e Grécia, o Brasil e os demais países latino-americanos, herdeiros dos ajustes ditados abraçam o neodesenvolvimentismo e a ideologia dos latino-americanos, herdeiros social-liberalismo como meios de superação da crise do capital. Contudo, ambos os processos são expressões do realinhamento das relações mercado e classes sociais. (MOTA, 2012, p.1)

Nas análises de Sader (2000), o neoliberalismo na América Latina tem três pilares particulares para a sua entrada e permanência: 1) crise da dívida externa – visto que os governos latino-americanos tentaram manter o seu desenvolvimento à custa de uma enorme dívida externa, a qual, sem a previsibilidade de ser quitada devido ao aumento exponencial dos juros pelos EUA, gerou a retomada do Fundo Monetário Internacional, o qual passa a gerenciar a dívida com pesados ajustes ficais; 2) as ditaduras militares nos países latino-americanos politicamente mais importantes (Brasil, Uruguai, Chile e Argentina), já que esta condição quebrou a capacidade de resistência dos movimentos populares e sindicatos, preparando o terreno para a entrada dos governos neoliberais; 3) Implantação degovernos neoliberais, sendo o continente que teve a implantação desses modelos em suas modalidades mais radicais.

Para Soares (2000), os principais impactos do neoliberalismo na América Latina são, de um lado, o agravamento da desigualdade e o surgimento de novas expressões da questão social; e, de outro, a reconfiguração das políticas sociais, tendo foco especial naqueles referentes à Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social).

O programa neoliberal parte dos anos 1970, sendo amplamente realizado via sucessivas reformas neoliberais que expressam uma nova recomposição do Estado nos países latino-americanos para dar conta das necessidades do capital em sua fase financeira.

Quanto mais o Estado Neoliberal é aprofundado, mais nefastas podem ser suas consequências e complexas tornam-se possibilidades de reversão — neste sentido:

> A onda longa de estagnação capitalista, em conjunto com o programa de ajuste estrutural e político neoliberal aprofundou o fosso de miséria
> barbárie social nos países periféricos, ampliando o quadro de instabilidade política e social da América Latina e transformando esses países em sociedades extremamente instáveis, verdadeiros barris de pólvora, prontos para explodir a qualquer momento. (MARANHÃO, 2004, p. 88)

Para Chauí (2019), a nova forma do capital — chamada neoliberalismo — pode ser classificada com um punhado de traços, a saber:

> 1) Desemprego estrutural deixa de ser acidental ou fruto de uma crise; monetarismo e capital financeiro tornam-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias: o dinheiro; 2) A terceirização passa a operar de maneira estrutural com a passagem do fordismo para o toyotismo; 3) A classe trabalhadora perde todos os referenciais para perceber-se e lutar como classe social; 4) A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser meros suportes do capital para se converterem em agentes da sua acumulação – mudando o modo de inserção dos cientistas e dos técnicos na sociedade tornando os agentes econômicos diretos; 5) O centro econômico, jurídico, político e planetário encontra-se no Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial que operam com o único dogma proposto pelo grupo fundador do neoliberalismo: a

> estabilidade econômica e o corte do déficit público; 6) A polarização de classes aparece como polarização entre a opulência absoluta e a indigência absoluta; 7) O neoliberalismo opera por lutas e guerras com as quais ele efetua maximização dos lucros, isto é, opera por dominação e extermínio e modifica a antiga ideia do imperialismo – pois o capital se tornou planetário não há nada fora dele e para a sua expansão basta a delimitação de um espaço determinado, de um tempo determinado, para ser ocupado militarmente, economicamente devastado, para seguir se desocupado – o novo imperialismo se realiza segundo modelo militar pela ideia de operação; 8) As novas tecnologias de informação estruturam um novo poder planetário de vigilância e de controle que suplanta os estados nacionais e as particularidades sociais criando possibilidades de controlar todo sistema informativo-comunicativo em escala planetária. (CHAUÍ, 2019, s/p)

Para Soares (2020) a política econômica quase sempre determina a política social, e está incluída num contexto político e social que não é neutro. Os problemas que a América Latina vive nesses mais de 50 anos são fruto de políticas neoliberais deliberadas —as quais não são neutras, e não decorrem de crises econômicas isoladas, tendo seu nascedouro nos anos 70 e seu espraiamento na década de 1990.

É partindo da condição de que a América Latina é a região mais desigual do mundo— fruto do caráter tardio do desenvolvimento capitalista, da posição subalterna e explorada da região e das nuances da luta de classes — que as políticas de ajuste neoliberal se fazem essenciais para a propagação e perpetuação dessa lógica de constantes perdas da classe trabalhadora.

## 1.3 **A ofensiva neoliberal no Brasil e os seus impactos nas políticas sociais**

É sob esse signo que países em desenvolvimento como o Brasil não vão apresentar um desenvolvimento “padrão”, como ocorreu nos países de capitalismo central.É notório que a burguesia latino-americana e brasileira se preservou por meio de reformas pelo alto para manterem o *status quo* econômico e político afastando as classes subalternas do jogo.

> Na realidade de países como o Brasil que compunham as ex-colônias e semi colônias do imperialismo – o caráter de desenvolvimento especificamente tardio do modo capitalista de produção, a particularidade da formação econômico-social brasileira, a frágil articulação dos movimentos sindicais e populares e a constituição de uma burguesia anti-reformas que se sustentou sobre os fundamentos oligárquicos e patrimonialistas por um lado, impediram o surgimento de uma política pública de proteção e, por outro, desenvolveram formas diferenciadas de intervenção estatal sobre a “questão social” (MARANHÃO, 2004, p. 31)

Essas formas de intervenção diferenciadas são tecidas gradualmente e dos anos 30 aos 70, a economia brasileira, tão dependente como as demais latino-americanas, demonstra um importante avanço econômico por meio da diversificação industrial fordista que constitui o

chamado “milagre brasileiro”. Ademais, apresenta uma ode aos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, momento de avanço tecnocrático e conservador da política social e de internacionalização da economia brasileira como ressalta Behring e Boschetti (2016).

Todavia, em meio a este avanço, é importante frisar que o Brasil viveu a maior e mais recente ditadura de toda América Latina, consolidada de 1964–1985. Apesar disso ter gerado uma dessincronia com os processos internacionais, fortaleceu a autocracia burguesa, que historicamente é alimentada por um conjunto de particularidades econômicas, sociais, políticas e culturais perpetuadas na formação social brasileira.

O capital buscou,nesse momento, exportar bens fordistas e garantir que a economia continuasse em franca expansão, usando a internacionalização da economia de países dependentes como o Brasil para restaurar as taxas de crescimento obtidas nos “anos de ouro”.Contudo, ainda que impulsionado pelo Estado, esse processo não avançou por muito tempo dado o limite de ampliação do mercado interno, da crise internacional, das contradições do desenvolvimentismo autocrático burguês.

> A ditadura militar reeditou a modernização conservadora como via de aprofundamento das relações sociais capitalistas no Brasil, agora de natureza claramente monopolista (Netto, 1991), reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num mix de repressão e assistência, tendo em vista manter sobre controle as forças de trabalho que desapontam. (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 136)

A realidade brasileira viveu esse contraste entre assistência e repressão por 20 anos seguidos. Isso porque, em 1974, passa a acontecer a decadência desse projeto de crescimento nacional tecnocrático modernizador-conservador, uma vez que a restrição de fluxos de capitais internacionais que ocorreu em toda a América Latina — e também os limites nacionais — impediram a sua continuidade. As classes subalternas e os movimentos populares perceberam o esgotamento do milagre brasileiro e a não repartição dos seus ganhos.

Vivem-se, no Brasil, anos de distensão, já que, paulatinamente o regime ditatorial abrirá as brechas para o regime democrático para, na sequência, acontecer a entrada dos ajustes neoliberais, que chegam de maneira tardia. Esse período é marcado por uma transição democrática fortemente controlada pelas elites, comumente vista como revolução pelo alto.Interessadas em evitar que uma vontade popular mais radicalizada se avolumasse nas demandas da questão social,essas elites constroem, de maneira passiva a retirada do projeto ditatorial,dandoinício às mudanças estruturais no país impostas pelo modelo neoliberal, que evidenciam:

> O recrudescimento do endividamento externo e suas consequências são dados fundamentais para entender o ocaso da ditadura e nosso passaporte para a crise econômica crônica daqueles anos, após o curto tempo virtuoso do milagre. Na entrada dos anos 1980, tem-se o aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. Segundo o rico estudo de Kucinski e Branford (1987), no processo de endividamento localizam-se as principais decorrências da reorganização política econômica norte-americana em busca da hegemonia do dólar, bem como o início das pressões cujos resultados derruir a possibilidade de ruptura com a heteronomia, contida no desenvolvimentismo, este, por sua vez, fundado na substituição de importações no Brasil e na América Latina. (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 138)

É nesse contexto que a crise será fortalecida, visto que os anos 80 foram considerados uma década perdida para a economia latino-americana e brasileira.O período trouxe um reordenamento industrial e financeiro do capitalismo,o qual beneficiou os países centrais enquanto os custos foram pagos pelos países da periferia desse meio econômico, pelos sindicatos e pelas políticas sociais.

Para Behring e Boschetti (2016), no Brasil o impacto social causado pela crise de um país derruído pela inflação—a qual tem como caule o reordenamento neoliberal internacional na década de 80 foi—a mola propulsora no Brasil para a criação de um forte movimento popular/trabalhadores pela retomada do Estado democrático de direito.Esse processo resultou em garantias constitucionais como a noção Seguridade Social articulando as políticas Previdência, Saúde e Assistência Social; e a ampliação aposentadoria para trabalhadores rurais e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)para idosos e pessoas com deficiência no valor de um salário-mínimo, o que se tornou um incômodo para as elites brasileiras e internacionais.

> A incorporação da noção de seguridade no Brasil implicou em um redimensionamento significativo das três políticas que a integram. No caso da saúde, o reconhecimento de que "a saúde é direito de todos e um dever do Estado" (BRASIL, 2002, art. 196) marcou uma mudança significativa com o modelo securitário representado pela medicina previdenciária, ampliando, assim, a própria concepção de direito à saúde. Na assistência social, é preciso reconhecer que, pela primeira vez, esta adquiriu o estatuto de política pública, entendida como área de intervenção do Estado, o que abriu possibilidades de rompimento com o legado assistencialista. E mesmo na Previdência Social, na qual se mantém a lógica contributiva que requer uma base atuarial para garantir sua sustentabilidade, verificou-se o afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema, legitimando programas de transferência de renda do porte da aposentadoria rural. (MONNERAT E SOUZA, 2011, p. 42)

As autoras afirmam que esses processos foram construídos por usuários, profissionais e variados sujeitos políticos que foram importantes na luta para caracterizar esses direitos pela

primeira vez no Brasil, garantindo-os via Constituição Federal de 1988 por meio de políticas orientadas pela universalização, responsabilidade pública e gestão democrática.

No campo da assistência, foi uma árdua tarefa colocar a assistência social no guarda-chuva da seguridade social, tirando-a do lugar de uma política de ocasião.Na saúde, estes movimentos garantiram o nascimento do SUS, fundado nos princípios do movimento de reforma sanitária e nos pilares da saúde integral.Na previdência, garantiu-se o financiamento, além da licença-maternidade de 120 dias e da mudança no regime de aposentadoria, dentre outros direitos.No campo da infância,teve-se uma forte militância para reconhecer a criança e o adolescente como sujeito de direitos que veio a desdobrar-se no nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Ainda que a Constituição Federal de 1988 demarque um histórico processo de lutas progressistas no Brasil manteve-se a universalidade *versus* seletividade das políticas sociais, a iniciativa privada permaneceu de maneira complementar – mas com espaço ativo na disputa pelos fundos públicos –, e pode-se afirmar que a noção de seguridade social prescrita não foi implementada seja pela conjuntura política e econômica que passa a vigorar no Brasil após 1990, seja pela dificuldade dos setores em propor um orçamento único ou pela dificuldade de integração entendendo a seguridade como um todo indivisível Monnerat e Souza (2011).

> Apesar do ascenso das lutas democráticas e dos movimentos sociais, que apontavam condições políticas e uma base de legitimidade forte para a realização de reformas efetivas, muitas contratendências se interpuseram a essa possibilidade. Os anos 1990 até os dias de hoje tem sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 138)

Para Serna (2023), esse momento representa a segunda onda da hegemonia neoliberal a qual, com base no Consenso de Washington, defende um novo ciclo democrático neoliberal. Esse ciclo é marcado por com medidas de ajuste e reformas estruturais, que fazem do mercado o agente central do desenvolvimento, por meio da privatização e centralização. No entanto, todo esse processo de neoliberalização do Estado empresarial e social vai resultar numa crise no final dos anos 90.

> O consenso de Washington deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprimiu uma direção política de classe as estratégias de enfrentamento da crise dos anos 80, especialmente no que diz respeito às reformas que foram implementadas pelos países periféricos devedores do capital financeiro internacional (MOTA, 1995, p. 80)

De acordo com Maranhão (2004), o imperialismo internacional superou as disputas e chegou a um acordo em torno do projeto de restauração burguês, expresso no chamado "Consenso de Washington", elaborado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, o qual defende novos mecanismos de integração e ajuste das economias periféricas às necessidades do capitalismo internacional.

Todavia, a adaptação da economia brasileira aos novos modelos impostos pelo mercado mundial, sob a direção política neoliberal dos países centrais resultou em uma longa batalha pela direção do projeto nacional brasileiro. A batalha travada pelas forças políticas brasileiras pelo comando dos destinos nacionais ocorreu durante a redemocratização do país e havia dois projetos políticos claramente distintos.

Essa disputa se deu em dois grandes projetos: o primeiro, alinhado ao capital, defendia os discursos da burguesia nacional, lutou para que se criasse uma ampla reforma que incluísse o Brasil no processo irreversível de globalização dos mercados mundiais. Esse projeto começou pela autocracia burguesa, via endividamento externo sustentado pelo milagre brasileiro,o qual comprometeu a economia e as contas do Estado, deixando margem para os governos democráticos idealizaram um novo projeto que associa o Brasil à economia mundial e ao imperialismo internacional. O segundo, em prol das classes subalternas, defendia o crescimento autônomo do país com reformas de base e socialização dos ganhos produtivos, com os trabalhadores instituindo direitos sociais e desenvolvendo políticas de seguridade social.

> Tudo isso se complica quando falamos de Brasil. No país das "ideias fora do lugar", que depois se acomodaram e "entraram no lugar", o liberalismo à moda brasileira não teve vergonha nenhuma de se acasalar com o atraso, herdando o horror da escravidão e operando por meio de soluções políticas "pelo alto", que historicamente excluíram os/as "de baixo" dos processos políticos mais relevantes. A Independência de 1822, a Abolição de 1888, a Proclamação da República de 1889, a "Revolução" de 1930, o golpe de 1964, são, todos eles, exemplos históricos de "revoluções pelo alto", marcados, em suas diferenças, por processos que excluíram as massas do centro político decisório, cooptando-as ou reprimindo-as quando se rebelaram. (BRAZ, 2022, p. 19)

Diante dessas condições sociohistóricas, nos anos 1990, o neoliberalismo surge tardiamente no Brasil, sendo o projeto do capital vencedor. Assim, a agenda neoliberal impõe uma série de mudanças draconianas que impactam nossa realidade devido à sua estrutura dependente, subordinada e relacionada ao nosso modelo de capitalismo, fazendo com que 'reformar' o Estado seja a tônica desse período.

A respeito das 'reformas', consideramos que:

> A "reforma", tal como foi conduzida, acabou tendo o impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas,

> considerando sua relação com a política econômica e o boom da dívida pública. Houve uma forte tendência de desresponsabilização pela política social - em nome da qual se Faria "reforma"-, acompanhada de desprezo pelo padrão constitucional de seguridade Social ponto isso ocorreu visa a vis um crescimento da demanda social, associado ao aumento do desemprego da pobreza, aprofundadas pela macroeconomia do plano real. Isso significou uma ausência de política social? Claro que não, mas as formulações de política social foram capturadas por uma lógica de adaptação ao novo contexto. Daí decorre o trinômio do neoliberalismo para as políticas sociais – privatização, focalização/seletividade e descentralização (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 155)

Para Behring e Boschetti (2016), a década de 90 termina assinalando um contexto em que as forças de resistência brasileiras estão divididas, sobretudo o movimento dos trabalhadores, devido ao desemprego, à precarização e à flexibilização das relações de trabalho. Esses fatores,aliados às estratégias de extração de superlucros, a supercapitalização e ao desprezoburguês pelo pacto social dos anos de crescimento, dão margem para a configuração de um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo:

> Neste contexto, os modelos de ajuste estruturais neoliberais propostos às economias periféricas desencadearam a perda da substância dos estados nacionais. O ensejo de tornar-se "competitivo" à economia globalizada implicou na contenção da atenção ao mercado interno, no bloqueio do crescimento dos salários (e dos demais direitos sociais), na aplicação de políticas macroeconômicas monetaristas (altas taxas de juros), ocasionando o desaparecimento de pequenas empresas e empregos. O ônus social destes ajustes expropriou direitos da classe trabalhadora latino-americana e caribenha, degradando sua condição de vida e o acesso a mínimos existenciais. (RODRIGUES, 2023, p. 5)

É na virada do século que os rumos sociais, econômicos e políticos apresentam diferentes contornos, mas mantêm a racionalidade neoliberal.Isso porque, para Rodrigues (2023, p. 09),"a ascensão conservadora significou a manutenção dos privilégios das elites, da dependência econômica dos países latino-americanos e a adoção integral da matriz teórica neoliberal". Nesse quadro, a autora demonstra como ocorreu esse *mix* esquerda-direita:

Quadro 1 – Síntese dos ciclos neoliberais na América Latina

| Países | 1° Ciclo – Cariz Neoliberal e Conservador | 2º Ciclo – Cariz Neoliberal e Progressista | 3º Ciclo – Cariz Neoliberal e Neoconservador |
|---|---|---|---|
| Argentina | Carlos Menem; Fernando de La Rúa; Adolfo Saá; Eduardo Duhalde (1990/2002) | Néstor Kirchner; Cristina Kirchner (2003/2014) Alberto Fernández (2019-2023) | Mauricio Macri (2015 à 2018) |
| Brasil | Fernando Collor; Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso (1990/2002) | Lula da Silva; Dilma Rousseff (2002/2015) | Michel Temer (2016/2018) Jair Bolsonaro (2019/2023) |
| Chile | Patricio Aylwin; Eduardo Frei (1990/1999) | Ricardo Lagos; Michelle Bachelet (2000/2009 e 2014/) | Sebastián Piñera (2010/2013) e (2018/2022) |
| Uruguai | Luis Lacalle; JulioCoirolo; Jorge Batlle (1990/2004) | Tabaré Vásquez; José Mujica (2005/2014) | Lacalle Pou (2020/2023) |

Fonte: Sistematização de Rodrigues (2023)

De acordo com Serna (2022, s/p), o terceiro período do neoliberalismo é caracterizado por reformas em torno do projeto nacional desenvolvimentista implantado na América Latina pela esquerda, a qual assume o poder pela primeira vez, resultando na chamada Maré Rosa[28]. Entretanto, essa onda progressista não reverteu o caráter neoliberal das políticas sociais, abrindo brechas para a retomada de ideais tradicionais.

> Durante a ascensão progressista vislumbrou-se uma postura moderada e conciliatória, distante da clássica esquerda, referendando a articulação entre neoliberalismo e progresso como um caminho inevitável. “O resultado foram projetos de mudança que aceitaram os parâmetros da ordem que haviam herdado, visando renegociar em melhores termos a inserção mundial e seus países e a situação dos ‘excluídos’ que frequentemente representaram” (SANTOS, 2018, p. 1). Sob tal prisma, percebeu-se que a onda progressista latino-americana foi simultaneamente progressista e conservadora. (RODRIGUES, 2023, p. 11)

[28]O termo 'Maré Rosa' foi criado por Francisco Panizza após a ascensão de partidos e líderes de esquerda ao poder executivo nacional na maioria da América-Latina, evidenciando diversas agendas e a tendência antiliberal em comum.

É no final da segunda década do século XXI que surge uma reação à Maré Rosa.Essa reação, ao retomar os traços conservadores e liberais, afirma o enfraquecimento do político e do social via valorização da moralidade tradicional e do descrédito do bem público pela razão neoliberal. Esses traços vão fundir neoliberalismo e conservadorismo, entendendo que:

> Estas novas forças conjugam elementos já familiares do neoliberalismo (favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opostos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais). Elas conjugam a retidão moral com uma conduta amoral e não civilizada, quase celebrada. Endossam a autoridade enquanto exibem desinibição social e agressão pública sem precedentes. Batem-se contra o relativismo, mas também contra a ciência e a razão, e rejeitam afirmações baseadas em fatos, argumentação racional, credibilidade e responsabilidade. Desdenham dos políticos e da política enquanto manifestam uma feroz vontade de potência e ambição política. (BROWN, 2019, p. 10)

Os grupos autoritários tomam o poder em diversas partes do mundo[29], especialmente na América Latina, conforme apresentado no quadro anterior. Após o golpe de Estado de Michel Temer (2016-2018), começaram a surgir as nuances neoliberais e conservadoras que estavam em andamento. Contudo, é no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2023) que,conforme apontam Horst e Alves (2024, p. 3), o país "passou a ser assolado por um conservadorismo contemporâneo ainda mais acentuado, mostrando escancaradamente as facetas da extrema-direita reacionária, imperialista, neofascista".

Dentro deste processo, destaca-se que:

> The move towardconservatismandriseofthe New Right in Brazil are oftenassociatedwiththe coup against Dilma Roussef and Jair Bolsonaro Selection in 2018. Its roots are, however, associatedwiththedeepeningofthecapitalistcrisis, and date backtothe 1980s. A periodmarked, internally, bypoliticalopennessanddisputesfoughtbyconservativeandprogressivesectorswithinthe normal constitutionalprocess (Corrêa, 2021a; Teixeira, 2021a; Teixeira; Nunes; Oliveira, 2021). The conservative trend hadbeendeveloping, às Corrêa (2021a) points out, graduallyandfor alongtime, gainingrenewedmomentum inthe 21st century. (RODRIGUES, 2023, p. 4).

De acordo com Brown (2019), ocorre um processo de (des)democratização que ocorrerá com o avanço da agenda antidemocrática. Esta agenda inclui conservadorismo contemporâneo, discursos recorrentes de ódio, irracionalismo, anticientificismo, antiambientalismo, repúdio ao social, racismo, machismo, demonização das questões de gênero e das minorias, além daaproximação ao fascismo. É importante afirmar que para cada fase do modo de produção

[29]Em diversas democracias pelo mundo, essas forças políticas de extrema-direita assumiram o poder: Hungria, Polônia, Estados Unidos, Rússia, Índia e Israel, neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, o Brexit conduzido pela xenofobia, o nacionalismo branco na Escandinávia e os regimes autoritários que surgiram na Turquia e no Leste Europeu.

capitalista, podemos encontrar diferentes feições do conservadorismo, de caráter proteano, todas elas como respostas às lutas de classes, como ressaltam Cabrita (2017)[30], Rodrigues (2021) e Oliveira (2021) em suas pesquisas.

> Embora o conservadorismo atual, de caráter filofascista, e sua aparição recente (somente a partir da primeira década dos anos 2000) estejam a exigir maiores estudos e debates, é legítimo sustentar que podemos compreendê-lo melhor se buscarmos as suas mediações com as gigantescas transformações societárias operadas em escala planetária desde 1970, quando se processa a "restauração do capital", mais especificamente suas conexões com um aprofundamento brutal do predomínio do capital financeiro na dinâmica da reprodução ampliada do capitalismo e o fortalecimento em todo o mundo das forças de extrema-direita logo após a crise do subprime de 2008. (RODRIGUES, 2021, p. 51-52)

Nesse horizonte de análise, ocorre uma alteração dos direitos, que serão modificados diante deste grande retrocesso.Isso porque o conservadorismo contemporâneo[31] ressurge intrinsecamente ligado ao neoliberalismo, dando caráter internacional a sua forma de atuação como apontamSouza (2016), Cabrita (2017), Freire (2018), Rodrigues (2021) e Oliveira (2021).

Pensar no conservadorismo clássico é olhar para trás e reconhecer em Edmund Burke a maior referência. Esse pensador buscava a defesa da lei natural e moral, bem como da tradição ocidental por meio de três pilares centrais desse pensamento: (a) a defesa de uma liberdade ordeira; (b) a defesa de instituições como a família, o Estado e a Igreja; e (c) a consagração constitucional dos direitos inalienáveis dos indivíduos (CABRITA, 2017).

> Burke defendia valores religiosos para a vida social, como a recristianização da sociedade, a pureza da fé, a defesa da propriedade privada, a autoridade e a hierarquia. Abraçando o monoteísmo cristão, Burke projeta suas concepções teológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural e divinamente estabelecida. Sua influência está presente nas posições políticas de vários sujeitos políticos e no discurso cotidiano dos indivíduos, grupos e classes. (FIGUEIREDO, 2023, p. 54)

Para Rodrigues (2021), é partindo do pensamento aristocrático do conservadorEdmund Burke que o conservadorismo contemporâneo recupera três traços elementares, sendo eles: 1) Buscam expressar com orgulho e de maneira escancarada a sua face conservadora - não somente afirmando seu projeto conservador, mas lutando contra o avanço de pautas e conquistas das minorias sociais; 2) Nutre-se de um exacerbado relativismo cultural promovido pela grande capacidade do capitalismo influenciar modos de vida cotidianos por meio do crescimento

[30]Recebi a orientação de fazer a leitura de Cabrita (2017) durante a qualificação do projeto e capturei que são variadas as vertentes dos "conservadorismos", sendo que a dissertação de mestrado não dará conta de entrar na especificidade de cada uma delas.

[31]Tal como OLIVEIRA (2021) optamos por usar a expressão conservadorismo contemporâneo entendendo que esta dissertação não fará o percurso de acerca dos conservadorismos e suas vertentes.

exponencial de big datas e fake news e 3) O apelo a visão teocêntrica de mundo colocando a religião como um instrumento regulador e normatizador das relações sociais, capaz de determinar a ação dos homens e da coletividade.

Esses traços elementares são privilegiados na teoria burkeana para a atuação sobre as instituições de sociabilidade primária, sendo elas: a família, a igreja, a escola, os grupos corporativos Freire (2018). É usando a religião como mote que o conservadorismo contemporâneo avança suas pautas e afirma seus valores para a vida social.

Nesse ínterim, comungando com noções apoiadas por esse processo legitima-se o uso da TCF nas políticas sociais brasileiras, tema escolhido para esta dissertação, entendendo que seu uso por assistentes sociais deflagra a afirmação de um exercício profissional conservador contemporâneo, visto que:

> Radicalmente situado no sentido em que o "que é valorizável, aos olhos do conservador, é a experiência adquirida. O que é antigo é reconhecido precisamente porque se presume experimentado" e, sobretudo, porque resistiu ao mais importante teste: "o teste do tempo". Como se pode constatar, portanto, é o teste da experiência importante para o conservador. A maioria dos conservadores contemporâneos preocupa-se com a *decadência da família, com o divórcio*, com os filhos fora do casamento, com a perda da autoridade, com o relativismo, com os estilos de vida alternativos, com a desintegração do tecido social, com a promiscuidade e com a criminalidade. Por que é que isto acontece? Porque, por um lado, estes fenômenos são considerados desvios da ordem natural e também porque, por outro lado, não têm a confirmação da experiência histórica. (CABRITA, 2017, p. 4)

Consideramos que esse tipo de abordagem ou terapia (TCF) tem avançado à medida que a pauta conservadora contemporânea toma conta da agenda pública.Essa agenda estabelece um discurso que enfatiza a defesa de um modelo idealizado de família (branca, cisgênera, cristã e não proletária), reforçando a noção de "ausência de Estado para o social e presença do Estado para o Capital", que:

> The defenceof policies for familiesisstrategic. Elevated The Status ofthemainalternative for combatinggenderideology, thedefenceoftheso-callednatural familyisalsolinkedto a lackofstateresponsibility; theprivatisationof socialprotection; thestrengtheningof hetero patriarchalism; and de legitimationanderosionofpublicspacesandparticipation. (RODRIGUES, 2023, p. 43)

Tal atitude desresponsabiliza o Estado da necessidade de pensar ações coletivas de proteção aos direitos por meio de políticas sociais e individualiza as respostas nas famílias, vistas como naturais e sagradas, com a função de proteger seus entes, preservando a ordem moral, cívica e econômica do país. Nesse sentido, Horst e Alves (2024) sinalizam que a defesa da família no discurso bolsonarista não é por acaso: a família é uma instituição que auxilia na

reprodução e manutenção do sistema, além de ser também uma forma de mascarar as justificativas das crises do capital.

É nessa direção que percebemos as mudanças propostas nas políticas sociais brasileiras, incluindo a grave situação de inserção da TCF como uma prática integrativa complementar. Esse fato evidencia o forte apelo ao ajuste, responsabilização e controle social do Estado conservador por meio da precarização dos serviços públicos, com forte tendência familista que foi agudizada nesse período histórico.

> Se nos últimos anos – principalmente nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) – a família reaparece formalmente como central nas políticas sociais. É no pós-impeachment (2016) com o governo de Michel Temer e na eleição do governo Bolsonaro (2018) que a tendência familista vai se agudizar, como expressão da conjuntura histórica brasileira. O familismo como um mecanismo de dominação ideológica se reproduz como estratégia para responsabilizar os indivíduos e suas famílias pelo caos instalado pela sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a) mascaram os determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; b) deslocam as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito 'particular'; c) centralizam as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o apassivamento dos sujeitos, a produção de consensos. Já que se trata de um problema da minha família e não da sociabilidade burguesa. (HORST e MIOTO, 2021)

É nesse contexto de neoliberalismo radicalizado e conservadorismo reacionário que vivenciamos o aprofundamento das desigualdades. Diante dessa conjuntura, a defesa de um exercício profissional ultraconservador ganha visibilidade, visto que, em contextos democráticos, o avanço da extrema direita profissional tem dificuldade de encontrar fundamentos para avançar.

Vale lembrar que a desresponsabilização do Estado brasileiro na garantia de mínimos sociais acontece desde a implementação do neoliberalismo. Contudo, é na junção com o conservadorismo que a estratégia familista passa a responsabilizar os indivíduos e as famílias pelo caos criado por uma sociabilidade própria do capitalismo, de maneira formalizada. Tal mudança permite notar que essa família, que antes buscava contribuir para o cuidado dos seus membros, considerando laços afetivos de solidariedade e cooperação, passa a assumir a responsabilidade pelos seus entes sob o risco de ser judicializada e criminalizada.

Concordamos com sinalização que:

> A relação entre família e proteção social se destaca a partir da análise marxista da revitalização da família em um contexto de regressão e participação do Estado, cuja defesa é o rompimento da concepção familista, que interpreta a família como a principal fonte de proteção social, responsabilizando-a pelo cuidado, assistência e sobrevivência de seus membros. Mioto (2015) assinala a concepção de familismo, a qual é apoiada em uma concepção de família burguesa, nuclear, mas que passa a ser estruturada na dinâmica de construção / elaboração de assistência pública na contemporaneidade. Essa perspectiva atribui responsabilidades exclusivas sobre a

> família ao mesmo tempo em que há a desresponsabilização do Estado na provisão de bem-estar. (FIGUEIREDO, 2023, p. 42)

Desta forma, se políticas sociais não conseguem garantir mínimos sociais às populações mais afetadas pela ausência de direitos básicos prescritos na Constituição Federal de 1988 - como o caso brasileiro, e a responsabilidade pela garantia de bem-estar está a encargo da família e do mercado, temos um Estado Familista.

É muito comum, como colocam Host e Alves (2024), que em livre ambiente a gente possa escutar que a família é a *base da sociedade,* colocando em evidência a *sacralização da família* e a responsabilização da família por qualquer desordem societária. Entendemos que o familismo gestado na sociedade brasileira acontece porque a família é uma instituição que, ao mesmo passo que contribui de maneira sistemática na reprodução e manutenção do sistema, permite deslocar as crises do capital para um problema do sujeito que deve ser resolvido no seio da unidade familiar.

> A proposta neoliberal "implicou na adoção de uma 'solução familiar' para proteção social" em um "processo de familiarização". Para a autora, o processo de supervalorização da família especialmente no âmbito das políticas públicas acontece com a expansão de um perfil compensatório e residual, com os programas de transferência de renda, o desenvolvimento do voluntariado e o surgimento de novas profissões no interior das políticas sociais círculo com reativação de práticas disciplinadoras, especialmente em relação às famílias mais pobres. (GUIMARÃES[32], 2016, p. 20)

Para Netto (1996) é deslocando os problemas da sociedade burguesa para a família que a tendência conservadora moraliza os problemas sociais e os imputa aos indivíduos.Dessa forma: a passagem da moralização da sociedade à individualização dos problemas sociais é um processo que enlaça, como se verifica, componentes teórico-culturais e tendências econômico-sociais próprias da gestação e da consolidação da ordem monopólica.

É apoiada na política familista brasileira que a TCF aposta na individualização dos problemas sociais —os quais são intrínsecos ao sistema capitalista de produção, para defender a sua tese de tratamento das famílias.Sob reprodução da tradição, do moralismo, do patriarcalismo, de visões higienistas que reforçam papéis fixos nas famílias, essa abordagem reafirmam o desejo do modo de produção capitalista pela intensificação da responsabilização familiar, podemos refletir que:

> Aindividualização dos problemas sociais,sua remissãoà problemáticasingular ('psicológica') dos sujeitos por eles afetados, é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da "questão social" na idade do

[32]Conhecemos o trabalho de GUIMARÃES (2016; 2017) durante a qualificação do projeto, sendo uma importante referência para o debate que realizamos

> monopólio: ela permite - com todas as consequências que daí decorrem - psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem, com rebatimentos prático-sociais de monta, estratégias,retóricase terapias de ajustamento, etc.). (NETTO, 1996, p. 37)

A TCF, ao individualizar expressões da "questão social" apostando no ajustamento moral dos indivíduos, leva a psicologização de problemas sociais, transferindo a responsabilidade estrutural destas expressões para a personalidade e características de indivíduos.Nesse sentido, podemos afirmar que o Estado por meio de uma política familista utiliza da culpa, da responsabilização e da psicologização para retirar de si, deveres institucionais — a proteção social pública e estatal.

> O serviço social ao longo de sua construção histórica teve sua prática marcada por uma ação conservadora, com influências e pensamento social da igreja, do pensamento positivista, funcionalista e da fenomenologia, que fundamentam uma ação voltada para o ajustamento, controle e ajuda psicossocial de seus usuários. A partir das décadas de 1970-80, a categoria se aproxima do materialismo histórico dialético, construindo um acúmulo nesta perspectiva fazendo com que hoje direcione o seu projeto profissional posicionando-se em defesa da classe trabalhadora. Nessa perspectiva busca-se construir uma ação profissional que supere o conservadorismo, a partir da defesa dos direitos sociais. No entanto, o conservadorismo ainda se faz presente nas instâncias da formação e trabalho profissional representando um desafio para a categoria. No cenário atual, a profissão também é influenciada por perspectivas conservadoras. (GUIMARÃES, 2016, p. 24)

É partindo dessa construção histórica que no próximo capítulo analisamos como esse exercício conservador psicossocial que atua sobre indivíduos e famílias chegou ao trabalho dos assistentes sociais brasileiros, entendendo que esses clássicos são importantes para pensar o trabalho do Serviço Social na atualidade[33]—visto que essa matriz será resgatada. Nesse sentido, conforme apontado por Guimarães (2017) compreende-se que como uma profissão que atua diretamente no atendimento às famílias e tem no seu arcabouço profundas formulações e análises das consequências dessas abordagens nas políticas sociais, o Serviço Social pode trazer contribuições expressivas para o redirecionamento da direção social do trabalho nesse campo.

Essas transformações não se restringiram à esfera econômica e política, mas repercutiram também no campo das profissões vinculadas às políticas sociais. No Serviço Social, a reconfiguração das respostas do Estado à questão social recoloca debates sobre direção social, conservadorismo e práticas profissionais.É a partir dessa relação entre conservadorismo, individualização das expressões da questão social e disputas no interior da profissão que

[33] Essa foi uma importante orientação dada pelo Prof. Dr. Charles Toniolo de Sousa na de qualificação do projeto de dissertação.

avançaremos, no próximo capítulo, para a análise da influência do modelo psicossocial no Serviço Social brasileiro.

# 2 O RESGATE DA INFLUÊNCIA ESTADUNIDENSE NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: O MODELO PSICOSSOCIAL

Como demonstrado no capítulo anterior, a ofensiva neoliberal não se restringe à reorganização econômica e política do capitalismo, mas produz impactos sobre as formas de compreensão e intervenção diante da questão social. É nesse contexto que retomamos a trajetória histórica do Serviço Social, buscando compreender como determinadas influências conservadoras e psicologizantes se constituíram na profissão e permanecem tensionando o debate contemporâneo.

Nas últimas décadas o adensamento do projeto neoliberal tornou visível a articulação do neoliberalismo — que reforça sobremaneira o individualismo em todas as esferas da vida, com o conservadorismo — que faz a defesa inconteste da família tradicional via de regra por valores morais, entretanto é importante salientar que essa conjunção coloca o sujeito como centro do problema para não colocar em xeque a tríade neoliberal que envolve precarização, a (re)mercantilização e a (re)filantropização das políticas sociais, assentadas na exploração do capital sobre o trabalho.

Nesse capítulo, pretendemos demonstrar como a influência estadunidense no Serviço Social contribuiu para a formação de uma sociabilidade conservadora, familista e reacionária. Argumentamos que esses elementos permanecem presentes na cena contemporânea, ainda que sob novos arranjos.

É no campo do pensamento conservador, com fortes influências reacionárias, que os clássicos do Serviço Social buscaram apoio para resolver a "questão social" sem pensar nas estruturas fundantes da sociedade capitalista. Ao descontá-la da contradição entre as classes sociais fundamentais,esses pioneiros buscaram encontrar no indivíduo a natureza do problema.

Partimos para essa empreitada com o objetivo de compreender o Serviço Social psicossocial e refletir os rastros para a afirmação do projeto de serviço social clínico presente na contemporaneidade que metamorfoseia a questão social e a transforma em questão privada, ou seja, a converte-a em um problema de natureza individual e almeja impor tratamento aos indivíduos.

Para compreender como o serviço social clínico está estruturado na atualidade, realizamos uma revisão crítica da influência estadunidense na profissão no Brasil, visto que é sob este paradigma que as visões higienistas, terapêuticas e psicologizantes surgem e fincam suas bases na intenção de "desenvolver a personalidade do indivíduo, reajustando ele de maneira consciente e individual em seu meio social" (COSTA, 2017).

Como sinaliza Costa (2017), “toda profissão precisa conhecer os seus clássicos, seja para segui-los, seja para negar os seus pressupostos ou revisá-los”.Compreende-se, portanto, que a sustentação do serviço social clínico está “fundamentada por um grupo de assistentes sociais que reivindica da categoria, das unidades de ensino, o reconhecimento do caráter clínico ou terapêutico do serviço social”, conforme apontaRodrigues (2009, p. 25) —evidenciando que esse não é este um fenômeno recente na profissão.

Para esse debate, usaremos como principais referências as autoras Mary Richmond — precursora deste processo que desemboca em Gordon Hamilton e Florence Hollis— entendendo-as como importantes influências do modelo de abordagem psicossocial do serviço social.

Essas teorias podem ser recuperadas como algumas das principais referências para pensar o Serviço Social clínico no Brasil, haja vista inclusive que os profissionais desse campo almejam o retorno das teorias de Richmond.

Mesmo que o Serviço Social brasileiro tenha se consolidado como fonte de conhecimento, profissão e uma formação sólida, para Carvalho (2012) a profissão está integrada à divisão sociotecnica do trabalho com outras profissões do campo social. Por isso, faz sentido analisar as contribuições dessas autoras, consideradas precursoras do Serviço Social no que se refere ao modelo clínico.

## 2.1**O serviço social tradicional: as raízes do modelo psicossocial**

Esse modelo tradicional, ou clássico, do Serviço Social de casos que associaram a profissão à psicologia foi consagrado nos Estados Unidos por volta dos anos de 1930 partindo das teorias de Mary Richmond[34], que desenvolveu seus estudos buscando profissionalizar as práticas assistenciais no sentido de definir o serviço social como profissão.

A história do Serviço Social aponta que a profissão no Brasil é fruto de um profícuo intercâmbio entre as experiências européias e estadunidenses.Entretanto, nos deteremos, neste texto,no tratamento desse segundo momento, dado o grau de proximidade com os debates que desejamos estabelecer.

O Serviço Social nasce e se desenvolve na sociedade capitalista. Pode-se afirmar que, no Brasil, por volta dos anos de 1940, num contexto histórico de ampliação da produção

[34] Pensadora do serviço social que com as obras O diagnóstico social (1917) e O que é Serviço Social de casos (1922) reuniu as principais noções sobre o serviço social de caso.

industrial,o qual intensificou a taxa de exploração da força de trabalho gerando pauperismo de amplas camadas populacionais. Estas,por sua vez, passaram a pressionar a intervenção do Estado por meio do proletariado urbano na busca por melhorias para os trabalhadores.

Em Behring e Boschetti (2016) é sinalizado que o Estado mesmo defendendo o interesse da burguesia nacional de maneira geral precisa encontrar formas de atender às reivindicações de diferentes setores a busca de legitimar-se de maneira hegemônica e permitir a expansão e acumulação capitalista.Isso ocorre porque houve fortes pressões dos trabalhadores na busca de seus direitos que,os quais seriam conquistados e efetivados com muita dificuldade.

Nesse período o Estado vai criar variadas legislações e instituições (assistenciais e previdenciárias), por meio de políticas sociais, com o intuito de enquadrar a população urbana, fazendo com que a industrialização seja bem-sucedida. Essas instituições são parte de um projeto reformador do Estado, dadas as constantes pressões de movimentos organizados, e passaram a ter o intuito de propiciar benefícios aos trabalhadores e minorar a situação vivenciada por amplas camadas de trabalhadores urbanos.

> O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO, 1992, p. 77)

A mudança na forma do controle social que migra entre “polícia” e “política” permite em parte o enfrentamento dos alarmantes níveis de pauperização da força de trabalho urbana brasileira necessária à expansão do capitalismo naquele momento. Esse novo controle social via Estado visa não apenas garantir os direitos sociais, mas instituir-se como força ideológica capaz de resolver algumas das demandas que partem dos trabalhadores via políticas de massas, reprimindo de maneira preventiva as forças contrárias ao regime de acumulação capitalista.

Para sustentação desse novo controle social, o Estado vai construir um leque de políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1945, caracterizado como o período de introdução da política social no Brasil. Segundo Behring e Boschetti (2016), esse momento de nascimento de políticas sociais introdutórias passa pela regulamentação dos acidentes de trabalho, pelas aposentadorias e pensões, seguidapelos auxílios-doença, maternidade, família e seguro-desemprego.

Ressalta-se que esse desenvolvimento de políticas sociais foi marcado pela restrição e pela incompletude abarcando apenas os trabalhadores com carteira assinada. Esse arranjo tinha a orientação voltada para o desenvolvimento estatal da força de trabalho, visto incidir sobre “a organização do mercado de trabalho, a reprodução ampliada da força de trabalho e a regulação das normas de produção” (MOTA, 2000, p. 173).

Neste mesmo período houve significativos avanços nos campos de políticas sociais com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930),do Departamento Nacional de Saúde (1937), a Legião Brasileira da Assistência (1942), Serviço de Assistência ao Menor (1941) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e do Serviço Social da Industrial (1946).

É no bojo da introdução dessas políticas sociais, por meio do nascimento de legislações e instituições, que estão dadas as condições sociohistóricaspara o surgimento do Serviço Social. A profissão atuará nos processos de controle e reprodução da força de trabalho sobre as refrações da questão social no Brasil, garantindo a hegemonia do capital sobre o trabalho.

> Como saldo do período do processo de institucionalização da profissão, houve um aumento exponencial do Serviço Social quando comparado ao período anterior, de suas protoformas. A consolidação do mercado de trabalho para os assistentes sociais no âmbito das políticas sociais fez crescer a necessidade de ampliar a formação profissional, e isto fez com que surgissem dezenas de novos cursos de Serviço Social em todo país. Isso reforça a afirmação de que não é o crescimento de cursos que cria uma profissão, mas sim a consolidação de um mercado de trabalho profissional – sua solidificação e ampliação é que fazem surgir às agências de formação (NETTO, 2005a). (TONIOLO, 2022, p. 180)

É nesse momento de institucionalização das políticas sociais que os assistentes sociais brasileiros tiveram espaço para romper, em parte, com o bloco católico e assumir um arsenal de conhecimento teórico e técnico, dadas as exigências por uma força de trabalho técnica especializada preparada para executar as políticas sociais recém-criadas.

Essa força de trabalho especializada e técnica requeria um trabalhador apto a pensar e fundamentar seu trabalho de maneira científica mediante processos burocráticos e jurídicos formais. A experiência conquistada nas protoformas não abarcava esses conhecimentos via doutrina social da igreja, desta forma os assistentes sociais precisaram buscar conhecimentos para além dos padrões morais estabelecidos.Essa busca visava atender aos novos requerimentos sociais tendo em vista a necessidade de atuar sobre o espectro da sociedade produzindo respostas eficazes— com base na ciência — ao desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana brasileira, dado que até os anos de 1940:

> O Serviço Social tinha por finalidade um projeto de recristianização da sociedade, orientado pela doutrina social da Igreja essencialmente anticapitalista e antiliberal. O caráter missionário da intervenção privilegiava a dimensão restauradora dos bons costumes e da moral abalada no nível das relações sociais. (ANDRADE, 2008, p. 04)

A política de boa vizinhança estabelecida entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, motivada por interesses relacionados à Segunda Guerra Mundial, criou condições propícias para o avanço da nova política econômica brasileira. As assistentes sociais brasileiras

começaram a frequentar congressos interamericanos, receberam bolsas de estudo para disseminar a visão do Serviço Social americano no Brasil, e voltaram ao país com grande prestígio, tanto no âmbito acadêmico quanto profissional.

Foi partindo desse intercâmbio realizado pelas assistentes sociais brasileiras que a influência funcionalista presente na produção do Serviço Social estadunidense passou a ganhar espaço em território brasileiro, haja vista a necessidade de revisitar as protoformas e produzir um conhecimento capaz de garantir uma força de trabalho técnica especializada.

Toniolo (2022) lembra que apesar de essa influência ser decisiva dados investimentos realizados, o Serviço Social brasileiro constituiria umavertente eclética entre os postulados europeus e estadunidenses, referenciais importantes para o desenvolvimento da profissão na América Latina — que no caso brasileiro aconteceu uma junção do humanismo-cristão neotomista europeu com os princípios positivistas e funcionalistas provenientes das técnicas estadunidenses.

Para Toniolo (2022) existem duas razões que levam a perspectiva estadunidense a ganhar notoriedade no Brasil. A primeira razão é que as teorizações estadunidenses não eram opostas à doutrina social da igreja, base do Serviço Social brasileiro antes da chegada das "técnicas". Ambas as teorizações não buscam evidências para afirmar que a existência da "questão social" está atrelada à relação de apropriação desigual do capital sobre o trabalho, e deslocam as explicações para o campo moral e para a manutenção do status quo. Tanto as teorias européias quanto a estadunidense demonstram, por caminhos opostos, que estão em busca do controle e da reprodução do capital, negando a existência da luta de classes, individualizam os problemas sociais, desenvolvem ações paliativas centradas no sujeito com o intuito de induzir a mudança de comportamento.

A segunda razão é que na perspectiva do Serviço Social estadunidense, existe um profundo mergulho na técnica descolada das possibilidades de crítica social, visto que a influência positivista/funcionalista visa encontrar respostas para os problemas, mantendo o sistema em pleno funcionamento. Aliado a essa perspectiva, o Serviço Social brasileiro limita-se a criar "novas" estratégias de trabalho mais eficientes e eficazes com vistas a tratar os pobres e as famílias desajustadas, com ajudas financeiras, com aconselhamentos morais e tratamentos psicológicos, reforçando a necessidade de manter a ordem que levará a sociedade brasileira ao progresso.

Não é surpreendente que, nesse cenário de tecnificação do Serviço Social brasileiro, as assistentes sociais se apropriem da "Teoria do Serviço Social" proposta por Mary Richmond, a

qual se disseminou globalmente, em razão da centralidade dos Estados Unidos na economia e na política do desenvolvimento capitalista em todo o mundo.[35]

Os estudos de Mary Richmond revelavam a necessidade de dar um caráter científico às atividades desenvolvidas pelos agentes sociais usando o diagnóstico social como um instrumento capaz de propiciar observação, análise e ação. Em Toniolo (2012) podemos perceber que essa obra marca a trajetória da profissão e difunde a noção positivista de que a teoria é um conjunto de técnicas a serem seguidas.

> No âmbito das Ciências Sociais, Durkheim (1978) cria a primeira formulação metodológica para a Sociologia proposta como ciência autônoma sob a influência do positivismo, concebendo os fatos sociais como coisas e defendendo que cada ciência social deveria ter método e objeto próprios particulares e autônomos. Algo semelhante é defendido por Richmond (1950, p. 18) quando diz que "o Serviço Social dos Casos Individuais deveria utilizar provas e meios [...] não apenas os legais, mas os que se seguem na história e nas ciências naturais". A tendência positivista será evidenciada na primeira produção teórica do Serviço Social por Mary Ellen Richmond, mediante a aproximação às ciências sociais já constituídas com seus objetos definidos, em especial a Sociologia e a Psicologia. A predominância da investigação empírica será evidenciada a partir da prática dos agentes sociais na elaboração do Diagnóstico Social. (COSTA, 2017, p. 6)

Dessa maneira, os estudos de Mary Richmond buscam negar as referências européias e pautar um Serviço Social baseado em conhecimentos que partem da medicina, do direito, da sociologia e da psicologia. Em especial, essa última disciplina ganhou destaque visto que seus estudos foram construídos em meio à I Guerra Mundial e dentre outros motivos, os efeitos psíquicos causados pelo conflito tinham relevante importância social.

É também sob inspiração médica que a autora busca conhecimentos que embasam a prática do assistente social para o atendimento do "cliente". Este, por não conseguir resolver suas demandas, torna-se um "caso social",cuja busca de "ajuda" será atendida pelo profissional que possui um instrumental técnico-científico capaz de capturar a sua demanda por meio de um diagnóstico claro e tratar esse desajuste.

A produção desse diagnóstico social torna-se bastante importante nesse contexto, porque é partindo dele que o assistente social poderá pensar quais "ajudas" ou "remédios" o cliente necessita e pode receber, com base na "verdade" descoberta em seu processo.

Para que esse diagnósticoseja eficaz, o assistente social deverá investir na elaboração de um extenso prontuário de variadas informações pessoais referentes aos mais variados quesitos (psicológico, de sociabilidade, das relações sociais do cliente) e sua relação com o seu meio social com o intuito de produzir um estudo ou inquérito social.

[35] Para TONIOLO (2022) a ausência de reflexão teórica faz uma reflexão técnica ser chamada de teoria, sem ser.

A fim de compor o estudo/inquérito social o assistente social precisa estar aberto a conhecer a vida privada do cliente em sua totalidade. Torna-se necessário investigar para além daquilo que é falado, buscando o máximo de informações provenientes de sua família, comunidade e meio social sejam elas oficiais ou recebidas por meio de buscas aleatórias.Para Toniolo (2022) o inquérito social é pensado como uma devassa na vida do cliente.

> É possível notar em Richmond toda a força da influência do funcionalismo, ao propor que aquilo que seriam as refrações da "questão social" são problemas que precisam ser enfrentados ao nível das condutas e comportamentos morais dos indivíduos, considerados "disfuncionais", explicados sob uma lógica psicologizante. Porém, concordamos com Netto (2005a) que, apesar das referências importantes à psicologia, a obra de Richmond não se reduz a isso, como passa a acontecer com o Serviço Social estadunidense a partir, sobretudo, dos anos 1930. (TONIOLO, 2022, p. 157)

É partindo das "teorizações" individualizantes de Richmond que colocaram o cliente como cerne do problema social na perspectiva estadunidense que, combinada a uma grande expansão do mercado de trabalho, culminou num profundo debate possibilitando a construção de modelos e técnicas de intervenção tradicionalmente conhecidas como Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade[36].

## 2.2 **A construção do modelo psicossocial para o serviço social**

Esses modelos de atuação de serviço social vão ter como premissa "o apoio da psicanálise como forma de atuação de cunho adaptador, ajustador, conservador e reformista" Duarte (2010, p.15). Essas formulações psicossociais começaram a ganhar volume entre os anos 1930 e 1940[37], sendo desenvolvidas nos Estados Unidos, influenciando assistentes sociais mundialmente e sendo importadas para o Brasil.

> Essas técnicas e metodologias focarão - ou proporão ter como foco - o trabalho de tratamento dos indivíduos, sobre bases técnicas-científicas de diversas ciências com vigorosa influência positivista, almejando uma adequação e integração harmônica ao meio social. Porém, a partir dos anos de 1930, será possível observar uma maior influência da psicologia nas elaborações do serviço social que Netto (2005 a) chamou de "virada psicológica", aprofundando os aspectos da psicologização dos problemas sociais nas produções da profissão nos EUA - inclusive com fortes influências da área médica psiquiátrica. (TONIOLO, 2022, p.158)

[36] Neste texto nos deteremos a tratar apenas da experiência de Serviço Social de Casos, dado seu retorno na contemporaneidade;

[37]Segundo HOLLIS (1976) é no artigo "The underlyingPhilosophyof SocialCasework", de julho de 1941, que Gordon Hamilton vai usar pela primeira vez o termo "psico-social".

Essas elaborações psicológicas vão começar aparecer por volta dos anos 1930 na obra de Virginia Robinson, uma vez que é partindo desse material que Netto (2005) afirma que poderemos visualizar uma maior influência das elaborações da psicologia no serviço social, porque este estudo é um demarcador da psicologização dos problemas sociais nas produções da profissão nos Estados Unidos com grande influência da psiquiatria, sendo consagrado como momento da "virada psicológica".

> Cabia ao profissional, portanto, investir muito mais no tratamento individual, produzindo no âmbito das instituições uma ação profissional de cunho essencialmente terapêutico - uma mudança no tipo da abordagem psicológica no serviço social (ROBINSON, 1930). É por essa razão que Neto (2005 a) identifica na obra de Robinson o marco da virada psicológica do serviço social estadunidense, que desencadeará, a nosso ver, a construção da abordagem psicossocial mencionada anteriormente. Trata-se do aprofundamento, nos EUA, da incorporação pelo serviço social dos preceitos que regem os processos de psicologização da vida social, típicas do caminho capitalismo monopolista, donde os conteúdos provenientes dos estudos da psicologia foram resgatados e utilizados como forma de reforçar as premissas liberais de responsabilização individual, na esfera "privada", pelas situações vivenciadas em função das contradições do sistema capitalista na era dos monopólios. (TONIOLO, 2022, p. 160)

É importante destacar que na construção de suas reflexões e propostas metodológicas, estas escolas terão o pensamento de Mary Richmond como uma referência central, sendo o pensamento matriz da época. É partindo do pensamento de Robinson, que Florence Hollis e Gordon Hamilton vão apostar num tratamento mais ortodoxo para suas reflexões.

> A virada psicológica inaugurada por Robinson influenciou não somente aquelas assistentes sociais que se identificavam com o projeto proposto pela escola funcional. A necessidade de se afirmar a perspectiva do trabalho a partir do diagnóstico também passou a se apropriar de forma mais profunda dos conhecimentos provenientes da psicologia – fosse como uma forma de construir argumentos sólidos para o debate com a escola funcional, fosse pela própria necessidade histórica de aprofundar práticas que se desenvolvessem sobre a lógica da psicologização da vida social (TONIOLO, 2020, pg. 349)

As condições histórico-sociais permitiram que partindo deste modelo de serviço social de casos em voga no início dos anos de 1930, nos Estados Unidos três modelos metodológicos formassem novas abordagens: a escola funcional (Virginia Robinson e Elizabeth Smalley), a diagnóstica (Gordon Hamilton e Florence Hollis) e o de solução de problemas (Helen Perlman):

> A "escola funcional", como seu próprio nome o projeto já anunciam, se valorizam no papel da instituição para a realização do trabalho terapêutico com os indivíduos; a "escola diagnóstica" se apropria da ideia de sistema social para pensar as formas de tratamento individualizado em que os indivíduos possam se ajustar ao meio social desempenhando funções e papéis que são esperados de suas condutas; a "escola solução de problemas" se apropria dessas mesmas ideias para formular uma síntese das duas primeiras. A engenharia complexa, mas não deixa dúvidas de que se pauta

> em concepções funcionalistas sem perder o foco central da psicologização dos problemas sociais sobre uma potente virada psicológica na abordagem do serviço social. (TONIOLO, 2022, pg. 163)

Essas escolas são fruto de um momento em que a profissão buscou associar-se a conhecimentos próprios da psicologia com o objetivo de construir em um referencial metodológico único.Dessa forma, pretendiam incorporar em seus processos básicos tantos conhecimentos científicos quanto os valores sociais para realizar tratamento dos sujeitos no sentido de ajustá-los para um funcionamento adequado na estrutura social.

A Escola Diagnóstica surge em meados de 1930 tendo em Gordon Hamilton e Florence Hollis suas principais expoentes. Ao vivenciarem os efeitos devastadores tanto da I Guerra Mundial quanto da Crise de 1929, essas profissionais passaram a buscar “teorias e técnicas para afirmar a perspectiva individualizante de intervenção profissional” impulsionadas pelo contexto sócio-histórico regressivo de respostas à questão social.

O Serviço Social de Casos, nesse sentido,constitui uma resposta à necessidade de amparo ao ser humano contra privações e catástrofes sociais e naturais. Os postulados do Serviço Social de Casos indicavam que o assistente social deveria atender `as necessidades individuais dos “clientes” tratando de sua personalidade, buscando compreender as demandas “internas (psicológicas) e externas (sociais)”. Isso porque, para as pensadoras da escola diagnóstica “o homem é um organismo biológico social: os casos, o problema, são sempre considerados um processo psicossocial”, segundo Hamilton (1976, p. 18).

Para as autoras da escola diagnóstica, assistente social, na condição de funcionárioinserido em uma determinada instituição, deve construir o diagnóstico social dos indivíduos com base no tripé: estudo, diagnóstico e tratamento (direto e indireto) social, que deve acontecer após um pedido de “ajuda” do indivíduo que procura a “obra”, que o profissional deveria prescrever uma "terapia psicossocial".

Tais pensadoras foram em grande parte responsáveis pelo espraiamento da abordagem psicossocial do Serviço Social, dadas as possibilidades históricas de reprodução das teorias estadunidenses em todo globo, consagrando um modelo de Serviço Social que entendia que os problemas psicológicos precisavam ser tratados pela profissão e tinham sua raiz num processo psicossocial. Tendo em vista que:

> O serviço social tem a desvantagem de tratar as relações humanas, que são intangíveis, invisíveis e complexas, e com sentimentos que cada um projeta nas mesmas. Por outro lado, o serviço social goza de uma vantagem, a de que os clientes possam exprimir por palavras os seus problemas, devendo os assistentes sociais aprender a ouvi-los. O aprofundamento dos recursos sociais torna possível ao assistente social dar assistência concreta e o conhecimento psicológico permite-lhe ajudar de maneira menos concreta,

> porém, não menos real, auxiliando o cliente a esclarecer o problema é agir em relação ao mesmo. Qualquer relacionamento deve ser individualizado, a fim de se tornar útil. (HAMILTON, 1976, p.19)

> O modelo psico-social preocupa-se tanto com as realidades psicológicas e internas do homem, como com o contexto social no qual ele vive. O termo "pessoa-em-situação" tem sido usado para designar o sistema total de interação do indivíduo com outros, com seu meio-família, amigos professores, empregadores, etc; e com outras instituições, tais como facilidades médicas, organizações religiosas, obras sociais e governamentais. (HOLLIS, 1976, p. 60)

É importante destacar que essas técnicas e metodologias focaram no tratamento dos indivíduos usando referenciais metodológicos que transitam pelo funcionalismo, o estrutural-funcionalismo, o higienismo e a psicologia, visto que a perspectiva positivista almejava a adequação e a integração do sujeito ao meio social. Tal integração tinha como papel central a psicologização dos sujeitos por uma via reducionista, identificando no sujeito problemas de ordem moral e atribuindo a culpa por sua condição social a si mesmo, com base em valores arcaicos e tradicionais.

Foi entre os anos 1930 e 1940 nas obras de Gordon Hamilton que os princípios básicos da escola psico-social, funcional, freudiana ou psicanalítica[38] emergiram baseados na teoria freudiana com o objetivo central de compreender a personalidade no sentido de dar conta de problemas de ajustamento social.

As profissionais da Escola Funcional vão apropriar-se de teorias do campo da psicologia em dois momentos distintos: no primeiro utilizou-se a "teoria da vontade" do psicólogo Otto Rank — retirada da teoria do crescimento— a qual indicava um viés terapêutico nas tratativas com o cliente visto a necessidade de impor mudanças ao desajustado[39].

No segundo momento, adotou-se a "teoria do ego" do psicanalista Sigmund Freud para estudar, diagnosticar e tratar os indivíduos — sendo essa uma fonte inesgotável para a escola diagnóstica. Nas palavras de Hollis:

> No tratamento direto, o cliente é ajudado a, ele próprio, lidar de modo mais efetivo com seu meio. Às vezes, trata-se de dar informações sobre possíveis recursos, outras ensiná-lo a lidar com os sistemas sociais nos quais está envolvido, outras, ainda, de tentar, por várias formas, modificar aspectos disfuncionais de suas próprias atitudes e comportamentos (HOLLIS, 1976, p. 72)

Estas teorias chegam ao Brasil por volta de 1958, com a primeira tradução do livro: "Teoria prática do serviço social de casos" de Gordon Hamilton.Esse material, ao recuperar o

[38]Segundo HOLLIS (1976) a escola diagnóstica foi chamada dessas variadas maneiras.

[39] Virginia Robinson e Jessie Taft fundaram a escola funcional com base na teoria de Otto Rank.

arcabouço das ideias de Mary Richmond, tornou-se uma referência para o serviço social de casos, consolidando um grande esforço para manter a noção de diagnóstico social presente.

> Mary Richmond foi a primeira a escrever sobre a diferença entre fazer assistência social, caridade, filantropia e o Serviço Social. Em seu livro Case Social Work, publicado em 1917, aponta as medidas de uma prática profissional competente, séria e rigorosa. Richmond secularizou a profissão e, ao mesmo tempo, ofereceu as bases técnicas e as formas de trabalhar nas quais os assistentes sociais se reconheceram. Por trás das ideias de Richmond, há uma clara e identificável concepção funcional de sociedade, elaborada pela sociologia norte-americana. E essa mesma sociologia norte-americana, somada ao arsenal técnico de Mary Richmond, Gordon Hamilton, Helen Perlman, Florence Hollis, entre outros, conferiram uma autoridade advinda do saber fazer específico, distinto do senso comum, aos assistentes sociais no Brasil. (ANDRADE, 2008, p. 9)

Os materiais construídos pelas profissionais da Escola Diagnóstica trazem um panorama ampliado, dando a "receita de bolo" de como construir uma terapia psicossocial usando a tríade: estudo, diagnóstico e tratamento dos casos, para atingir a clientela e garantir o desenvolvimento da pessoa humana.

Cabe ressaltar que é após a Segunda Guerra Mundial que os assistentes sociais passaram a apropriar-se de um modelo psicossocial de fato, visto que este tipo de tratamento começou a ser dado por psicólogos e psiquiatras no início de 1940 — tendo acompanhamento de assistentes sociais. Os assistentes sociais passarão a acompanhar famílias consideradas "multiproblemáticas" — que eram muito empobrecidas, e refletir sobre as possibilidades de intervenções em momentos de crise e propor outras formas de tratamento mais curto. Esse cenário impulsionou a necessidade de assistentes sociais buscarem o modelo psicossocial durante os anos 1950 e 1960.

Foi nas formulações acerca da "teoria do ego" de Freud que as autoras da Escola Diagnóstica encontraram as referências para defender os "desajustamentos" dos indivíduos, e partindo da noção de diagnóstico social,essas teorias buscaram identificar as partes "adoecidas" do ego para promover a "cura", ou seja, a libertação dos mecanismos que provocam o desajuste.

> Existem fatores no ambiente que são incontroláveis e o serviço social nunca os poderá controlar; somente a reorganização da estrutura total será capaz de fazê-lo (...). Existem atualmente, como, aliás, sempre existiram, duas maneiras básicas de resolver os problemas sociais dos pontos por meio de uma organização da estrutura social ou por meio de um trabalho individualizado, com as pessoas ou os grupos, através de processos educativos (HAMILTON, 1976, pg. 31)

Com essas formulações Hamilton (1976) acreditava que compreendendo o fato social o assistente social poderia propagar a sua missão tradicional que consistia em encontrar novas perspectivas e oportunidades terapêuticas para ajudar as pessoas a descobrirem seus desajustes e liberarem seus potenciais, a fim de proporcionar uma nova experiência de vida.

A metodologia idealizada pela autora limita a "questão social" ao sujeito, o que reforça a responsabilidade individual pelos problemas sociais e familiares. Dessa forma, garante ser pela via do trabalho que estes problemas podem ser dissolvidos individualmente, possibilitando a sociedade ser harmônica, tal como a caricata noção de: "povo desenvolvido, é povo limpo"[40].

> Através de sua história, o tratamento psicossocial abarcou tanto a intervenção na situação, em benefício do cliente, como o trabalho direto com o indivíduo ou vários indivíduos conforme o caso. Abordagem centrada no cliente e, no sentido de que seu bem-estar é a preocupação básica. Seus objetivos são vários descritos como: satisfazer as necessidades do cliente; ajudá-lo a lidar com a situação ou problema com que se confronta reforçar sua capacidade de funcionar confortável e produtivamente, diminui seu sofrimento e importuno e aumentar suas oportunidades e capacitar de realizar seus próprios objetivos e aspirações tanto quanto possível, um individual a ser, ele próprio, responsável pela modificação de seu meio; reconhece-se, porém, e às vezes isto é impossível, ou seria um processo lento e desaconselhável. Neste caso o assistente social atua na situação em benefício do cliente. (HOLLIS, 1976, p. 63)

As assistentes sociais da escola diagnóstica defendiam que não cabia ao assistente social modificar as condições externas de seus clientes e nem coletivamente repensá-las, visto que todos os problemas de seus clientes eram de ordem "interpessoal" e individual.

Nesta perspectiva, mesmo quando eram demandas que deveriam ser resolvidas com políticas sociais, os assistentes sociais deviam não separar fatores ambientais de emocionais e conduzir o "cliente" a usar suas reservas psicológicas na compreensão das situações da vida.

A escola funcional atribuía aos profissionais de serviço social a importância da escuta do cliente, uma vez que as possibilidades de mudanças estão nele próprio. Em Hamilton (1976) a escuta neste momento ocupa o lugar de permitir o profissional "ajudar", dando benefícios ao cliente que eram materiais, mas com a finalidade orientar os "desajustamentos" das pessoas atendidas. A escuta para esta escola ocupa a finalidade de não interferência. Diante das palavras da autora, deve-se ter uma relação de vínculos preservados.

É neste sentido que a escola funcional vai afirmar que o principal instrumento do assistente social é a relação entre profissional e sujeito, desta forma qualquer relacionamento deve ser individualizado, a fim de tornar-se útil. Tendo em vista que é no tratamento destes sujeitos que deve o assistente social usar o "julgamento de valor" para adaptar a influência externa à vida interior do cliente, levando o equilíbrio da personalidade total.

O serviço social de casos tem como principal objetivo "ajudar" o indivíduo a participar plenamente do processo de sua socialização, pois a situação individual é a lâmina que deve ser observada num microscópio.

---

[40] Propaganda de educação sanitária de 1972, durante o governo Médici, que atribuía culpa às pessoas pela falta de limpeza urbana das cidades brasileiras. Num binômio de limpeza/desenvolvimento, afirmava a campanha que mudando o comportamento individual teríamos cidades sem lixo.

> No correr de cada caso social encontram-se os elementos de um processo educativo completo. A ação social atua suavemente, apoiando-se em observações individuais, com paciência e objetividade. Assim como o indivíduo é a pedra de toque da família, também a família é a pedra de toque da comunidade, e assim por diante até chegarmos ao âmbito nacional e ao internacional. (HAMILTON, 1976, p. 23)

A Escola Funcional, de influência funcionalista, defende esses pressupostos como um avanço, tendo em vista que o serviço social tradicional estava orientado como um mero distribuidor de materiais. Nesse sentido,a vertente funcional desenvolvia um trabalho com finalidade preventiva acerca dos problemas sociais porque dando tratamento terapêutico ao cliente, atingiria a família e a sociedade, compreendendo a realidade como um todo completo.

> O modelo psicossocial é uma tentativa de mobilizar forças da personalidade e os recursos do meio, em pontos estratégicos, a fim de atingir a melhoria das oportunidades disponíveis para o indivíduo e de desenvolver um mais efetivo funcionamento pessoal e interpessoal. (HOLLIS, 1976, p. 76)

A "questão social" devia ser tratada como um "desajuste" com tratamento individual e coletivo com foco no sujeito (perspectivas que serão adotadas no serviço social de grupo e de desenvolvimento de comunidade). Nesta perspectiva é apenas o tratamento terapêutico que poderia permitir o sujeito de conquistar mudanças sociais e encontrar o bem comum, nas palavras da autora:

> Os grandes males e deficiências físicas e sociais, quer sejam econômicas, culturais, quer provenientes de moléstias, de guerra ou de um desastre devem ainda ser minorados, a fim de que um certo nível de civilização seja atingido e que se consigam resultados apreciáveis no tratamento individual. (HAMILTON, 1976, p. 26)

Esta proposta, mesmo atribuindo os "problemas sociais" em parte a fatores econômicos, políticos e culturais, os encarava de maneira descolada da história, defendendo que "as soluções dadas a estes problemas não serão eficientes se não considerarem a própria estrutura da personalidade".

Para Costa (2005, p. 29) "o serviço social toma então a concepção de personalidade em seu caráter atemporal, portanto, a-histórico. Noção incompatível com o indivíduo real, concretamente determinado"

A teoria da escola funcional conversa com a distinção dada por Costa (2017), que afirma que a personalidade no capitalismo se tornou um objeto de investigação centrado no indivíduo desconectado de sua totalidade social e que não encontra precedentes nas histórias da sociedade de classes.

Neste sentido Hamilton afirma que:

> O maior benefício que se faz a uma pessoa é torná-la consciente de poder reformar-se e aperfeiçoar-se. Não se pode, entretanto, desenvolver tais energias sem ensinar, de maneira sistemática, a compreender a natureza da motivação, isto é, sem fazê-la ver como encarar sua situação ou como lidar com os outros e que atitude ter para com o assistente social que atua como "conselheiro" ou "terapeuta" (HAMILTON, 1976, p. 38)

Aqui, o assistente social é visto como um "conselheiro" ou "terapeuta", desconectado da totalidade social e da luta de classes, desta pessoa que chega à "obra" apresentando "desajustamentos" e solicitando "ajudas". Para a escola funcional, o assistente social precisaria ter em sua formação boa base psicológica para dar suporte aos seus clientes.

Entendendo que conduzirá a situação na construção de planos, estímulos, conselhos ou de providências práticas (tratamento) no sentido de progredirem ou estarem adaptados a realidade, desta forma "a essência do serviço social de casos é a utilização consciente e dirigida das relações entre o assistente social e o cliente, para atingir os objetivos do tratamento".

Em ambas as autoras a história dos sujeitos é utilizada de maneira a desenhar o desajustamento que comprometem a sua vida social de uma forma harmônica á vida no trabalho, na família e no meio social como afirma Costa (2005, p. 29) que essa visão demonstra que "não há qualquer relação entre personalidade e a essência da sociedade no seu desdobramento histórico-concreto".

Neste sentido, o serviço social de casos:

> Aproxima-se de tendências empiristas e predominantemente objetivistas da psicologia, que, por um lado, se voltam para o indivíduo à pessoa humana unitariamente configurada e, por outro lado, acentuam o valor da realidade externa como fonte da atividade psíquica. Faz uma apreciação exterior das formas de comportamento dos indivíduos nas suas relações interpessoais e exalta a necessidade do empenho do indivíduo, ajudado pelo Serviço Social, para expandir-se como pessoa na resolução dos males que o afetam. A atuação sobre as pessoas seria, portanto, o caminho para mudar o meio social (COSTA, 2005, p. 20)

Em Nicácio (2008), compreendemos que a corrente psicanalítica americana que fundamentou o serviço social de casos foi a denominada psicologia do ego. Estas escolas trabalhavam com a possibilidade de produzir um ego fortalecido capaz de dominar suas pulsões, dando capacidade ao indivíduo de adaptar-se melhor ao ambiente social sendo um sujeito bem-sucedido no trabalho, em harmonia com a família e o casamento.

As escolas ligadas à metodologia de serviço social de casos usam uma versão da psicanálise americana vista como adaptacionista e conservadora, dado que o "analista" / "assistente social" (neste caso) foi colocado com um agente que tinha como principal ação moldar o cliente para ser um cidadão produtivo.

Essa abordagem assume uma atribuição que não é do assistente social, dar tratamento terapêutico aos sujeitos. Esta mesma concepção que estamos trabalhando retomará na atualidade e seus defensores desejam resgatar esses conteúdos para defender a noção de serviço social clínico no Brasil.

Para Nicácio (2008) este é um movimento que não possui unidade teórica, nem uma literatura consistente, mas se caracteriza por uma reatualização do serviço social de casos, que atribui ao assistente social uma função terapêutica divergindo de todo movimento histórico construído em torno do projeto ético-político crítico do serviço social no Brasil.

Como descrevemos, a perspectiva diagnóstica foi a realização da "virada psicológica" que inspirou o serviço social psicossocial. Tais metodologias são expandidas para os trabalhos em torno do serviço social de grupos e comunidades[41], mas é por volta dos anos de 1960 que estes trabalhos psicossociais passarão a migrar para o campo do trabalho com a família, dado o início da erosão dos modelos metodológicos que ampliou os debates e permitiu que o serviço social na América Latina e no Brasil assumisse inquietações teóricas, metodológicas e políticas permitindo sua revisão.

O Serviço Social em outras partes do mundo, tal como na perspectiva estadunidense, vai buscar aprofundar esses recursos psicanalíticos que na América Latina e no Brasil passarão por uma profunda revisão, e diante das condições históricas e da formação crítica,gradualmente abandonadas. E conforme expomos a influência do serviço social tradicional trouxe vários elementos que o Movimento de Reconceituação e os estudos foram superando ao longo das últimas décadas.Contudo nossa preocupação reside na constatação dos retrocessos que estão para além dos riscos da TCF — os quais foram apontados pelo surgimento do Serviço Social clínico na cena pública— conforme demonstraremos no próximo capítulo.

[41] TONIOLO (2022) em sua extensa pesquisa não encontrou fragmentos do modelo psicossocial no trabalho com comunidades.

# 3 NOVAS ROUPAS, VELHOS FIOS: TENDÊNCIAS CONSERVADORAS CONTEMPORÂNEAS NO SERVIÇO SOCIAL

## 3.1 **Os projetos em disputa e as tensões conservadoras no serviço social**

A história demonstra que a categoria de assistentes sociais brasileiros vive um momento de inflexão e que se desenha de uma forte disputa pela hegemonia, dadas as condições materiais de existência e de realização do trabalho profissional em decorrência do clima de instabilidade sociopolítica e econômica da última década. Impulsionados por esse precário cenário de avanço do neoliberalismo e de políticas sociais familistas—cuja base trabalhamos no primeiro capítulo— percebemos que a hegemonia profissional é atravessada por diferentes tendências e projetos em disputa, que podem ser sintetizados em dois perfis profissionais predominantes.

O primeiro volta-se para a compreensão da sociedade de classes e a defesa de um projeto de profissão que visa o compromisso com a perspectiva crítica e com o projeto ético-político crítico, tendo como norte principal o compromisso com a classe trabalhadora e com a redução das desigualdades sociais na perspectiva de construção de uma nova ordem societal.

O segundo, com orientações voltadas ao mercado de trabalho, pauta-se no reforço da ideologia neoliberal do empreendedorismo e do voluntariado, na busca por respostas a problemas complexos no campo da subjetividade, na culpabilização dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso individual e no reforço do familismo.

A partir das contribuições de Iamamoto (2019), compreendemos que a profissão vivencia uma disputa entre diferentes tendências teórico-metodológicas e projetos profissionais. De um lado, encontra-se uma perspectiva histórico-crítica, vinculada ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que apreende a profissão inserida nas relações sociais capitalistas e comprometida com a defesa dos direitos da classe trabalhadora. De outro, emergem tendências de orientação conservadora, sistêmica e pós-moderna, que tendem a privilegiar respostas individualizadas, subjetivizantes e adaptativas às expressões da questão social, aproximando-se de uma racionalidade alinhada às exigências do mercado e às formas contemporâneas de gestão da pobreza.

Para Iamamoto (2019) essas perspectivas estão num ambiente de intenso confronto, visto que:

> Na atualidade, no debate do serviço social latino-americano – tanto no Brasil quanto nos países de língua espanhola – coexistem concepções teórico metodológicas e sistêmicas, pós-modernas e histórico-críticas, que vem presidindo formulações e a

> pesquisa nessa área, com incidências no trabalho cotidiano. (IAMAMOTO, 2019, p. 35)

Essa inflexão demonstra que ambos os perfis são buscados pelo mercado para atuação direta com usuários, grupos e famílias – mesmo tendo o Estado como o maior contratante de assistentes sociais, no mercado de trabalho do serviço social:

> Ampliam-se os processos de subcontratação de serviços individuais de assistentes sociais (pejotização e uberização), por parte de empresas de serviços ou de assessoria, de organizações não governamentais, de (falsas) cooperativas de trabalhadores na prestação de serviços a governos, especialmente em âmbito local, configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operação das políticas sociais (RAICHELIS, 2018, p. 51)

É necessário qualificar os conceitos de pejotização e uberização, pois, embora ambos expressem formas contemporâneas de precarização e reorganização das relações de trabalho, possuem características distintas. A pejotização refere-se à substituição da relação formal de emprego pela contratação do trabalhador como pessoa jurídica, apresentada como autonomia profissional, mas que frequentemente transfere ao trabalhador os riscos e custos da atividade, reduzindo direitos trabalhistas, proteção social e estabilidade. Já a uberização representa uma forma mais ampla de organização do trabalho, marcada pela individualização da prestação de serviços, flexibilização das relações laborais e pela construção ideológica do trabalhador como "empreendedor de si mesmo", deslocando para o indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso profissional.

No Serviço Social, esses processos possuem relevância particular por atingirem uma profissão historicamente vinculada ao trabalho assalariado e às políticas sociais públicas. A ampliação de vínculos temporários, contratos por projeto, prestação de serviços e formas autônomas de inserção profissional não produz apenas insegurança laboral, mas também pode afetar a autonomia técnica, as condições éticas do exercício profissional e a capacidade de construção de respostas coletivas às expressões da questão social. Dessa forma, a precarização do trabalho constitui um elemento que atravessa a disputa de projetos profissionais, favorecendo respostas individualizantes e adaptativas em oposição à perspectiva crítica voltada à apreensão das determinações históricas e estruturais da realidade social.

É importante afirmar que o conservadorismo expresso na construção da política social brasileira sempre esteve presente na forma de atuar de determinados grupos do serviço social ao longo de sua trajetória. Se este conservadorismo expresso nas políticas sociais ficou adormecido por um período, é possível afirmar que voltou com toda força na última década num contexto histórica favorecedor desse processo conservador.

Para Holever e Cardoso (2022) o conservadorismo e o novo familismo são a expressão do:

> Ataque aos direitos conquistados pelas mulheres e pela população LGBTQIA+, que a nova ou novíssima direita recicla antigos conservadorismos e realiza a sua entrada política mais relevante, operando em dois níveis: na esfera da sociedade civil por exemplo, na disputa sobre diretrizes curriculares da educação infantil; e dentro da sociedade política, elaborando leis de censura à liberdade de ensino ou criminalizando ainda mais a prática do aborto. O conservadorismo existiu desde pelo menos a primeira revolução burguesa, na Inglaterra no século XVIII; e em uma América Latina marcada pela ferida colonial catequizada, pela altíssima desigualdade social, e pelo autoritarismo histórico, ganha contornos específicos. (HOLEVER e CARDOSO, 2022, p.5)

No Brasil, a escalada conservadora retoma com força após a presidência, sem legitimidade, ser entregue a Michel Temer com um golpe político. Essa situação ilegítima avança para a candidatura de Jair Messias Bolsonaro em 2018, que se torna a figura pública principal de uma direita incapaz de disputar um pleito nacional mesmo com um ambiente de ódio antipetista construído com apoio da mídia desde junho de 2013. É na gestão de Jair Messias Bolsonaro que o conservadorismo moral da elite brasileira, que é burguesa, preconceituosa e intolerante, retoma com toda força.

> A agenda ultraneoliberal ‘mostrou sua cara’, primeiramente anunciando algumas das medidas que configuraram o projeto do ‘Brasil, paraíso do agronegócio e da exploração de minérios’, às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo. Mas não restam dúvidas de que o principal movimento do núcleo econômico é a centralidade recém-assumida da contrarreforma da Previdência nas tarefas da agenda governamental, colocando para andar o projeto do ‘Brasil, paraíso do capital fictício e da superexploração do trabalho sem direitos. (SANTOS, 2019, p. 490)

> É indiscutível que, a partir de 2019, as condições econômicas, sociais e políticas que passaram a se impor à realidade brasileira estabeleceram as bases para o fortalecimento de uma ideologia conservadora que se alimenta do passado, da regressão e do irracionalismo, traços característicos que a associam a um conservadorismo reacionário (Braz, 2019). Se estas bases haviam irrompido desde antes - há os que sustentam que este neoconservadorismo emergiu em 2013 no âmbito dos eventos que marcaram as chamadas Jornadas de junho –, não parece haver dúvidas de que a ascensão da extrema-direita encabeçada por Bolsonaro assinalou o seu avanço como força política. (BRAZ, 2022, p.13)

Nesse contexto, a retomada de tendências conservadoras no interior da categoria cria falsas contestações quanto ao papel do serviço social na sociedade brasileira. Tal perspectiva passa advogar contra o projeto ético-político da profissão via o retorno ao serviço social tradicional e realiza ataques via redes sociais com discussões infundadas e reafirmam a importância da retomada das práticas terapêuticas como uma maneira de garantir mais mercado

de trabalho para a profissão, incluindo nesse leque a defesa da constelação familiar de Bert Hellinger.

Para Silveira (2022) essa tendência conservadora apresentada ao conjunto da categoria de assistentes sociais via redes sociais, denominada o "Serviço Social Libertário" busca o liquidacionismo do projeto ético-político do serviço social e apresenta uma postura de "conservadorismo escancarado", típica dos grupos bolsonaristas que emergiram nas redes nos últimos anos.

Segundo Silva (2024), essa tendência conservadora tenta afirmar-se por meio de:

> Ações profissionais que revisitam e flertam com práticas terapêuticas, se utilizam da constelação familiar e de outras práticas psicologizantes, promovendo uma verdadeira viagem ao passado da profissão e constituindo uma intensa disputa no Serviço Social, que coloca em confronto os perfis crítico e conservador no interior do trabalho e da formação profissional. (SILVA, 2024, p. 37)

É vivenciando a precarização vida, o aumento da exploração capital *versus* trabalho com pejotização e uberização das relações de trabalho, o desmantelamento de políticas sociais e de direitos, que passamos a visualizar as contradições postas na dinâmica da luta de classes, permitindo capturar esses projetos em presença e disputa e construir uma leitura da realidade social que não caia em determinismos fatalistas ou messiânicos e evidenciem as reais possibilidades político-profissionais.

Neste sentido, é sob as discussões do Serviço Social Libertário que visa à retomada do serviço social clínico que a TCF aparece como uma estratégia de compreensão da família, dado que em outros contextos profissionais esta pseudociência não teria a adesão da categoria de assistentes sociais.

A nosso ver, a TCF deve ser lida como expressão contemporânea conservadora ou uma tendência reacionária que passa a ser utilizada por um grupo de assistentes sociais, que também se apropriam dos elementos históricos e conjunturais que fizeram emergir o bolsonarismo para propor um confronto direto com o projeto ético-político do serviço social brasileiro.

Segundo Oliveira (2021), Silveira (2022) e Silva (2024) é via redes sociais que os profissionais ligados ao Serviço Social Libertário encontram solo para condensar e espraiar sua visão sobre a categoria profissional.A internet é uma "terra arrasada" diante do impacto negativo de seu uso, da redução da qualidade do debate público, do aumento exponencial de divulgação de *fake news*, segundo estes autores e pesquisas na internet a página do Serviço Social Libertário chega a 6,2 mil seguidores[42].

[42] Segundo dados da rede social facebook em janeiro de 2025.

Perfis de internet como o “Serviço Social Libertário, Serviço Social e Conservadorismo, Serviço Social e Pluralismo e Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico” surgem na internet após 2016 buscando a retomada da perspectiva conservadora.Para Silva (2024) estes perfis apresentam uma postura supostamente neutra, essencialmente técnica e alinhada ao projeto societário burguês refutando qualquer aproximação com importantes fundamentações teórico-críticas construídas pelo serviço social nos últimos 40 anos.

Tais perfis afirmam em seus canais que assistentes sociais que têm posicionamento político crítico são “ideólogos” e “doutrinadores”,que usam no exercício da profissão a teoria crítica marxista para fazer avançar as pautas socialistas e comunistas.Essas vertentes afirmam que é necessário retirar essa postura tanto dos assistentes sociais quanto dos quadros acadêmicos,sob a justificativa deimpulsionar a profissionalização e a ocupação de novos espaços de atuação profissional—, tal como o retorno ao serviço social clínico.

Para Silva (2024) essa atuação via redes sociais não é banal e isolada, e representa um ataque frontal a uma cultura profissional gestada desde os anos 1980 no Brasil. Esse processo representa um exercício de elaboração teórica que buscou sustentar e amplificar tendências conservadoras no serviço social, visto que:

> Não estamos lidando com ações episódicas, isoladas ou individuais, que são incapazes de reverberar no coletivo profissional. Isto é muito importante, principalmente porque o projeto conservador se banha nas armadilhas neoliberais – que fundamentam e naturalizam ideias como meritocracia, individualização e competitividade, por exemplo – e dialoga a partir de uma comunicação de amplo alcance, fácil “consumo” e sem compromisso com qualquer rigor teórico-metodológico que proporcione uma leitura da realidade sob a perspectiva da totalidade. (SILVA, 2024, p. 34)

Esse projeto conservador tem como seu principal ideólogo o professor Edson Marques de Oliveira[43] que produziu uma das expressões dessa tendência conservadora intitulada as “23 teses para reformar o Serviço Social”, em setembro de 2017. Este texto foi fruto de variadas discussões no interior da categoria, já que representa uma deformação na maneira de compreender o serviço social na contemporaneidade.

Os textos produzidos pelo professor Edson Oliveira buscam atacar a posição histórica do projeto ético-político na formação de uma profissão que atua de forma intransigente ao questionamento do conservadorismo e reafirma a importância da formação de quadros que

[43]Reafirmando a tendência conservadora produziu os livros: Serviço social para corajosos: Entre falácias, mitos e realidade carne e osso (2019) e Serviço Social Clínico do século XXI: Oito mitos e falácias + uma proposta (2023).

aglutinem a luta de classes, entendendo as implicações de um cenário regressivo de direitos para o conjunto da classe trabalhadora.

Nesta mesma esteira, esse grupo de detratores que defendem a onda conservadora buscam o retorno do serviço social clínico como uma importante forma de garantir mais mercado de trabalho para assistentes sociais e afirmam que a recusa das práticas terapêuticas por entidades da categoria não garante a abertura de "novos postos de trabalho em psicoterapia e clínica" (OLIVEIRA, 2023, n. p). Para OLIVEIRA (2017):

> É nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e recolocar sua centralidade no ser humano, não mais como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio. Desse modo, colocaríamos esse ser não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história, do desenho das ações concretas as quais podem dar esperança no enfrentamento de seus desafios cotidianos. (OLIVEIRA, 2017, p. 11 e 12)

Esse mesmo grupo criou a Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), uma entidade privada, presidida e idealizada por Edson Marques de Oliveira, que faz das redes Facebook, Youtube e Instagram seus canais de divulgação,somando ao todo cerca de 1, 3 mil seguidores.

O principal foco dos canais da SOBSSC é a divulgação de materiais próprios, de palestras em formato de lives e webinários de serviço social clínico, esta entidade articula-se a organizações e pensadores internacionais de serviço social clínico e busca espaço na disputa por projetos de profissão e apresentam um projeto acrítico e desistoricizado.

Em suas postagens, estes perfis buscam a retomada da visão tradicional da profissão e tentam a todo custo fundamentar a necessidade do serviço social clínico, buscando desmobilizar os debates realizados pela categoria nos últimos 20 anos.Esse posicionamento é chamado por Silveira (2022) de onda escancaradamente conservadora — visto que é parte de um desdobramento de tendências ultraliberais, conservadoras e neofascistas que cresceram na sociedade brasileira nos últimos anos.

A retomada destas discussões apresenta contornos e características diferentes do debate realizado em torno do serviço social clínico pela categoria que foi iniciado em 1996. Esse conjunto de ações construiu um entendimento registrado no parecer jurídico do CFESS 569/2010 e no documento intitulado "Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas" que aprofunda em que condições esta prática estava acontecendo, quais autores estavam embasando os atendimentos, tais debates representam uma década de estudo de sujeitos coletivos do serviço social em todo o Brasil.

> O exame do debate sobre o serviço social clínico desde o início dos anos 2000 é pertinente, pois ilumina as múltiplas diferenças da propaganda da SOBCSS e seu grau de articulação com o ultraneoliberalismo e neofascismo, daquelas discussões anteriormente realizadas. (SILVEIRA, 2022, p. 346)

## 3.2 **As metamorfoses do Serviço Social Clínico no Brasil**

O debate sobre o serviço social clínico não é recente no Brasil e tem uma relação direta com o passado conservador da profissão, sendo uma tentativa de resgatar a herança psicologista por meio de um falso debate sobre a subjetividade recorrente entre os assistentes sociais. Nos últimos 30 anos este debate passou a ser estabelecido pelas redes sociais, ciente dessa questão pulsante entre uma minoritária fração da categoria[44], o conjunto CFESS/CRESS estabeleceu um amplo debate para aglutinar conhecimento em torno dessa demanda.

É importante resgatar que o conjunto assumiu a condução política deste processo e, entre os anos 1996 e 2010[45], realizou escutas com profissionais em todo país por meio de plenárias, encontros e seminários nacionais. Ademais, criou documentos importantes que reafirmam valores profissionais e vem promovendo um profundo debate com a categoria de assistentes sociais sobre competências profissionais e as atribuições privativas envolvendo os principais teóricos da profissão. Ao longo desses anos conjunto CFESS/CRESS construiu o seguinte entendimento:

> Não procedem os argumentos que defendem práticas terapêuticas como "técnicas ou instrumentos" que sempre fizeram parte da história da profissão e, por isso, devem ser reconhecidas como competências profissionais. É certo que ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão. Mas é certo, igualmente, que nos afastamos substancialmente dessa vertente, e que a realização de terapias não integra nem a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem suas diretivas legais. (CFESS, 2010, p. 5)

O processo de pesquisa realizado com assistentes sociais que atuavam com práticas terapêuticas realizado pelo conjunto CFESS/CRESS com o intuito de aprofundar o debate e construir uma posição política com base nos fundamentos teóricos e jurídicos produziu o documento: "Práticas Terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para o aprofundamento do estudo", neste material é afirmado que até 2010 não se enxergava um

---

[44] Movimento composto de um grupo de assistente sociais com formação especializada em diversas abordagens clínicas: holística, bioenergética, psicodrama, terapia familiar sistêmica, transpessoal. É um grupo heterogêneo que reivindica das entidades da categoria e unidades de ensino, o reconhecimento do caráter clínico ou terapêutico do exercício profissional.

[45]Este conjunto de fatos históricos está disponível no documento do conjunto CFESS/CRESS intitulado: Serviço Social e Reflexões Críticas sobre as práticas terapêuticas", disponível no site do CFESS.

retorno reacionário ao conservadorismo neste campo. No entanto, é necessário deixar claro que partimos do pressuposto que:

> Os defensores do Serviço Social Clínico não estabelecem relação do seu modo de operar o Serviço Social com o Código de Ética Profissional, com a Lei de Regulamentação da Profissão e com as Diretrizes Curriculares, que constituem o arcabouço legal do projeto ético-político do Serviço Social. Essas referências são fundamentais e precisam ter repercussão no trabalho profissional, pois são luz e direção a serem seguidas na defesa dos direitos humanos e sociais e na construção da cidadania para todos, alicerçada na ampliação da democracia nas esferas da economia, da política e da cultura. (EM PAUTA, 2004, p. 44)

Nos debates realizados com estes profissionais, foi percebida a busca por outros referenciais analítico-interventivos, afinados a uma visão psicologizante de um exercício acrítico que passava a manter distância do projeto ético-político por meio de uma aproximação com a psicanálise e a terapia de família. Esse exercício, que era propagado como “novo”, não aumenta o escopo de atuação profissional e fere as atribuições privativas dos assistentes sociais brasileiros.Esse fato ampliou o debate para a construção de uma normativa jurídica que vedasse esse tipo de intervenção nociva ao exercício profissional materializada no parecer jurídico CFESS 569/2010.

Essa resolução foi construída com mais de uma década de debates, demonstrando maturidade profissional no trato de “novas demandas” e respeito à ampla defesa do contraditório.Sua elaboração contou com a participaçãode representantes de conselhos profissionais de serviço social e assistentes sociais eleitos por conselhos regionais em todo país — sendo importante destacar que:

> O registro histórico demonstra que o processo de discussão foi longo, democrático e intenso, fazendo com que a resolução ora publicada resulte de reflexões acumuladas e realizadas pela categoria, no âmbito do exercício e da formação profissional. Em diversas ocasiões as posições diferentes, e muitas vezes divergentes, foram discutidas respeitosamente, embora nem sempre o consenso tenha sido obtido, diante das polêmicas que envolvem a questão. (CFESS, 2010, p. 4)

A existência deste profundo debate dos últimos 40 anos não fez desaparecer do cotidiano dos assistentes sociais as práticas terapêuticas e a defesa do Serviço Social clínico, que foram avolumadas em instituições públicas e privadas ao longo da trajetória da profissão, elas permanecem divergindo e criando novos contornos, que vão despontar no cotidiano profissional numa perspectiva de destruição do projeto ético-político da atualidade.

É necessário problematizar o que estamos denominando como pensamento pós-moderno, evitando uma utilização genérica do termo como equivalente imediato ao conservadorismo ou ao irracionalismo. A pós-modernidade constitui um campo heterogêneo de

interpretações sobre a sociedade contemporânea, marcado por críticas às grandes narrativas explicativas da modernidade, especialmente aquelas vinculadas à ideia de progresso histórico, universalidade da razão e possibilidade de apreensão da totalidade social.

No campo das ciências humanas, autores associados ao debate pós-moderno destacam a fragmentação das experiências sociais, a centralidade das identidades, das diferenças e dos discursos na constituição da realidade social. Entretanto, a apropriação dessas perspectivas pelo Serviço Social brasileiro precisa ser analisada criticamente, sobretudo quando determinadas leituras acabam relativizando as estruturas econômicas e sociais que produzem desigualdades, deslocando a análise das relações de classe para dimensões predominantemente subjetivas, culturais ou individuais.

Nesse sentido, a crítica realizada por autores marxistas não se dirige à diversidade de temas incorporados pela chamada agenda pós-moderna, mas aos efeitos teórico-políticos de determinadas interpretações que abandonam categorias fundamentais como totalidade, historicidade, contradição e luta de classes. Como destaca Barroco (2015), o avanço de perspectivas irracionalistas contribui para processos de subjetivação da história e naturalização das desigualdades sociais, favorecendo interpretações que deslocam conflitos sociais para o campo das escolhas individuais e das experiências particulares.

No Serviço Social, esse debate assume particular relevância porque determinadas apropriações pós-modernas podem contribuir para uma reatualização conservadora ao substituir a análise das expressões da questão social por interpretações centradas nos indivíduos, nas relações familiares e nas dimensões subjetivas dos sujeitos. Assim, práticas como o retorno ao psicologismo, às abordagens terapêuticas e às perspectivas que compreendem os problemas sociais como conflitos internos ou familiares podem expressar uma perda da dimensão histórica e estrutural da profissão.

Todavia, é importante distinguir: nem todo debate sobre subjetividade, identidade ou diferença implica necessariamente uma ruptura com a perspectiva crítica. O desafio está em compreender como essas dimensões podem ser articuladas à análise da totalidade social, sem transformar fenômenos produzidos pelas relações sociais capitalistas em problemas individuais ou familiares.

No acompanhamento deste debate conseguimos visualizar nas análises de Silveira (2022) duas fases distintas do serviço social clínico no Brasil: a primeira de caráterconservador pós-moderno em busca de apoio na psicanálise e na terapia de família; e a segunda apresenta um “conservadorismo escancarado”, que desponta após o crescimento na sociedade brasileira de tendências ultraneoliberais, conservadoras e neofascistas.

A primeira fase de combate ao conservadorismo pós-moderno foi iniciada pelo conjunto CFESS/CRESS em 1996, com as discussões acerca das atribuições privativas dos assistentes sociais e foi demarcado até os anos 2010.Momento em que houve a aglutinação de um grupo coeso de discussões e cria-se o parecer jurídico do CFESS 569/2010 que veda a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social.

Esta primeira fase, de conservadorismo envergonhado, trouxe em debate público as suas demandas com dois encontros produzidos pelo Conselho Regional de Serviço Social em parceria com a Escola de Serviço Social da UERJ, com profissionais que defendiam a prática clínica e representantes do conjunto CFESS/CRESS. Estes debates realizados entre os anos 2003 e 2004 tornaram duas edições da revista "Em Foco" e são ricos acervos sobre o debate em questão.

Neste primeiro contexto, de conservadorismo envergonhado, os profissionais que defendem o serviço social clínico não conseguiram avançar dada a força progressista hegemônica presente no serviço social brasileiro nos anos de 1990. O processo de defesa do movimento de reconceituação do serviço social no Brasil expresso na luta contra o conservadorismo e a defesa das atribuições privativas que expressam as compreensões em torno do projeto ético-político da profissão no desenvolvimento de um profissional crítico não permitiu uma defesa de uma profissionalização a moda clínica.

Os debates concentrados nas edições da revista "Em Foco" demonstram como os defensores deste primeiro momento buscaram:

- O retorno ao tradicionalismo e ao conservadorismo da profissão por meio da defesa e do resgate do serviço social de caso e psicossocial inspirados na influência da psicanálise de Freud.
- A releitura dos autores das protoformas da profissão (Mary Richmond, Jane Addams e Florence Hollis) para compreensão do cenário atual.
- O culto ao serviço social psiquiátrico da década de 30 no cuidado à família.
- Da afirmação acrítica das terapias de família (Geral dos Sistemas, na Cibernética, nas Teorias da Comunicação Humana, Construtivismo Social, Socioterapia, dentre outras).
- O apoio da psicanálise como modelo de abordagem.
- A naturalização do social, no sentido de refletir a família como um sistema biológico vivo.
- A defesa de métodos e técnicas capazes de corrigir disfunções sociais.
- O apelo a realização de especializações em áreas clínicas.

- Defesa de um pluralismo liberal fundado no arbítrio individual, na livre competição no jogo das forças de mercado.
- A propaganda falaciosa de que a não aceitação do serviço social clínico pela matriz teórico-metodológica crítica gera perda e/ou de redução de postos de trabalho.
- A necessidade de flexibilização das fronteiras profissionais e de valorização do trabalho interdisciplinar.

Esses debates em torno da primeira fase anunciam que:

> Os profissionais que adquirem formação nas várias modalidades de terapias estão exercendo outra profissão, se pensarmos nessa direção. Mas a questão se torna ainda mais complexa quando se observa que este debate emerge numa conjuntura específica, de redimensionamento do mundo do trabalho, com fortes impactos no exercício profissional, ao passo que também se colocam no cenário expressões neoconservadoras de retorno ao passado profissional. (BEHRING, 2009, p. 13)

Concordando com Behring (2009) podemos afirmar que o serviço social clínico surge num contexto de crise dos anos de 1990, que tem como pano de fundo três grandes processos: a globalização, a reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo no Brasil, este período é marcado pela precarização da vida e das relações de trabalho como tratamos no primeiro capítulo.

> Desde sua consolidação, o projeto ético-político profissional foi tensionado por diferentes elementos de uma realidade regressiva, de perda de direitos e empobrecimento intelectual, com distanciamento de muitos setores da academia no Brasil da razão crítica, da dialética e da história. Tais tensões operam como pressão externa à profissão, mas também fortalecem elementos de um "conservadorismo envergonhado", que a partir da crítica pós-moderna enfrenta um elemento irracionalismo no seio do debate profissional. (SILVEIRA, 2022, p. 289)

É nesse cenário de crise que cresce a contrarreforma do ensino superior no Brasil e ocorre a expansão desmesurada do ensino a distância no serviço social[46], sem qualidade, como registram os organismos da profissão em variadas campanhas. Tal situação impacta diretamente na formação de quadros críticos profissionais,visto que a educação superior passa ser privatizada (dada à grande concentração de cursos em universidades privadas) e precarizada fazendo que a tríade da formação universitária — ensino, pesquisa e extensão — não seja concretizada.

> As profissões não são imunes a essa invasão. A intolerância e o racismo institucional perpassam pela formação e pelo exercício profissional. O irracionalismo penetra nas

[46]Segundo o CFESS (2014) de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2009, o curso de serviço social já ocupava o 3º lugar em maior número de matrículas na modalidade de EaD.

> universidades através do dogmatismo e do pensamento pós-moderno. Este contribui, ao lado do neopositivismo, para o empobrecimento da crítica, para a subjetivação da história e a naturalização das desigualdades, facilitando a transferência dos conflitos para o imaginário, fortalecendo a resignação e o pessimismo em face da realidade. Mas a incorporação do irracionalismo não decorre somente de opções ideológicas. São oriundas também da reprodução do senso comum, favorecida pela precarização das condições objetivas de trabalho, de aprendizado e de existência dos alunos e professores. (BARROCO, 2015, p. 632-633)

É essa conjuntura regressiva que constrói espaços de exercício profissional e formação acadêmica precarizados que vão persistir os desafios a manutenção do projeto ético-político, essa passa a disputar espaço com visões irracionalistas[47] acerca da profissão que desejam negligenciar a importância dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, nesse sentido entendemos que:

> A tendência restauradora e conservadora no Serviço Social resgata uma idealização do passado com fortes influências da filosofia aristotélicotomista, mixada com a sociologia positivista, com registros de psicologização da sociedade e rudimentos de psicanálise, típicos do Social Work (Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade). Supostamente neutro e apolítico, este passa a ser identificado como "modelo" de profissionalização, erigido como referência de competência técnica na "intervenção" do/a assistente social. Reclama-se o retorno aos/às autores/as clássicos/as e representativos/as do Social Work, evidente no Serviço Social "clínico", de forte incidência nos EUA, numa perspectiva psicologista, centrado em problemas individuais. (IAMAMOTO, 2021, p.30)

Para Boschetti (2015), o campo irracionalista investe suas defesas em conteúdos pragmáticos com teses que variam entre metodologismo, teoricismo acrítico, aligeramento da formação e da pesquisa, do voluntariado, e no contentamento com o possibilismo.

> Esse tipo de pragmatismo presente no universo profissional se vale de um discurso facilmente absorvido, sobre as condições objetivas vigentes, de que se perde muito tempo com fundamentos teórico-metodológicos e éticos-políticos nos cursos de graduação em Serviço Social. E ainda, "de que há visível distanciamento entre o conteúdo programático do curso e a realidade do trabalho profissional" (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 214)

Outro ponto importante, defendido pela primeira fase do serviço social clínico, que surge nas reflexões de Rodrigues (2009), é a tentativa de supor um pluralismo liberal fundado no arbítrio individual, na livre competição no jogo das forças de mercado, onde todos, supostamente, teriam as mesmas oportunidades. Apesar das inúmeras falsas críticas ao conjunto CFESS/CRESS, tais como a registrada em abaixo-assinado de assistentes sociais do Rio Grande do Sul:

[47]Em Jamerson SOUZA (2016) encontramos Edmund Burke como um dos pioneiros do irracionalismo, em seu pensamento a "destruição da razão" é uma linha central. Para a sua execução deve o indivíduo buscar "as verdades profundas da alma humana" e afastar-se da artificialidade da razão e do método científico.

> Várias outras profissões têm, cada vez mais, não só se aberto à criação técnico-científica de seus integrantes, como, também, consolidado suas ações clínicas no campo social, tais como a medicina através da psiquiatria social, a psicologia através da psicologia política, a psicanálise através da etnopsicanálise e a sociologia através da sociologia clínica — para citarmos apenas algumas. Assim, pelas razões expostas a seguir, manifestamos nossa divergência em relação aos pareceres acima citados por entendermos que tais documentos estão construídos sobre premissas falsas. Trata-se, portanto, de documentos equivocados e que, nesta condição, impõem sério risco à profissão na medida em que a expõe à opinião pública sem sequer se sustentarem numa sólida base histórica, deontológica, epistemológica e teórico-metodológica. (ABAIXO-ASSINADO, 2011, s.p)

As pseudocríticas acima apresentadas afirmam que tal posicionamento não permite que assistentes sociais assumam novas demandas de mercado postas à profissão. Entretanto, o posicionamento das entidades da categoria e de seus referenciados pensadores caminha no sentido de que esse debate sobre as fronteiras profissionais e as atribuições privativas do serviço social, precisa assegurar à sociedade a certeza de um lugar técnico-científico de natureza da profissão com garantia e qualidade dos serviços prestados, não podendo o profissional trabalhar com um norte comum a todas as profissões.

> Trata-se de um tema polêmico e um terreno fértil para o debate sobre a tensão entre as fronteiras profissionais e as atribuições privativas das diferentes especializações do trabalho, com nítidas derivações na órbita da fiscalização do exercício profissional. Fiscalização esta que não pode ser reduzida a um controle punitivo do exercício, mas entendida, sobretudo, como estímulo à capacitação dos profissionais para assegurar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e cidadãs, consoante os compromissos radicalmente humanos e democráticos presentes nos princípios norteadores do Código de Ética do assistente social. (RODRIGUES, 2009, p. 18)

Como afirmamos, essas forças regressivas até 2010 atuaram de maneira envergonhada e pouco expressiva. Todavia, a ampliação do ultraliberalismo e do conservadorismo na sociedade brasileira após 2014, e com mais vulto em 2016, afina-se com um crescimento conservador dentro do Serviço Social, que alça uma nova tentativa de reconstruir a identidade da profissão, abarcando tendências que buscam a radicalização ultraneoliberal e sujeitos adeptos ao conservadorismo.

Este segundo momento do serviço social clínico, para Silveira (2022), é a expressão dessa tendência ultraneoliberal que retoma como a hegemonia do "conservadorismo escancarado". Essa "nova perspectiva" busca brechas reacionárias de maneira alinhada à reação conservadora, ultraneoliberal e fascista presente no contexto político, social e econômico brasileiro após 2016. Os defensores do serviço social clínico passam a concentrar sua ação nas redes sociais, atuando de forma doutrinária na construção de um contrapúblico que revele um ataque frontal ao projeto ético-político do serviço social brasileiro.

> A tendência que denominei como "liquidacionista" é legatária do conservadorismo atual, com afinidades com neofascismo no poder, e o ultraneoliberalismo, programa que aglutina setores burgueses no período atual e seus defensores no interior de outras classes. A emersão da aliança política e social em torno do golpe de 2016 e, posteriormente, do governo neofascista, na sociedade brasileira, alcança a profissão. O campo do conservadorismo profissional atual não se restringe ao liquidacionismo estudado nesta tese, entretanto compõem o que chamam aqui de conservadorismo escancarado, opondo-se frontalmente ao projeto elétrico político profissional, o que é inédito nos últimos quarenta anos, após a virada profissional. (SILVEIRA, 2022, p. 307)

Essa tendência de conservadorismo escancarado, passa a ser presente em variados perfis virtuais, conforme destacamos na primeira parte deste capítulo. Neste momento trataremos apenas da página da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC) que, sob o comando de Edson de Oliveira Marques, passa a produzir conteúdos que marcam uma posição ultraneoliberal e conservadora no debate sobre serviço social na atualidade, entendemos que tal posição aliada a liberação de práticas integrativas e complementares permitirá a associação da TCF como uma especialização do serviço social clínico.

A SOBSSC, no Facebook, afirma que tem como objetivo: estimular a pesquisa e o aprofundamento do conhecimento científico e profissional para atualização, defesa e desenvolvimento do Serviço Social Clínico, como uma especialização do Serviço Social no Brasil (SOBSSC, 2020, s.p). No exame da página da SOBSSC e da tese de doutorado de Silveira (2022) capturamos que essa perspectiva de conservadorismo escancarado se pauta:

- Em posicionamentos conservadores e tendências regressivas que buscam efetuar o liquidacionismo do projeto ético-político do serviço social.
- No não reconhecimento e na tentativa de revogação do parecer jurídico 569/2010 do CFESS, propondo a atualização de um debate superado no serviço social brasileiro.
- Numa afirmação homogeneizada que defende apenas a existência da visão psicologizante da escola estadunidense sobre o exercício profissional dos assistentes sociais e desconsidera o papel da escola européia no Brasil.
- Na defesa de um “pluralismo sem fronteiras”, no sentido de afirmar que a clínica cabe no exercício profissional do assistente social e da “ampliação” para uma atuação similar a de profissionais liberais.
- Na pretensão de alterar a “formação de base” do serviço social brasileiro para incorporar o serviço social clínico.
- Na falácia que o conjunto CFESS/CRESS, ao criar regulamentações que orientam as atribuições privativas dos assistentes sociais, passa a desvalorizar a

profissão que não pode atender às exigências colocadas pelo mercado de trabalho.

- Buscam a defesa de instrumentais e técnicas que os assistentes sociais brasileiros não são qualificados para utilizar, visto que fogem das orientações ético-políticas construídas pela profissão ao longo de décadas de discussão.
- Na tentativa de sensibilizar que os organismos políticos-administrativos da profissão no Brasil não reconheçam a existência do serviço social clínico como fazer clínico e terapêutico presente em nível mundial e internacional.
- Retornam ao psicologismo, sem levar em consideração a transversalidade da política no exercício profissional, dando margem para construção de uma atuação baseada em pseudociências, como é o caso da TCF que trataremos adiante.

Analisando os objetivos da segunda vertente do serviço social clínicopercebemos que seu direcionamento confronta diretamente o projeto ético-político.Desta maneira, é importante destacar que as construções desse grupo do conservadorismo escancarado são opostas ao debate sobre serviço social clínico realizado pelos assistentes sociais que reivindicavam a prática clínica na primeira década dos anos 2000, e ainda que outros grupos que vem trabalhando sob a perspectiva de subjetividades no serviço social vinculando este debate ao marxismo - sendo eles: Bisneto (2007), Vasconcelos (2000), Nicácio (2008) e Duarte (2010).

> Se a temática da subjetividade no Serviço Social tradicional, digamos assim, foi influenciada pelo conservadorismo, a sua reatualização pela fenomenologia por dentro da área profissional deixou a desejar, pois limitou-se ao chamado "vivido" da situação interna do "cliente" (ente) sem levar em consideração a transversalidade da política no trabalho profissional, reduzindo a temática da subjetividade que estamos fazendo à crítica nesse momento. Cabe destacar que os que se alinham nessa perspectiva são os mesmos que atualizam o Serviço Social de caso pela nomenclatura do Serviço Social clínico, que em nada tem a ver com as atribuições privativas do assistente social definidas pelo conjunto da categoria profissional no Brasil. Assim para essa intervenção profissional, para uma clínica *stricto sensu*, o referido profissional precisa de uma formação apropriada em instituições específicas. Então ele deixa de ser profissional de Serviço Social para ser profissional de outro tipo: terapeuta de família, psicoterapeuta ou até mesmo psicanalista. (DUARTE, 2010, n. p.)

Outro documento que expressa o segundo momento do Serviço Social clínico é a “Carta de Toledo”. Esse documento é um manifesto que expressa de maneira direta as bases do conservadorismo escancarado conduzido pela SOBSSC e demonstra o interesse de “reatualização, reforma e ampliação do serviço social frente às competências da profissão” (SOBSSC, 2020, p. 5).

A “Carta de Toledo” é fruto do “1º Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico” (ENBRASSC), que ocorreu em 2020, de maneira remota devido a pandemia de coronavírus.Nesse evento participaram o Instituto Chileno de Trabalho Social Clínico, e o Instituto Espanhol de Trabajo Social Clínico, e profissionais da Argentina, Canadá e EUA.

Na carta, a SOBSSC afirma que o encontro visou debater “uma das áreas mais tradicionais e fundamentais para o serviço social nível internacional”.Apesar de o próprio texto afirmar que a prática em alguns dos países citados é datada após os anos 1980, no Brasil essa discussão passa a acontecer na primeira década dos anos 2000, e ainda que tenhamos notícias que nos Estados Unidos a prática encontre maior adesão, não é tradicional.

O documento em questão traz um breve histórico da prática do serviço social clínico em alguns países de experiência consolidada no sentido de reforçar a experiência, entretanto pesquisas recentes de Eiras, Santos e Yazbek (2018) denotam que, mesmo com a prevalência do modelo psicologizante, na Europa Ibérica e na América do Norte, houve movimentos contestatórios ao Serviço Social tradicional, autodenominados “Serviço Social Crítico” e “Serviço Social Radical”.

O documento ressalta a importância da psicoterapia da família de Virginia Satir, considerada a matriarca da TCF criada por Bert Hellinger, que usou seus estudos como fonte de pesquisas iniciais - técnicas não permitidas de serem usadas nem por psicólogos no Brasil.

O prefácio do texto faz ataques ao conjunto CFESS/CRESS devido a postura clara em torno das atribuições privativas e da busca por sua vedação que, desde o nascimento deste debate, entenderam a importância de manter um posicionamento claro que expresse os avanços do movimento de reconceituação latino-americano no Brasil e da intenção de ruptura que contribuíram para a construção de um exercício sistemático e científico, dentro de uma postura crítica e questionadora da realidade social.

No documento, trata-se, de maneira geral,da busca pelo reconhecimento acadêmico de um tipo de formação que não é própria dos assistentes sociais brasileiros, visto que na carta afirmam que: “para exercer a clínica, são necessários conhecimento, habilidade e atitude profissional no sentido de olhar diagnóstico e a consciência terapêutica se tornem um *habitus* - sem fazer da pessoa um objeto e sem descuidar de seu contexto social” (SOBSSC, 2020, p. 2).

Na carta encontram-se dez reivindicações da SOBSSC e demais profissionais que participaram do encontro e assinam o documento. As reivindicações prescritas giram em torno da construção de uma possibilidade de revogação do parecer jurídico do CFESS 569/2010, no texto demonstra-se de maneira objetiva a existência de projetos em disputa conforme tratado anteriormente.

As dez reivindicações giram em torno de reconhecer existência de profissionais de Serviço Social clínico no Brasil; na permissão de trabalhar tais conteúdos durante aformação acadêmica e a nível de pós-graduação; na criação de entidades que regularizem a prática do SSC; na produção da visibilidade do SSC; no fomento de pesquisas e cursos nesse campo; no retorno ao debate sobre pluralismo sem fronteiras e liberdade de expressão; na qualificação da atividade do SSC—a qual não coaduna com as atribuições privativas do assistente social—; no retorno ao psicologismo ou atividade psicossocial na área da saúde; a busca por impedimento das duras críticas que o SSC sofre no Brasil, visto que não se constituem fundamentos para a permissão dessa atuação por assistentes sociais; e, por fim ,na décima reivindicação, buscam:

> Solicita-se ainda a cooperação de todas as organizações que congregam assistentes sociais brasileiros com propósitos de discutir sobre a urgência e relevância de um processo de reforma de serviço social no Brasil como meio de uma necessária reatualização e simetria com desenvolvimento internacional da profissão. Para isso hoje que a categoria se una em torno de um amplo debate nacional sobre a desatualização do código de ética, das diretrizes curriculares, da lei de regulamentação profissional e dos processos de formação, permitindo uma oxigenação do serviço social brasileiro, a legalização do serviço social clínico validando e promovendo espaços formativos ampliando a atuação profissional com padrões de excelência científica a altura dos desafios positivos pelo novo século e o período pós pandêmico oferecendo de respostas concretas, profissionais com base científica, ética e humanitária (SOBCSS, 2020, p. 4).

É nessa última reivindicação que aparece o posicionamento central feito pela SOBSSC na "Carta de Toledo", demonstrando a sua tentativa de inserção no debate de fundamentos por uma via escancaradamente conservadora, negando todos os avanços realizados pela categoria de assistentes sociais nas últimas décadas e a influência desses debates na vedação da realização do serviço social clínico. Para Iamamoto (2021) a "Carta de Toledo" e os posicionamentos da SOBSSC representam a perspectiva conservadora no serviço social na contemporaneidade, visto que:

> Recusa o debate teórico, valendo-se de denúncias ideológicas. Sob o signo de "politização à esquerda" ou "militantismo" – tidos como causa de suposta "desprofissionalização" do Serviço Social –, reitera-se a velha crítica conservadora à reconceituação (NETTO, 1985), em novo momento do desenvolvimento da profissão de Serviço Social. Em similitude à crítica conservadora à reconceituação, as circunstâncias históricas em que se inscrevem a atividade profissional e as relações e condições de trabalho são silenciadas. Também o são a politização à direita e a militância religiosa. A crítica ideológica é direcionada exclusivamente ao Projeto Ético-Político do Serviço Social no Brasil às propostas "de esquerda". Nesse caldo cultural, dispõe de aderente terreno societário à sua difusão ante a crise econômica e a regressão das políticas públicas de Estado. (IAMAMOTO, 2021, p. 30-31)

Iamamoto (2021) sinaliza que é na busca por tentar destruir os avanços conquistados pela categoria de assistentes sociais brasileiros, e das entidades da categoria que construíram

uma orientação histórico-crítica internacional, que essa perspectiva de conservadorismo escancarado permanece mantendo as origens na terapia familiar e psicanálise (visão psicologista).Passa a defender “pretensas saídas para a crise” que, baseadas em logoterapia, programação neurolinguística, coaching, danças circulares e TCF (Bert Hellinger), constituem as novas formas de abordagem que esse modelo deseja implementar.

Nas pesquisas dos encontros da SOBSSC, gravados e disponíveis na internet, encontramos falas de apoio ao uso de práticas integrativas e complementares (PICS) - sendo a TCF de Bert Hellinger tratada como um avanço no trabalho com famílias.

Todavia, existe um posicionamento do CFESS referente à inserção de assistentes sociais nos procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionados às PICS, o referido documento aponta que “a determinação institucional para inserção do trabalho de assistente social nos procedimentos das PICS não deve ser compreendida como o exercício de práticas terapêuticas junto aos usuários e usuárias da política de saúde” (CFESS, 2018, p. 05).

Apesar do posicionamento do conjunto CFESS/CRESS em torno do não uso das práticas integrativas e complementares vinculadas ao exercício profissional, visualizamos que a TCF, além de ter o apelo de profissionais que desejam atuar com práticas terapêuticas, o trabalho de Borba (2019) demonstra que tais práticas avançam como requisições emergentes aos assistentes sociais em alguns espaços sociocupacionais e nas reflexões de Alberto e Prado (2022) o seu espraiamento nas políticas públicas de maneira geral.

Com o trabalho de Guimarães (2017), percebemos como esse debate avança no campo da saúde pela perspectiva sistêmica, que concebe a família como sistema, com referência aos clássicos da terapia familiar:

> Tal direção é aprofundada na apresentação dos instrumentos de abordagem, como o ciclo de vida, genograma, Ecomapa, Firo, Pratice, Apgar, Escala de Coelho, com enfoque nas relações familiares. Como grande requisição para o processo de formação, são recuperados instrumentos clássicos, bem como são elaborados novos instrumentos buscando se adaptar a essa demanda. Transitando entre mapas e siglas, os instrumentos propõem uma análise com enfoque nas relações (intra) familiares. Chama a atenção a presença marcante nos cursos do uso do genograma, que, como instrumento com potencial para diversas análises, ao ser vinculado à área social, a partir das noções de risco, vulnerabilidade social, norteados pela perspectiva sistêmica, é um instrumento que favorece a psicologização e a culpabilização pela vivência geracional de expressões da questão social. (GUIMARÃES, 2017, p. 13)

Consideramos a importância de pensar os riscos do uso da constelação familiar no exercício profissional do assistente social, porque essa prática integrativa e complementar tem ganhado aderência nas políticas sociais.A prática surgiu e ficou estabelecida num momento de

ascensão do governo neofascista no Brasil e aparece como uma “tecnologia social inovadora” para os conservadores do serviço social clínico que passam a disseminá-la.

## 3.1 **Tendências conservadoras e serviço social: os riscos do uso do uso da Constelação Familiar no exercício profissional do assistente social**

A terapia constelação familiar (TCF) de Bert Hellinger apresenta destaque na agenda dos profissionais que almejam a possibilidade do exercício do Serviço Social Clínico no Brasil, visto que é citada em encontros e seminários da SOBSSC. No Brasil a TCF aparece como uma “pregação de Estado”[48] (IACONELLI, 2023, s.p), sendo realizada nos tribunais judiciários como uma prática de mediação de conflitos e no Sistema Único de Saúde (SUS) como uma prática integrativa e complementar (PIC) instituída pela Portaria 702, de 2018, do Ministério da Saúde.

A Política Nacional Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) é um marco no SUS e entende a necessidade de reconhecer e popularizar o conhecimento de pajés, parteiras, benzedores e raizeiros, reconhecendo como saberes ancestrais do povo brasileiro.

Tais conhecimentos foram negligenciados e afastados do campo científico por muito tempo, entretanto constituem um marco na história dos brasileiros,os quais encontraram formas caseiras de resolver suas demandas e criaram suas próprias estratégias em saúde baseadas em conhecimentos passados entre as famílias, num momento em que,o Estado fingia a sua existência como cidadãos e cidadãs.

A discussão em torno da PNPIC surge em 1980 e seu marco foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde,que via Movimento de Reforma Sanitária deliberou no relatório final a "introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica preferida" (PNPIC, 2006, pg. 11).

No Brasil, a PNPIC encontra terreno fértil tanto na organização política de saúde brasileira, que permite a entrada de novas tecnologias sem uma discussão técnica precedente quanto na precariedade dos serviços de atenção básica em todo país — que na ausência de muitos cuidados em saúde aposta na promoção porque atinge um maior contingente populacional e retira do Estado a responsabilidade por um cuidado pleno.

[48]ttps://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2023/10/constelacoes-familiares-e-a-pregacao-de-estado.shtml

Passadas algumas décadas da implementação dessas práticas, no cenário brasileiro chega-se à liberação de 29 PIC´s, sendo que seu maior salto aconteceu entre os anos de 2006 a 2018. Segundo dados no MS, essas práticas estão presentes em quase 54% dos municípios brasileiros, em 100% das capitais, desta forma é preciso refletir quanto à disseminação das PIC´s e os impactos reais delas na vida da população brasileira.

Quadro 2 – Evolução das Práticas Integrativas Complementares no Brasil

| 2006 | 2017 | 2018 |
|---|---|---|
| Acupuntura Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Medicina Antroposófica/Antroposofia Aplicada à Saúde, Termalismo Social/Crenoterapia. | Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Yoga. | Apiterapia, Aromaterapia, Bioenergética, **Constelação Familiar**, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de mãos, Ozonioterapia, Terapia de Florais. |

Fonte: MS (2018)

Como mostramos no quadro 2, é num rol de muitas práticas que a TCF é liberada para ampla divulgação e uso, neste sentido, buscamos compreender como essa prática é definida na portaria do MS, nº. 702 de 2018:

> A constelação familiar é uma técnica de representação espacial das relações familiares que permite identificar bloqueios emocionais de gerações ou membros da família. Desenvolvida nos anos 80 pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, que defende a existência de um inconsciente familiar além do inconsciente individual e do inconsciente coletivo atuando em cada membro de uma família. (MS, 2018, s/p.)

Apesar de não ter ligação direta com a cultura brasileira, essa permissão parece ter caráter estratégico e conservador dado que, nos últimos anos a Constelação Familiar, tem crescido exponencialmente no Brasil. A TCF conta mais de 50 títulos de títulos em português, sendo cerca de 29 títulos apenas de Bert Hellinger[49], havendo ainda facilidade de encontrar materiais pela internet (vídeos, reportagens, e outras mídias).

Outro importante dado está na presença da TCF nas universidades — em sua maioria privadas, que oferecem cursos rápidos e on-line de aprendizagem após seu espraiamento nos campos da educação, da saúde e do judiciário brasileiro. Esta prática passa a sofrer questionamentos de especialistas tanto pelas redes sociais, quanto em artigos publicados em jornais, revistas e seminários, entendendo a como uma prática nem psicológica e nem sistêmica, neste sentido a TCF aparece como:

[49]GUAGLIARIELLO E FRANÇA (2021) afirmam que é "um ex-padre alemão, que estudou teologia, filosofia e educação, e, mesmo tendo abandonado o sacerdócio, a religião ainda é uma parte importante em suas percepções sobre morte e vida".

> Surgida das ideias de Bert Hellinger, traz postura diretiva e determinista e uma concepção de casal calcada em bases patriarcais e na heterossexualidade compulsória. Apresenta-se como científica, baseada nas ideias de um único autor, sem pesquisa, metodologia ou crítica científica nem outro meio de produção de conhecimento, e exibe uma linearidade visível em sua aplicação. Os cientistas incluem a constelação familiar sistêmica no rol das pseudociências. Ela tem acarretado prejuízos aos usuários. (PELLES, 2024, p. 01)

Como debatemos, a família é um campo de atuação e produção que acompanha o exercício profissional de assistentes sociais brasileiros por muitos anos. Entretanto, se faz necessário repensar como essas metodologias reforçam um trabalho moralizante e causam um retrocesso histórico, esse debate em torno do trabalho com famílias pela TCF pode ser visto como uma atualização do serviço social clínico.

Na nota emitida pelo CFESS em 2018, que expressa o posicionamento contrário a vinculação do exercício dos profissionais dos assistentes sociais a realização de PIC´s com os usuários, é evidente a tentativa de vinculação de destas práticas a uma perspectiva terapêutica/clínica, uma vez que a discussão toma vulto após uma assistente social inscrita no CRESS/SP encaminhar um e-mail com a seguinte fundamentação:

> [...] no âmbito da saúde, entende-se que o Assistente Social está capacitado para apoiar, por meio das PICs, por exemplo, grupos com foco na promoção e prevenção a saúde, motivando e mobilizando o usuário a progredir em sua realidade, tornando-se o protagonista e se co-responsabilizandobiopsicossocialmente. As PICs fornecem inovações no que diz respeito às práticas e estratégias (técnico-operativas e técnico-metodológicas) na área da saúde - setor no qual existe forte atuação dos assistentes sociais, realidade que abre a possibilidade dos assistentes sociais a terem como um novo instrumento de trabalho. Sendo assim, como mencionado anteriormente, o assistente social pode transitar e executar com segurança e capacitação atividades inerentes às PICs, as quais enriquecem a sua atuação junto aos usuários e a comunidade. O que nos leva ao aprimoramento intelectual, na perspectiva de atuação e competência profissional, articulação e enfrentamento às demandas apresentadas juntamente com outras categorias profissionais. Evidenciou que em nossa formação somos preparados para o uso de abordagens terapêuticas, por meio de escuta qualificada, psicologia social, intervenção, enfrentamento da questão social e etc., logo o embasamento que vem da Resolução CFESS nº 509 de 25/03/2010 ao vedar a atuação do Assistente Social frente às demandas apresentadas (na minha pergunta direciono para o âmbito da saúde) causa limitação na nossa atuação em modo global, uma vez que o próprio Ministério da Saúde nos reconhece e nos atribui para desenvolver e executar mecanismos de promoção, prevenção à saúde; e articulação e acolhimento social (CFESS, 2018, p. 01-02)

Combatendo essa tentativa de vinculação entre serviço social e práticas terapêuticas, o posicionamento do CFESS reafirma que “mesmo que a/o assistente social seja reconhecida/o como profissional da área da saúde, atividades terapêuticas nas PICS, realizadas nos estabelecimentos de saúde, não são atribuição e nem competência de assistente social” (CFESS, 2018, p. 03).

Neste sentido é remontando as posições do conservadorismo escancarado que percebemos que o uso da TCF de Bert Hellinger reforça papéis conservadores centrais tais como: a preservação do casamento heterossexual centrada no homem, a manutenção família burguesa a qualquer custo e usa de fundamentos dogmáticos / religiosos. Segundo o CFP em nota, as sessões de TCF podem provocar a emergência de estados de sofrimento ou desorganização psíquica, e a técnica não possui o conhecimento técnico necessário para lidar com esses estados — nas redes sociais encontramos relatos de suicídios após sua aplicação.

A TCF, em nossa análise, torna-se o principal fundamento dessa segunda fase do serviço social clínico haja vista a necessidade de usar pseudociências para defender as suas teses.Diferentemente da primeira fase, apostou no retorno ao psicologismo como principal traço apoiada em autores da psicanálise.

A TCF passa a ser apoiada pela segunda onda do serviço social clínico e ganha notoriedade no Brasil com a sua liberação pela PNPIC, num contexto marcadamente neoliberal e conservador. A TCF surge nesse contexto de financeirização das políticas sociais, apresenta soluções rápidas na resolução dos problemas familiares das classes subalternas com a promessa de resolver graves demandas com apenas um único encontro.

A TCF é uma marca que surge com a finalidade de divulgar os pensamentos do Bert Hellinger (1925-2019)[50], publicados em seus livros em formas de "leis" e "visões" de interpretação da realidade, entendendo a como um sistema a ser tratado. O livro de 1996, "**Constelações Familiares**—*O reconhecimento das ordens do amor*", é a primeira obra de Bert Hellinger, que a lança como prática terapêutica alternativa - uma vez que não pode ser considerada psicoterapia.

A TCF é a noção de vida ou relato de experiência descrita por Bert Hellinger nos seus livros, é: "uma ciência do amor e do espírito", aparece como método empírico baseado nas experiências e vivências do ex-padre nazista, não podendo ser considerada nem terapia e nem sistêmica.

Foi difundida como uma terapia alternativa para a solução de problemas complexos via a cura interior, partindo da ideia central de que a cura das "doenças" pode ser encontrada e tratada em aspectos físicos, mentais e espirituais. Para Hellinger, as "ordens do amor" constituem leis básicas do relacionamento humano — a. pertencimento ou vínculo, b. ordem de chegada ou hierarquia, c. equilíbrio — atuam de maneira coletiva, não cumpridas tornam a família desarmônica e consequentemente fracassada.

[50] Segundo o ex-padre, Bert HELLINGER (2002) é um "assistente de almas".

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais no Senado da Câmara Federal para pensar a Constelação Familiar no Brasil, afirmou Sophie Hellinger (2022) que numa Constelação familiar os membros da família ou o "cliente", são representados por participantes dentro do chamado campo morfogenético— que neste campo estão as "leis" ou "ordens superiores" da vida, que são: Pertencimento, a hierarquia e o equilíbrio entre o dar e o tomar.

Para Sophie Hellinger (2022), sentir-se pertencente e estar ligado a uma hierarquia é importante para revelar as "dinâmicas ocultas" que necessitam ser reveladas para cuidar dos "emaranhamentos" e que podem levar uma pessoa a morte nos mais variados estágios da vida.

De acordo com Sophie Hellinger (2022), é partindo da noção de campo morfogenético – do biólogo Rupert Sheldrake, que acredita que além das experiências genéticas os sujeitos transmitem informações por campos mórficos. Que os campos mórficos são memórias coletivas construídas e interconectadas por uma mesma espécie – sendo que as alegações deste biólogo não foram aceitas cientificamente.

Acredita Sophie Hellinger (2022) que os sujeitos herdam informações tanto físicas quanto psíquicas dos antepassados. Entretanto, a TCF tem o papel de colocar a vida familiar "em ordem", desfazendo os emaranhados formados de geração em geração para não violar as "leis do amor" descobertas por Hellinger, possibilitando tratar essas dinâmicas e promover "paz e cura".

A TCF possui um forte caráter religioso, visto que visa propor "caminhos para superar as próprias crises e a cura para doenças condicionadas pela alma" (HELLINGER, 2000, p. 07) e acaba tocando nos livros escritos por ele em temas sensíveis como adoção, violências sexuais contra crianças/adolescentes, aborto, homofobia, rompimentos de vínculos familiares e dentre outros de forma esvaziada e desconsiderando todo um rol de estudos produzidos em torno destes temas.

Segundo Ferreira, Gonzaga e Enzweiler (2021) a TCF apresenta cinco elementos estruturantes: ordens, campo morfogenético, nova medicina germânica, biodescodificação e emaranhamento ou entrelaçamento quântico. São um conjunto de "teorias" sem nenhum traço de ciência que foram costuradas com conceitos constelares, mas que não geram sustentação.

> Da mesma forma inexiste, para além da bibliografia autorreferenciada, qualquer estudo minimamente denso que comprove, sem se apoiar num quê de obscurantismo, a validade científica (com utilização de métodos certificados por sociedades especializadas que gozem de respeito internacional) das "teses" morfogenéticas de Sheldrake, da nova medicina germânica de Hamer, da biodescodificacao ou do emaranhado (quântico)aplicado às pessoas, especialmente quando digam respeito a vidas passadas (FERREIRA; GONZAGA; ENZWEILER, 2021, p. 12)

É partindo dessa falta de contestação científica que aposta num discurso religioso/dogmático para afirmar que os sofrimentos familiares são como elos de uma corrente que se repetem de geração em geração, até que um tome consciência e transforme a maldição em benção. Assim, para Hellinger (1996) os problemas atuais vividos por uma família são fruto de histórias vividas por seus antepassados e que devem ser reconhecidos numa sessão, para que aquele conjunto familiar possa encontrar o bem viver.

Nas primeiras discussões sobre serviço social clínico, Rodrigues (2009) alertou quanto ao risco dessa proposta voluntarista que faz as pessoas interpretarem problemas concretos e reais da vida social como demandas da alma humana podendo ser facilmente resolvidos com amor e afeto como na TCF —mas que são problemas próprios da estrutura e da dinâmica da sociedade capitalista.

Neste sentido, retomamos o risco de adotar a TCF como uma metodologia dentro do exercício profissional do assistente social, entendendo que não podemos realizar nem práticas terapêuticas e nem práticas integrativas e complementares, visto que o uso das mesmas nega os avanços do projeto ético-político do serviço social no Brasil.

> A abordagem holística, clínica ou não, não apenas encobre problemas próprios à ordem burguesa, como faz renascer o passado messiânico do Serviço Social. Então há que se ter muito cuidado com essa proposta, há que se questionar para qual direção social e política ela aponta. Será que esta perspectiva terapêutica garante, de fato, os princípios da ampliação e consolidação da cidadania e da democracia, da defesa da equidade e da justiça social, da universalização do acesso dos sujeitos aos serviços e programas sociais, que são o norte do nosso projeto ético-político? Será que ela garante a materialização de uma intervenção profissional que contribua para a construção de uma sociedade sem exploração de classe, gênero ou etnia? (RODRIGUES, 2009, p. 28)

É concordando com a posição de Matos (2015) que falta aos assistentes sociais que partem da perspectiva clínica a clareza da função social da profissão. Esta última reside no trato com as diferentes expressões da questão social, de modo que esses profissionais, por uma escolha conservadora optam por psicologizar a desigualdade social.

Entendendo esse risco,chega-se à dissertação de Ana de Paula Vitor, intitulada “O trabalho social com famílias de adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem hellingeriana”, defendida em 2021 na UNIFESP. Essa obra constitui a manifestação daquilo que chamamos segunda vertente do serviço social clínico, sendo a expressão do conservadorismo escancarado no exercício profissional dos assistentes sociais.

Desta forma, é desafiador refletir como o exercício profissional do assistente social baseado em TCF pode contemplar nossas competências e atribuições profissionais?

Desenvolver TCF é nossa atribuição? Pensando nas legislações da profissão e na sua construção teórico-metodológica, pode o assistente social ocupar-se do lugar de constelador familiar?

Vitor (2021) não busca,em sua dissertação, fazer referência a construção das protoformas do trabalho do assistente social no campo psicossocial e sua atualização como tentativa de transformá-la em serviço social clínico, mas usa o argumento da liberação pela PNPIC para a realização de constelação familiar por qualquer profissional — desconsiderando o posicionamento do CFESS, e registra seu uso em outras políticas sociais e no sistema de justiça. Segundo a autora,

> A abordagem hellingeriana, assim como outras abordagens que possam olhar para os efeitos da transgeracionalidade da família no presente, tem um grande potencial para expandir o trabalho dos assistentes sociais. Após o processo de aprendizagem e aplicação deste conhecimento sistêmico no cotidiano, os profissionais podem ajudar as pessoas a distinguir as pressões cegas do condicionamento social em que vivem a partir da história de suas famílias, bem como de outros aspectos coletivos que influenciam no comportamento social como preconceitos religiosos e ideologias políticas, sendo capazes de ter uma nova perspectiva sobre sua realidade e tendo assim a possibilidade de transformar através desta tomada de consciência, questões enraizadas em sua consciência inconsciente que se refiram a sua história pessoal como coletiva e social. (VITOR, 2021, p. 23)

A autora, ao descrever seu trabalho, desconsidera os avanços teóricos em torno da temática realizados durante cerca de 10 anos de discussão pelo conjunto CFESS/CRESS e o parecer jurídico 569/2010 que determina “a realização de terapias não constitui atribuição e competência do assistente social” (CFESS, 2010). Em busca de fugir desse debate fundamental, ela afirma que fará uma discussão “na prática de uma forma educativa e não terapêutica”.Esse fato que é comprovado na dissertação, porque ela executa TCF com usuários durante o projeto de pesquisa-ação e descreve todo o processo no documento, produz artigos e um curso de extensão após a exposição do referido método.

Na análise de Iamamoto (2003), o que está em jogo é a recusa do norte teórico-metodológico e sociopolítico inaugurado pelo Movimento de Reconceituação e um retorno ao idealismo, numa perspectiva restauradora do passado profissional, entendendo que um trabalho pautado na TCF teria função de “ajudar”, “entender e tratar desordens”, “captar distúrbios”, “constatar conflitos transgeracionais”, dentre outros traços comuns do serviço social psicossocial conforme afirmamos no segundo capítulo.

> A partir da abordagem hellingeriana pode-se entender também as desordens nos sistemas que levam a conflitos no âmbito da convivência humana e quem sabe, como proposto neste trabalho, serem construídas formas de intervenção social mais adequadas, eficientes e em sintonia com as necessidades humanas mais básicas. (VITOR, 2021, p. 59-60)

Consideramos que o exercício profissional dos assistentes sociais deve buscar a compreensão dos indivíduos e suas famílias, não como objetos terapêuticos, mas na busca por viabilizar o acesso a direitos construindo consciência crítica em torno das respostas das demandas dos usuários —compreende-seque:

> É a partir dos fundamentos da profissão, que podemos demarcar a questão da gênese, origem e do surgimento da família como um complexo social; de seu desenvolvimento ao longo da história e das particulares formações sócio-históricas. Desvendando a relação que as políticas sociais brasileiras construíram com as famílias, diante da negação histórica de acesso à proteção social. E possibilitando, por último, retomarmos às formas como trabalhamos com famílias ao longo da história, elaborando a crítica qualificada para reafirmar o objeto e o objetivo do trabalho profissional, bem como a construção de respostas alternativas ao conservadorismo. (HORST, 2023, p. 12)

Neste sentido, observa-seque é uma armadilha fazer uso de "um corpo de conhecimentos sobre os relacionamentos humanos amplamente aplicável a várias áreas do conhecimento" (VITOR, 2012, p. 65), visto que "não houve por parte de Hellinger o interesse que sua abordagem fosse cientificamente provada, tendo em vista que a filiação da mesma a uma associação profissional poderia aprisionar seu trabalho a normas específicas" (VITOR, 2021, p. 55), isso ocorre pois:

> O crescimento dos irracionalismos e do neofascismo tornam ainda mais árdua e urgente essa articulação entre razão crítica e história. Esse é o único modo que pode assegurar o exercício profissional conectado com valores emancipatórios, na direção de uma nova ordem societária, sem opressão e exploração de classe. Não é qualquer leitura da história que nos é requisitada, mas uma análise que arme para enfrentamento das duras condições que a atualidade do capitalismo nos impõe, que pense a história como processo e vincule sua compreensão à leitura dos oprimidos e explorados nesses processos (SILVEIRA, 2022, p. 370).

Esse crescimento de irracionalismos tem demonstrado que a nova direita que chegou ao serviço social tem usado de um arcabouço de governabilidade neoliberal (TCF, programação neurolinguística, coaching, logoterapia) tentando vincular tais conteúdos de maneira rasa ao exercício profissional. Tal medida é uma resposta conservadora à crise do capitalismo neoliberal, que recoloca nos sujeitos a tarefa de tornar-se bem-sucedidos, deslocando-os da busca de objetivos que garantam o interesse comum, diferentemente disso, precisamos apostar num exercício profissional que parte:

> Do entendimento das contradições da instituição família determinadas pelo capitalismo, que nega o enquadramento de modelos e comportamentos considerados desestruturados, no caso do positivismo, ou que tendem à aposta no caráter de uma subjetividade desvinculada das determinações objetivas da sociabilidade, apostando nas mudanças de comportamentos dos sujeitos como forma de resolver as expressões

> da “questão social” apontadas como problemas intrafamiliares e interpessoais. (HORST, 2023, p. 12)

Por fim, analisamos que a TCF desconsidera a realidade da população brasileira e suas influências históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas quando usam como régua a busca por tratar “emaranhados” na preservação das “ordens do amor”. Esse posicionamento nega toda a luta dos assistentes sociais brasileiros na construção de um projeto ético-político que pensa a construção de sujeito coletivo/histórico que parte da concepção marxiana de que o privado é político e que é necessário desnaturalizar relações familiares partindo de uma perspectiva que aposte na transitoriedade das relações sociais para avançar na luta coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta dissertação parte da inquietação diante da emergência de práticas integrativas e complementares, como a Constelação Familiar, tanto enquanto requisição institucional quanto enquanto resposta construída por alguns assistentes sociais frente às refrações da questão social. A presente pesquisa evidencia que sua incorporação não constitui uma escolha isolada de determinados profissionais, mas expressa uma disputa histórica entre projetos profissionais no interior do Serviço Social brasileiro. A análise realizada permitiu compreender que a expansão dessas práticas ocorre em um contexto marcado pelo fortalecimento de tendências autoritárias e fascistizantes no campo político, articulado à radicalização da agenda neoliberal, que contribui para deslocar a compreensão das determinações estruturais das desigualdades sociais para dimensões individuais, familiares e subjetivas.

O fenômeno analisado revela que a utilização da Constelação Familiar no âmbito do Serviço Social não representa apenas a incorporação de uma técnica ou prática interventiva, mas expressa uma reatualização de tendências conservadoras no interior da profissão. Esse movimento é impulsionado por discursos difundidos pela SOBSSC e por outros espaços de divulgação profissional que passam a ocupar maior visibilidade no debate contemporâneo, defendendo uma perspectiva de sociedade ancorada na responsabilização individual, na centralidade da família como explicação das expressões da questão social e em uma compreensão a-histórica das relações sociais. Nesse sentido, tais concepções reproduzem elementos deterministas, patriarcais e excludentes, tensionando os fundamentos do projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro. É nesse contexto que referências vinculadas ao Serviço Social tradicional são reatualizadas como sustentação desse exercício profissional, evidenciando uma disputa entre diferentes projetos de profissão e de sociedade.

Para o Serviço Social, isso significa compreender que os impactos do neoliberalismo nas políticas sociais brasileiras favorecem a consolidação de uma orientação familista, fundamentada no deslocamento de responsabilidades historicamente atribuídas ao Estado para as famílias. Nesse processo, o exercício profissional dos assistentes sociais permanece atravessado pelas possibilidades e pelos limites presentes no cotidiano das políticas sociais, uma vez que a intervenção profissional ocorre em espaços tensionados por diferentes projetos de sociedade. A adoção de uma perspectiva familista tende a reforçar a responsabilização das famílias pelas expressões da questão social, desconsiderando suas determinações históricas, econômicas e sociais. É nessa conjuntura que setores conservadores reatualizam debates

vinculados ao Serviço Social psicossocial e legitimam práticas terapêuticas que fortalecem concepções que naturalizam a família como núcleo explicativo dos problemas sociais. Esse movimento produz tensionamentos com a direção social construída pelo projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro, evidenciando disputas acerca dos fundamentos que orientam a profissão.

Com esta dissertação, evidenciamos que o psicologismo esteve presente na trajetória histórica da profissão, articulado às tendências conservadoras que atravessaram o Serviço Social. Essa perspectiva tensiona a direção crítica construída pelos assistentes sociais brasileiros, especialmente no que se refere à compreensão das expressões da questão social em suas determinações históricas e estruturais. Nesse sentido, o Serviço Social Clínico aparece como uma das expressões contemporâneas desse movimento de reatualização conservadora, encontrando na Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC) um espaço de organização e difusão dessa perspectiva no interior da profissão. Ao recuperar abordagens centradas na dimensão subjetiva e individual dos sujeitos sociais, essa vertente tende a deslocar a análise das desigualdades sociais de suas determinações históricas e coletivas. Assim, torna-se importante resgatar que esse modelo:

> Impõe à categoria profissional – sujeito particular e coletivo – um enorme investimento contra a restauração das concepções e práticas burocráticas, ajustadoras e fiscalizatórias, que marcaram a profissão desde a sua gênese, uma vez que, no contexto atual, junto à agenda político-econômica do capital, existe um aprofundamento importante do conservadorismo – o neoconservadorismo, que vem até comportando tendências fascistizantes, ou seja tendências que significam não apenas colidência com as referências do nosso projeto profissional crítico, mas tendências destrutivas à própria vida de um modo geral (FORTI, CUNHA e PEQUENO, 2025, p. 44).

A presença deste debate demonstra que os projetos em disputa precisam ser compreendidos, analisados criticamente e revisitados pelo conjunto da categoria profissional. As tendências fascistizantes e conservadoras que atravessam o Serviço Social contemporâneo necessitam ser permanentemente questionadas a partir dos fundamentos teórico-metodológicos construídos no processo histórico de renovação profissional, especialmente por aqueles que defendem a direção social do projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro, mesmo diante de conjunturas adversas.

Embora a pesquisa não esgote a temática nem a complexidade das análises possíveis, evidencia a necessidade de aprofundar estudos sobre a nova direita no Serviço Social, com o objetivo de compreender as narrativas que sustentam seus projetos societários na contemporaneidade, suas bases teórico-metodológicas e suas estratégias de inserção no interior

da profissão. Torna-se fundamental acompanhar criticamente essas tendências fascistizantes e conservadoras, considerando os tensionamentos que produzem sobre a direção social construída pelo projeto ético-político crítico do Serviço Social brasileiro.

A pesquisa aponta para a necessidade de avançar na construção de uma agenda de estudos e pesquisas sobre a história contemporânea do Serviço Social. Além disso, consideramos que este debate precisa aprofundar a relação entre subjetividades, marxismo e Serviço Social no Brasil, compreendendo que ainda são incipientes as propostas de investigação nessa direção. Esse campo de estudos pode constituir uma importante contribuição crítica diante das vertentes conservadoras que permanecem apostando em práticas terapêuticas como resposta às expressões da questão social e na ampliação de perspectivas que individualizam suas determinações.

Por fim, ao analisar como a Constelação Familiar tem chegado ao cotidiano dos assistentes sociais, tanto enquanto uma requisição institucional quanto enquanto uma resposta construída por alguns profissionais,compreendemos que esse fenômeno evidencia a presença de tendências fascistizantes e conservadoras no interior da profissão e nas disputas em torno das políticas sociais. Embora se apresente como uma prática terapêutica, sua incorporação como resposta profissional às expressões da questão social pode representar a reatualização de perspectivas que individualizam e despolitizam as demandas sociais. Entendemos que é por meio do aprofundamento da crítica à sociedade burguesa, da defesa da direção crítica, social e política construída pelo conjunto CFESS/CRESS, da realização de leituras críticas sobre as conjunturas profissionais e do compromisso com o projeto ético-político crítico que será possível fortalecer a ruptura dos conservadorismos no Serviço Social brasileiro.

## REFERÊNCIAS


ABRÃO, Kênia Cristina Lopes; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Políticas familiares: uma introdução ao debate contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 420-429, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p420

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 1 jan. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e saúde mental: análise profissional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 702, de 21 de março de 2018. Altera a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas práticas na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2018/prt0702_22_03_2018.html.

BRAZ, Marcelo. O Brasil atual e a tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Diálogos do cotidiano: assistente social. Reflexões sobre o trabalho profissional*. Caderno 2. Brasília: CFESS, 2022.

BORBA, Mariana Pires. **A construção de uma agenda de educação permanente no trabalho dos assistentes sociais do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BORBA, Mariana Pires; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Serviço Social e Poder Judiciário: aproximações com uma agenda de educação permanente. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 155-173, jan./abr. 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CABRITA, Cristiano. Conservadorismo americano e o neoconservadorismo: a dicotomia na cultura política norte-americana. **Revista Nação e Defesa**, [s. l.], n. 148, p. 116-138, 2017. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/33175. 1 jan. 2025.

CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS (CSB). **Defesa do Serviço Social Clínico é tema de seminário em Porto Alegre**. 2018. Disponível em: https://csb.org.br/noticias/defesa-do-servico-socialclinico-e-tema-de-seminario-em-porto-alegre. Acesso em: 28 ago. 2019.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. *A Terra é Redonda*, 6 out. 2019. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/. Acesso em: 1 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. [Podcast]. *Apple Podcasts*, 29 ago. 2021. Disponível em: https://podcasts.apple.com/... Acesso em: 1 jan. 2025.

COE, Nadja Petrillo. **O projeto ético-político e profissional do Serviço Social e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares**: reflexões acerca de suas convergências. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) — Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei n. 8.662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social. Brasília**: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei n. 8.662/93 que regulamenta a profissão do Assistente Social.** Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas.** Brasília: CFESS, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses.** Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2010. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/outros/Resolucao-CNJ-125_2010.pdf.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. Revisitando o Serviço Social clássico. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 166-180, 2017. DOI: 10.12957/REP.2017.32747.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Indivíduo e sociedade:** sobre a teoria da personalidade de Georg Lukács. Maceió: Coletivo Veredas, 2007.

CUNHA, Angely Dias; NUNES, Ariadna. Aspectos do conservadorismo no Serviço Social

clínico: implicações para o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 328-350, dez. 2020.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, São Paulo, n. 16, p. 75-107, 2008.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Subjetividade, marxismo e Serviço Social: um ensaio crítico. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 5-24, jan./mar. 2010.

EIRAS, A. A. L. T. S.; YAZBEK, M. C.; SANTOS, C. M. dos. Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. **Revista Em Pauta**: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, 2018. DOI: 10.12957/rep.2017.32744.

**EM FOCO**. Serviço Social Clínico. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região, n. 6, out. 2009.

FASCE, Angelo. **A história que não se conta sobre as Constelações Familiares**. 2015. Disponível em: https://www.arnewsnoticias.com/2017/07/a-historia-que-nao-se-conta-sobre-as.constelacoes.familiares.sistemicas.html. Acesso em: 23 abr. 2024.

FRANÇA, M. C.; GUAGLIARIELLO, M. G. Em busca de um fundamento científico: uma análise de justificativas do uso de constelações familiares por agentes do campo jurídico. In: CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI) (Org.). **Direito de Família e das SucessõesI**. 2021. p. 146-166.

FÁVERO, Eunice Teresinha (Org.). **Famílias na cena contemporânea**: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FIGUEIREDO, Natalia da Silva. **Responsabilização familiar**: a complexidade dos serviços de família acolhedora do Estado do Rio de Janeiro (1996-2023). 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

FREIRE, Silene de Moraes. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. **Quadranti – Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea**, v. 2, p. 174-195, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Eliane M. de S. Expressões conservadoras no trabalho em saúde: a abordagem familiar e comunitária em questão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 564-582, set./dez. 2017.

GUIMARÃES, Eliane Martins de Souza. **A abordagem familiar e comunitária na Saúde da Família***:* desvelando contradições e construindo mediações críticas. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HAMILTON, Gordon. **Teoria e prática do serviço social de casos**. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HELLINGER, Bert. **A simetria oculta do amor:** por que o amor faz os relacionamentos darem certo. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

HELLINGER, Bert. **Ordens do amor:** um guia para o trabalho com as constelações familiares. São Paulo: Cultrix, 2007.

HELLINGER, Bert; HÖVEL, Gabriele Ten. **Constelações familiares:** o reconhecimento das ordens do amor. São Paulo: Cultrix, 2007.

HELLINGER, Bert. **Um lugar para os excluídos:**conversas sobre os caminhos de uma vida. Patos de Minas: Altman, 2010.

HELLINGER, Bert. **Pensamentos a caminho**. 2. ed. Belo Horizonte: Altman, 2014.

HELLINGER, Bert. **As igrejas e o seu Deus**. 1. ed. Belo Horizonte: Altman, 2015.

HELLINGER, Bert. **O amor do espírito na HellingerSciencia**. 3. ed. Belo Horizonte: Altman, 2015.

HELLINGER, Bert. **A cura***:* tornar-se saudável, permanecer saudável. 3. ed. Belo Horizonte: Altman, 2017.

HELLINGER, Sophie. **A própria felicidade:** fundamentos para a constelação familiar. v. 1. Brasília: Trampolim, 2019.

HELLINGER, Sophie. **A própria felicidade:** fundamentos para a constelação familiar. v. 2. Brasília: Trampolim, 2019.

HELLINGER, Bert. **A fonte não precisa perguntar pelo caminho**. 5. ed. Belo Horizonte: Altman, 2019.

HELLINGER, Bert. **Bert Hellinger:** meu trabalho, minha vida. São Paulo: Cultrix, 2020.

HOLLIS, Florence. **Casework:** uma terapia psicossocial. Nova York: Random House, 1972.

HORST, C. H. M.; ALVES, L. D. T. **Familismo e extrema direita:** desvendando o programa famílias fortes. Argumentum, v. 16, n. 1, p. 71-84, 2024.

HOELEVER, R. C.; CARDOSO, J. V. de. **Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana**.Temporalis, v. 22, n. 43, p. 34-52, 2022. DOI: 10.22422/temporalis.2022v22n43p34-52.

IACONELLI, Vera. Constelações familiares e a pregação de Estado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 out. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2023/10/constelacoes-familiares-e-a-pregacao-de-estado.shtml. Acesso em: 23 abr. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos da conquista da classe trabalhadora. In: IAMAMOTO, Marilda Villela.

**Diálogos do cotidiano**: reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília, DF: CFESS, 2021. p. 16-47.

IAMAMOTO, Marilda Villela; SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e a sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaios, 1990.

MARANHÃO, Cézar Henrique. **Crise do capitalismo, recomposição da superpopulação relativa e os programas de assistência social:**uma reflexão crítica sobre as determinações e estratégias de combate à pobreza. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MARANHÃO, Cézar Henrique. **O "novo" ciclo ideológico do desenvolvimento:**a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP; Boitempo, 2002.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. de. **Da Seguridade Social à intersetorialidade**: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo**. O movimento de reconceituação**: 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 84, 2005.

NICÁCIO, Ermínia M. **Serviço Social e subjetividade**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, n. 18, p. 46-70, 2008.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **Reatualização conservadora:** o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social e a disputa por hegemonia no Brasil na atualidade. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/16737.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZ-woG5TFFzMW9VSUs2THM/view. Acesso em: 1 jan. 2025.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RODRIGUES, Viviane Isabela. A dialética da proteção social na América Latina: entre a alternância ideopolítica de governos progressistas e conservadores. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9.; 16., 2023, Espírito Santo. **Anais [...]**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2023.

RODRIGUES, Teixeira Marlene. Apontamentos sobre a inserção do Brasil na ofensiva neoconservadora internacional sob Bolsonaro: notes ontheinsertionofBrazil in theinternationalneoconservativeoffensiveunder Bolsonaro. **Argumentum**, v. 16, n. 1, p. 40-55, 2024.

RODRIGUES, Mavi. **Em Foco**: atribuições privativas do assistente social e o "Serviço Social Clínico". Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, maio de 2004.

RODRIGUES, Mavi. Serviço Social em tempos de conservadorismo reacionário: contribuições para análise. In: CRESS/PB; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (Org.). **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira**: reflexões e perspectivas no contexto da pandemia. Recife: Editora UFPE, 2021. p. 47-57.

SADER, Emir. **Neoliberalismo na América Latina**. YouTube, 25 mar. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-FJoOizFdZo.

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da "questão social" e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. **Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil**. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/20991.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO (SOBSSC). **Carta de Toledo**. Página da rede social Facebook, publicações de 2020. Disponível em: https://facebook.com/ssclinico. Acesso em: 10 jan. 2025.

SOUZA, C. L. S. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. ***Argumentum***, v. 8, n. 1, p. 48-60, 2016. DOI: https://doi.org/10.18315/argumentum.v8i1.11827.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de

Ciências Sociais Aplicadas, Recife, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/180.

TONIOLO, Charles. **Histórias horríveis do Serviço Social**: cumplicidade e resistência. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 479-482, 2019.

TONIOLO, Charles. **Profissões e Serviço Social**: surgimento e regulamentação ética no Brasil. Curitiba: CRV, 2022.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). **Abordagens psicossociais**. São Paulo: Hucitec, 2008.

VITOR, Adriana de Paula. **Trabalho Social com famílias de adolescentes em conflito com a lei**: uma abordagem hellingeriana. 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021.

ZUMA, Carlos. Editorial. **Nova Perspectiva Sistêmica**, [S. l.], v. 20, n. 39, 2016. Disponível em: https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/a185/. Acesso em: 23 ago. 2023.